

CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO DE
ASSISTENTES SOCIAIS EM MONTES CLAROS/MG
À LUZ DE UMA PESQUISA:
análises e impressões desta travessia



Diego Tabosa da Silva
Geusiani Pereira Silva e Nascimento
Noêmia de Fátima Silva Lopes
(Organizadoras)

CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM MONTES CLAROS/MG À LUZ DE UMA PESQUISA: análises e impressões desta travessia



Diego Tabosa da Silva
Geusiani Pereira Silva e Nascimento
Noêmia de Fátima Silva Lopes
(Organizadoras)

EDITORA
Unimontes

Montes Claros
2021

© - EDITORA UNIMONTES - 2021
Universidade Estadual de Montes Claros

REITOR

Prof. Antonio Alvimar Souza

VICE-REITORA

Profa. Ilva Ruas de Abreu

EDITORA UNIMONTES

EDITOR GERAL

Prof. Antônio Dimas Cardoso

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Adelica Aparecida Xavier;
Prof. Alfredo Maurício Batista de Paula;
Prof. Antônio Dimas Cardoso;
Prof. Carlos Renato Theóphilo;
Prof. Casimiro Marques Balsa;
Prof. Elton Dias Xavier;
Prof. Laurindo Mékie Pereira;
Prof. Marcos Esdras Leite;
Prof. Marcos Flávio Silva Vasconcelos Dângelo;
Profa. Regina de Cássia Ferreira Ribeiro.

DIAGRAMAÇÃO/CAPA

Bernardino Mota

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

Vitor Alexandre

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU)

S586c Silva, Diego Tabosa da
Configurações do trabalho de Assistentes Sociais em Montes Claros à luz de uma pesquisa : análises e impressões desta travessia [recurso eletrônico] / Diego Tabosa da Silva, Geusiani Pereira Silva e Nascimento e Noêmia de Fátima Silva Lopes. – Montes Claros : Editora Unimontes, 2021.
247 p.:il.; 21 cm.

Modo de acesso: world wide web:
<http://www.editora.unimontes.br/index.php/e-book/ebook-livros>

ISBN: 978-65-86467-23-9

1. Serviço social. 2. Formação profissional. 3. Assistentes Sociais. 4. Políticas sociais. 6. Pesquisa, ensino superior. I. Silva e Nascimento, Geusiani Pereira. II. Lopes, Noêmia de Fátima Silva. III. Título.

CDU : 36

Elaborado por Neide Maria J. Zaninelli - CRB-9/ 884

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

EDITORA UNIMONTES
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro
Montes Claros - Minas Gerais - Brasil
CEP: 39.401-089 - CAIXA POSTAL: 126
www.unimontes.br
editora@unimontes.br

Filiada à

The logo consists of the letters 'ABEU' in a stylized, bold, sans-serif font. The 'A' and 'B' are connected, and the 'E' and 'U' are also connected. Below the logo, the text 'ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS' is written in a smaller, all-caps, sans-serif font.
**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS**

SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
APRESENTAÇÃO	15
PARTE 1	
PERFIL PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS EM MONTES CLAROS/MG: CARACTERIZAÇÃO A PARTIR DE UM PROJETO DE PESQUISA	25
Camila Lima Oliveira Diego Tabosa da Silva	
PARTE 2	
ESPAÇO OCUPACIONAL, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O SERVIÇO SOCIAL: INFERÊNCIAS E PARTICULARIDADES DO TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS DE MONTES CLAROS /MG	83
Geusiani Pereira Silva e Nascimento Ivone Mendes Ferreira Francine Rodrigues de Oliveira Rocha	
PARTE 3	
A CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO NORTE DE MINAS GERAIS: UMA TRAVESSIA IMPRESCINDÍVEL	141
Noêmia de Fátima Silva Lopes Sabrina Dias Fonseca Lima Clarice do Carmo Santos Souza	
PARTE 4	
DIMENSÕES PROFISSIONAIS E DEMANDAS DE TRABALHO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO COTIDIANO DAS ASSISTENTES SOCIAIS	191
Deborah Martins Soares Alves Rosilene Aparecida Tavares Viviane Bernadeth Gandra Brandão	
NOTAS CONCLUSIVAS PARA RECOMEÇAR A TRAVESSIA SOBRE AS AUTORAS	227 243

PREFÁCIO

*A gente vai contra a corrente
Até não poder resistir...
(Chico Buarque de Holanda)*

Certamente esse trabalho é a expressão de um tempo do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros-MG/Unimontes. Tempo no qual professoras, professores e estudantes profundamente comprometidas/os com a formação profissional vai contra a corrente do improdutivismo acadêmico e resiste à barbárie do negacionismo, do desinvestimento na pesquisa científica e, por consequência, da desintelectualização do trabalho docente. Trata-se de um trabalho feito a muitas mãos, envolvendo importantes assistentes sociais de Montes Claros e da nossa região do Norte de Minas, acadêmicas e docentes que reafirmam o lugar da universidade pública no que tange à produção de conhecimento e suas conexões com as demandas profissionais do tempo presente.

Esse trabalho é fruto do projeto de pesquisa *Trabalho e*

Serviço Social contemporâneo, coordenado pela professora Noêmia de Fátima Silva Lopes, realizado entre os anos de 2017 e 2019, que, no seu início, tive a oportunidade de participar como membro e discutir seus primeiros passos. Seus frutos, como esse livro que ora vem à público, bem como uma outra trincheira importante que o retroalimentou - o Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social da Unimontes - Gepss - devem ser comemorados como uma grande conquista para o Serviço Social brasileiro e, em particular, do Norte de Minas Gerais.

Há um fio condutor que perpassa todos os trabalhos do livro e que demonstra seu rigor teórico-metodológico e alinhamento com o projeto ético-político crítico do Serviço Social brasileiro. Trata-se da categoria trabalho, compreendida a partir da concepção marxiana e as configurações recentes do mundo do trabalho que, após a reestruturação produtiva do último quartel do século XX, foi responsável por jogar no vale das sombras do desemprego estrutural um contingente nada desprezível da classe trabalhadora¹.

Nesse sentido, no estágio atual de desenvolvimento das forças produtivas e das contradições internas da sociedade burguesa, é oportuno lembrar que a nova reestruturação produtiva, regida pela indústria 4.0, inaugura uma nova

1 Para ficarmos no exemplo brasileiro, Conforme Menegat (2019) estima-se que nos anos 1990 tenha sido fechados mais de 10 milhões de empregos no país. Ver: MENEGAT, Marildo. **A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe: o giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

fase de subsunção do trabalho ao capital, cuja tendência é esgarçar ainda mais seu tecido civilizatório e mergulhar a sociedade contemporânea na barbárie do desemprego, da miséria e do colapso ambiental.

Nos termos de Antunes (2020), sob o comando do capital financeiro, a expansão da indústria 4.0 inaugura uma nova fase da hegemonia informacional, na qual o trabalho digital, on-line, através de celulares, tablets, smartphones, etc. torna-se um importante instrumento de exploração da força de trabalho e por isso da expropriação do tempo de vida fora do trabalho. A “escravidão digital” promovida por essa nova modalidade de trabalho ampliou a precarização, a informalidade, a empresa flexível, os trabalhos “autônomos” e o “empreendedorismo” num processo que oculta o assalariamento do trabalho e revela aquilo Marx (1985) analisou na sua principal obra², ao falar da ampliação do trabalho morto como elemento predominante no processo produtivo, com a conseqüente diminuição do trabalho vivo³.

Por isso, acentua o caráter destrutivo sobre o trabalho, no qual a terceirização, a informalidade e a flexibilidade tornaram-se o principal programa das empresas globais, impulsionadas pela expansão informacional-digital. Sem precedentes em fase alguma do capitalismo, essas empresas avançam no processo de uberização do trabalho, no qual, as

2 Ver: MARX, K. **O Capital. O Capital: crítica da economia política.** Coleção Os Economistas. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985, L. I, v.1; 1985, L.I, v. 2.

3 Ver: ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. In: ANTUNES, R. (org.). **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0.** São Paulo: Boitempo, 2020.

relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, visto que assumem a aparência de prestação de serviços, na qual os trabalhadores, sem nenhuma regulação social, arcam com os custos do seu trabalho, ocultando assim as relações de assalariamento e de exploração do trabalho (ANTUNES, 2020).

Em resumo, a reprodução da vida social nesse novo decênio do século XXI tende a conviver com o caráter cada vez mais destrutivo do modo de produção capitalista e, por isso, desafia a classe subalterna a lutar para garantir o sistema de proteção social outrora conquistado e por melhores condições de vida.

Cabe ainda salientar que este trabalho nasce no contexto no qual o Brasil avançou sem freios a uma profunda regressão civilizatória, fruto de mais uma rodada das medidas neoliberais, ocorrida após o golpe parlamentar de 2016. O caráter antissocial desse processo vem acentuando as expressões da “questão social” e, numa sociedade que já estava doente⁴, após a chegada da pandemia da Covid-19 em 2020, passou a conviver com um terrível cenário de incertezas, intensificadas pelo negacionismo e o ultraneoliberalismo do governo Bolsonaro.

A esperança que nos trouxe o avanço da vacinação em

4 Independente da ação do Covid-19, o adoecimento das pessoas no Brasil atinga cifras altíssimas, segundo a Organização Mundial de Saúde, Brasil é o país mais ansioso do mundo e o 5º mais depressivo. Cf. “Brasil é considerado o país mais ansioso do mundo e o 5º mais depressivo”. Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/entretenimento/brasil-e-considerado-o-pais-mais-ansioso-do-mundo-e-o-5o-mais-depressivo-16315866>. Acesso em 21 de setembro de 2021.

massa para o controle da pandemia não veio acompanhada pela esperança do combate à pobreza e à miséria. Pelo contrário, o país tem hoje mais pessoas na miséria do que antes da pandemia causada pela Covid-19 e em relação ao começo da década passada, e isso talvez nos revele que o vírus SARS-CoV-2 não é nosso principal inimigo⁵.

Semeado nas manifestações obscurantistas de 2014 e 2015, compostas majoritariamente por uma classe média predominantemente branca e de perfil conservador⁶, vimos desenvolver no país o ovo da serpente no qual o ódio aos pobres, negros, à comunidade LGBTQIA+, nordestinos, e até às políticas sociais de caráter compensatório pode ser observado em declarações nas redes sociais, sendo com o tempo sintetizadas no ódio ao Partido dos Trabalhadores – PT.

Para Menegat (2019), com o fim dos tempos das vagas gordas “o que era sagrado passou a ser profanado”, ou seja, a bem-sucedida “gestão da barbárie”, promovida pelos governos Lula e Dilma, através das políticas de transferência de renda, aumento real do salário mínimo, facilidade de acesso ao crédito, etc. começam a ser questionadas para

5 Ver: Canzian, Fernando. “Brasil começa 2021 com mais miseráveis que há uma década”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/01/brasil-comeca-2021-com-mais-miseraveis-que-ha-uma-decada.shtml>. Acesso: 21 de setembro de 2021.

6 Conforme pesquisa realizada pelo Data-Folha nas manifestações do dia 15 de março de 2015, 63% dos manifestantes era do sexo masculino, com idade média de 40 anos, 69% se declararam de cor branca, de forma que a renda mensal de 27% dos manifestantes pesquisados era de 5 a 10 salários mínimos, 22% de 10 a 20 salários mínimos e 19% mais de 20 salários mínimos. Ver: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/03/1604284-47-foram-a-avenida-paulista-em-15-de-marco-protestar-contra-a-corruptao.shtml>. Acesso: 01 de agosto de 2015.

definir os rumos da sociedade brasileira dentro do quadro da crise mundial. Não à toa o fim de gestão da barbárie vem com força total com a catástrofe neoliberal que recolocou o país no mapa da fome, aumentou a concentração de renda, acentuou a destruição da seguridade social e, por isso, como já afirmado, a velha “questão social” aparece com novas configurações.

É nesse cenário que as requisições profissionais para as assistentes sociais ganham novos desafios e novos contornos nos seus mais variados espaços sócio-ocupacionais. Nos termos de Raichellis (2018), as profissões, ao serem recrutadas por um mercado de trabalho que as requisita, responde às demandas ditadas pela acumulação capitalista, pela dinâmica da relação entre as lutas de classes e o Estado e, por isso, na constante formulação de respostas institucionais às expressões da “questão social”⁷.

Nesse sentido que o avanço das contrarreformas neoliberais contribuíram para uma *nova morfologia do trabalho de assistentes sociais* nas diversas políticas sociais, tendo em vista a expansão da subcontratação e terceirização que aprofundam a precarização do trabalho, a incerteza da remuneração, a desproteção trabalhista, o sofrimento e o adoecimento decorrentes do trabalho. Por conseguinte, a uberização do trabalho de assistentes sociais podem ser observadas através da ampliação dos processos de

7_ Ver: RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: Trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (Orgs.). A Nova Morfologia do Trabalho no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.

subcontratação de serviços individuais por parte de empresas de serviços ou de assessoria, de organizações não governamentais, fortalecendo uma nova modalidade de exercício profissional autônomo, temporário, por projeto ou tarefa (RAICHELLIS, 2018).

O livro *Configurações do trabalho de assistentes sociais em Montes Claros/MG à luz de uma pesquisa: análise e impressões desta travessia* que o/a leitor/a tem em mãos lança luzes sobre esse contexto, sobretudo para entendê-lo a partir das particularidades montesclarenses. Nesse diapasão que Camila Lima Oliveira e Diego Tabosa da Silva abrem os capítulos do livro nos brindando com uma importante caracterização do perfil profissional da categoria das assistentes sociais em Montes Claros-MG. Este capítulo tem o mérito de nos mostrar, dentre outros, o perfil feminino da nossa profissão e como as relações de gênero, perpassadas por opressões e explorações, impactam na forma de ser da categoria profissional.

As autoras Geusiani Pereira Silva e Nascimento, Ivone Mendes Ferreira e Francine Rodrigues complementam a análise ao realizar o debate sobre as particularidades locais do trabalho profissional das assistentes sociais considerando sua dinâmica e seus desafios atuais. Esse rigoroso trato teórico-metodológico realizado pelas autoras que não perderam de vista as configurações recentes do mundo do trabalho, é mantido por Noêmia de Fátima Silva Lopes,

Sabrina Dias Fonseca Lima e Clarice do Carmo Santos Souza que resgatam a concepção ontológica do trabalho e, atentas às contradições do desenvolvimento das forças produtivas do capital e a forma como o trabalho se metamorfoseia nesse processo, desnudam as configurações e consequências para o trabalho da assistente social.

Às autoras Viviane Bernadeth Gandra Brandão, Deborah Martins Soares Alves e Rosilene Aparecida Tavares, couberam resgatar as expressões contemporâneas da “questão social” e reforçar o imprescindível papel das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa para orientar o exercício profissional frente às demandas e requisições profissionais que lhes são impostas em Montes Claros/MG.

Esse trabalho, portanto, reafirma a direção social da nossa profissão e alimenta o Serviço Social comprometido com o projeto ético-político crítico em Montes Claros e região. Posso assegurar que, dado seu potencial, a leitora e o leitor que se debruçar sobre a travessia proposta pelas autoras dos textos que o compõem, sairá no mínimo transformada/o pelas suas análises e reflexões.

Cabe ainda dizer que, além de um profundo elo profissional, esse livro envolve também grandes relações de afeto construída ao longo dos últimos anos. Por isso, para mim é uma grande alegria participar deste momento e poder, com essas companheiras, dividir trincheiras de lutas importantes, seja no espaço da universidade pública, defendendo

uma formação profissional crítica e comprometida com a emancipação humana, seja nos espaços de defesa da nossa categoria profissional e/ou movimentos sociais mais gerais da classe trabalhadora.

Por fim, seguindo as trilhas deixadas por Drummond em *A flor e a náusea* que, ao retratar um contexto social e político de náuseas e enjoos, enaltece o ato de resistência da flor que brota no asfalto cinzento da cidade trazendo a esperança de dias melhores, sinto-me honrado por fazer parte da flor de esperança que é este trabalho e por compor esse jardim que busca cotidianamente furar o terrível asfalto do atual anticientificismo brasileiro.

*Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralitem os negócios,
garanto que uma flor nasceu.
(Carlos Drummond de Andrade)*

*Montes Claros – MG, primavera de 2021
Wesley Helker Felício Silva*

APRESENTAÇÃO

A obra que apresentamos às leitoras e aos leitores é resultado da pesquisa “Trabalho e Serviço Social Contemporâneo”⁸, realizada no período de 2017 a 2019, por professoras pesquisadoras do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES/MG). A pesquisa propôs desenvolver uma análise sobre a configuração do trabalho profissional, considerando as particularidades do Serviço Social no município de Montes Claros/MG, buscando identificar – e compreender – as formas de articulação entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão.

Partimos do pressuposto de que o trabalho é fundante do ser social, por ser uma atividade cuja centralidade é a ação criativa do homem. Entretanto, baseado na hipótese de Marx (2012) sobre o desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista e sobre a valorização do trabalho

8 Projeto aprovado pela Resolução de nº 126 - CEPEx/2017, publicada no dia 19 de julho de 2017. Disponível em: <https://unimontes.br/resolucao-no-126-aprova-o-projeto-trabalho-e-servico-social-contemporaneo-particularidades-e-con/>. Acesso em: 14 maio 2021.

social como meio de sobrevivência, é necessário apontar um segundo pressuposto: o surgimento e o desenvolvimento do Serviço Social só podem ser compreendidos no contexto e dinâmica da vida social, em sua trajetória sócio-histórica. Nesse prisma, apreende-se que o Serviço Social se gesta e se desenvolve no âmbito das relações sociais e na contradição entre capital e trabalho (IAMAMOTO, 2014) e, assim, é atravessado pelas inúmeras transformações societárias e “crises” que conformam o capitalismo.

O interesse pela temática surgiu nos estudos sobre a categoria trabalho, no contexto do capitalismo, e pelas diversas formas de desigualdades e contradições que lhes são inerentes, percebendo que essa realidade contribui para a precarização das condições de vida da classe trabalhadora e, conseqüentemente, das assistentes sociais. Assim, este livro se assenta na importância de compreender as condições de trabalho das profissionais do Serviço Social e como ele é realizado no cotidiano. Portanto, partimos deste cotidiano, para que ele possa ser compreendido como um campo de mediações (NETTO, 2012), exigindo, sobremaneira, a superação desse “lugar” do imediato.

O estreito diálogo com a discussão sobre trabalho e Serviço Social, alicerçada na teoria social a partir da perspectiva histórico-crítica e dialética, orientaram a realização deste estudo. Necessário reforçar que todos os protocolos éticos para a realização da pesquisa foram cuidadosamente

seguidos e, com base nisso, o projeto “Trabalho e Serviço Social Contemporâneo”, da área temática do Trabalho e Serviço Social, recebeu o seguinte parecer favorável de nº 2.090.617, em 30 de maio de 2017, pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP): “O projeto respeita os preceitos éticos da pesquisa em seres humanos, sendo assim somos favoráveis à aprovação do mesmo”. Importante destacar que a pesquisa foi realizada sem recurso de fomento, sob a responsabilidade das próprias pesquisadoras.

Um dos desafios que precisamos destacar para a realização da pesquisa que origina este livro é a impossibilidade de realizar censo com todas as assistentes sociais de Montes Claros, como previsto nos objetivos do projeto da pesquisa. Entretanto, após inúmeras tentativas e estratégias de aproximação e envolvimento, foi possível desenvolver um estudo amostral, tomando alguns espaços sócio-ocupacionais como referência, de forma a respeitar a decisão livre e esclarecida das profissionais.

A pesquisa fez emergir, desde o seu início, a produção de alguns trabalhos científicos, que demonstraram algumas aproximações, análises e estudos preliminares, os quais foram apresentados nos Fóruns de Ensino Pesquisa Extensão e Gestão da Unimontes/MG (2017, 2018, 2019 e 2020), no I e II Encontros Norte Mineiro do Serviço Social (2018 e 2020), no 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (2019), no periódico Intercâmbio da Unimontes, além de contribuir

com a elaboração de quatro trabalhos de conclusão de curso com temáticas sobre trabalho e Serviço Social. Esses textos e produções nos ajudaram a consolidar alguns estudos e aprofundar nossas análises, para que pudéssemos entregar ao leitor este livro, que é o findar de uma etapa da nossa contínua travessia.

Vale ressaltar a importância da pesquisa, enquanto parte constitutiva do ensino superior. Ela, junto ao ensino e à extensão, proporciona uma apreensão mais apurada da realidade social, fazendo com que a universidade coloque-se à disposição da sociedade e forje profissionais e sujeitos sociais comprometidos com a leitura, análise e transformação social. Participar de atividades conjuntas com profissionais e discentes que contribuíram para a realização da pesquisa, bem como acompanhar estudantes de iniciação científica que participaram do projeto, faz-nos reafirmar que, mesmo diante de todos os obstáculos e retrocessos enfrentados pela educação superior, ser parte desse coletivo é muito gratificante. Com base em tais elementos, asseguramos, mesmo sob a ponderação dos desacertos e limitações de percurso, somada à fragilizada estrutura institucional e operacional, a necessidade imprescindível de cada vez mais qualificar o trabalho coletivo, em suas dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

É nesse norte e nesse chão que se ousou pensar uma construção coletiva que pudesse não apenas apresentar a

análise dos resultados do trabalho realizado, mas também representar a resistência e a insistência de um grupo constituído de docentes, discentes e profissionais assistentes sociais vinculadas a um curso público de Serviço Social – que cabe mencionar, é o único de toda região Norte Mineira a oferecer o curso na modalidade presencial.

Assim, a ideia da produção nasceu nos encontros e estudos do grupo de pesquisa, a qual foi amadurecendo, “tomou corpo” e agora é partilhada em formato de livro, organizado em quatro partes. A primeira, intitulada “Perfil profissional de assistentes sociais em Montes Claros/MG: caracterização a partir de um projeto de pesquisa”, de autoria de Camila Lima Oliveira e Diego Tabosa da Silva, aborda alguns elementos caracterizadores dos sujeitos que participaram voluntariamente da pesquisa. O texto problematiza, entre outros aspectos, a configuração de gênero – majoritariamente feminina – da profissão, lançando luz ao debate de como esse elemento precisa ser levado em consideração para a compreensão do trabalho profissional na atualidade. A partir das respostas apresentadas conseguimos nos aproximar da realidade familiar, de formação profissional e de participação política das assistentes sociais de Montes Claros. Assim, podemos iniciar nossos debates e reflexões acerca de como elas compreendem e realizam o trabalho profissional.

Em seguida, temos “Espaço ocupacional, qualificação profissional e o Serviço Social: inferências e particularidades

do trabalho das assistentes sociais de Montes Claros /MG”, escrito por Geusiani Pereira Silva e Nascimento, Ivone Mendes Ferreira e Francine Rodrigues. O texto destaca a condição de trabalho de profissionais inseridas em distintos espaços ocupacionais, sem perder de vista as agruras, pelepas e realidades vivenciadas por todas as pessoas que dependem da “remuneração” advinda do trabalho desenvolvido. Nesse sentido, os espaços de trabalho das assistentes sociais são referenciados como produto sócio-histórico, e assim, “refrata as particulares condições e relações de trabalho prevalentes na sociedade brasileira nesses tempos de profunda alteração da base técnica da produção” (IAMAMOTO, 2009, p.3).

A partir dos elementos apresentados, analisam-se, também, situações complexas relacionadas aos processos de formação/qualificação e ao adoecimento de expressiva parcela de assistentes sociais. “A configuração do trabalho do Serviço Social no Norte de Minas Gerais: uma travessia imprescindível”, das autoras Noêmia de Fátima Silva Lopes, Sabrina Dias Fonseca Lima e Clarice do Carmo Santos Souza, busca analisar a configuração do trabalho do Serviço Social. Desse modo, questiona: de que forma as relações sociais interferem no trabalho profissional? Como o atual contexto do trabalho, no modo de produção capitalista tem afetado o trabalho do Serviço Social? Na tentativa de nos aproximarmos desse debate, apreende-se a categoria trabalho, enquanto centralidade da dinâmica das relações sociais, reificadas no modo de produção capitalista, afetando severamente a

genericidade humana. A profissão de Assistente Social se insere nessa contradição entre capital e trabalho, enquanto classe trabalhadora enfrenta as contradições impostas por essa estrutura, além das limitações e entraves na busca de avançar na direção dos princípios ético-políticos.

A última parte deste livro é de autoria de Viviane Bernadeth Gandra Brandão, Deborah Martins Soares Alves e Rosilene Aparecida Tavares. Intitulado “Dimensões profissionais e demandas de trabalho: uma análise crítica do cotidiano dos/as assistentes sociais”, o texto analisa as demandas profissionais do cotidiano das assistentes sociais em Montes Claros-MG e reforça a importância da apropriação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa no interior do Serviço Social. Trata-se de um estudo de caráter qualitativo e quantitativo, de cunho exploratório-descritivo, no qual se buscou entender a dinâmica social contemporânea, considerando que as expressões da questão social – matéria-prima da assistente social – têm sido cada vez mais agudizadas no tempo presente. Para tanto, pretendeu-se analisar as mudanças em curso na sociedade, que, hodiernamente, recaem e influenciam diretamente a profissão do Serviço Social.

Essas são algumas provocações que, ao longo de nosso percurso, construímos, e agora trazemos a público, a fim de que seja possível elucubrar sobre a configuração do trabalho do Serviço Social, ao mesmo tempo que se possa continuar

construindo trajetórias que desvelam a realidade que cada vez mais provoca a todas nós. Na certeza dos desafios que se acendem quando a direção profissional é o projeto ético-político crítico do Serviço Social e a construção de uma nova ordem societária, reafirmamos que apenas iniciamos esse caminho, e esperamos que ele nos permita seguir nessa e em muitas outras travessias.

Olhar para trás após uma longa caminhada pode fazer perder a noção da distância que percorremos, mas se nos detivermos em nossa imagem, quando a iniciamos e ao término, certamente nos lembraremos o quanto nos custou chegar até o ponto final, e hoje temos a impressão de que tudo começou ontem. Não somos os mesmos, mas sabemos mais uns dos outros. E é por esse motivo que dizer adeus se torna complicado! Digamos então que nada se perderá. Pelo menos dentro da gente... (ROSA. 2001, p. 26).

Montes Claros, Norte de Minas Gerais, junho de 2021
Geusiani, Noêmia e Diego (orgs.)

PERFIL PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS EM MONTES CLAROS/MG: CARACTERIZAÇÃO A PARTIR DE UM PROJETO DE PESQUISA

*Camila Lima Oliveira
Diego Tabosa da Silva*

*A gente é tanta gente, onde quer que a gente vá.
(Gonzaguinha).*

Introdução

O texto que ora apresentamos tem um complexo e difícil – mas, importante – objetivo: o de apresentar ao leitor, um breve perfil dos sujeitos que nutriram nossa pesquisa, dando-lhes sentido e concretude. Essa tarefa é complexa, pois o que exporemos nas páginas a seguir são as leituras e análises feitas das respostas que nos foram apresentadas no momento de realização da pesquisa. Logo, expressam as condições pessoais, de formação e algumas compreensões acerca da educação permanente, que quarenta e oito profissionais assistentes sociais vivenciam num determinado momento de suas trajetórias, sob a nossa interpretação.

Precisamos demarcar nossa compreensão de que a realidade é dinâmica e que não apenas as nossas condições objetivas e relações de trabalho mudam constantemente. Nós, sujeitos históricos, estamos mudando a cada momento. É um movimento dialético e constante, ainda que, por vezes,

pouco refletido e perceptível.

Nesse movimento, arriscamos dizer que todas e todos são completamente diferentes do que éramos à época de realização da pesquisa que originou este capítulo (e os que o sucedem). Isso se diz porque a década de 2020 começou com uma grave crise sanitária de escala global, uma pandemia que alterou profundamente toda a sociedade, seja no âmbito econômico, educacional, do trabalho ou das relações familiares. Passamos a viver ainda mais intensamente absorvidos em relações mediadas pelas tecnologias e aparelhos eletrônicos; “as telas” consomem boa parte de nossa vida.

Pois bem, como dissemos anteriormente, ao mesmo tempo que complexo e difícil, o objetivo deste texto é importante. E o é na medida em que busca apresentar um panorama geral sobre profissionais do Serviço Social, que, atuando nos mais diversos espaços de atuação, se dispuseram a responder às indagações de um grupo de pesquisadoras (assistentes sociais e discentes) vinculadas à Universidade Estadual de Montes Claros.

Para a exposição dos dados, partimos da compreensão de que não há uma dicotomia, distorção ou separação entre teoria (movimento ideal) e prática (movimento real). Pelo contrário, o conhecimento teórico é, na verdade, o conhecimento da existência real e efetiva do objeto, ou seja, tal qual ele é. Não é uma tarefa fácil “fazer pesquisa” no país, principalmente diante das condições que nos são postas atualmente, mas

nosso movimento objetivou captar alguns traços estruturais e tendenciais para a formulação de perfil de profissionais. Para isso, guiamo-nos pelo método histórico e dialético que, ao propiciar “o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto” (NETTO, 2011, p. 22).

Para conseguirmos organizar as informações e apresentar ao leitor um panorama sobre as profissionais entrevistadas, construímos este texto em três sessões, além das considerações finais. Tomando como base as informações coletadas durante a realização da pesquisa e orientados por um referencial bibliográfico e documental, trazemos no primeiro alguns elementos caracterizadores que nos possibilita identificar um perfil geral das entrevistadas.

Em seguida, temos uma apresentação das informações acerca do perfil de formação profissional e alguns dados iniciais sobre os espaços sociocupacionais nos quais estão inseridas essas profissionais. Para concluir essa elaboração do perfil, temos dados e reflexões acerca da participação profissional nos espaços de educação permanente, entre eles os espaços de lutas coletivas da classe trabalhadora, tais como movimentos sociais e entidades da categoria.

Temos a convicção de que as análises que apresentamos neste texto são apenas uma parte numa longa travessia, e já deixamos o convite a quem nos lê para que possa reproduzir – e avançar – novas pesquisas que nos permitam conhecer cada vez mais as configurações do trabalho e, com elas, a realidade

- condições de vida e de trabalho – de assistentes sociais nas mais diversas localidades. Convidamos você a fazer conosco essa travessia, na expectativa de que ela possa motivar (como propõe o método em Marx) a “viagem de volta”

Perfil profissional de assistentes sociais em Montes Claros/MG: alguns elementos caracterizadores

O Serviço Social brasileiro, ao longo de seus 85 anos de história, vem não apenas acompanhando as muitas transformações econômicas, políticas e sociais, como também por elas sendo profundamente impactado. É indubitável que, para um entendimento da profissão na atualidade, precisamos recorrer às mudanças ocorridas a partir da metade década de 1960⁹, afinal esse período vinca na história da profissão os traços que buscam uma ruptura com as práticas confessionais e caritativas até então predominantes na categoria. É nesse período que ocorre a criação de um amplo mercado nacional de trabalho para assistentes sociais, identifica-se que esse mercado se consolida e se expande tanto no sentido quantitativo, com a ampliação de vagas e requisição dos

9 De acordo com Netto (2015), o período inaugurado pelo Golpe de 1964 é extremamente importante para o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. Nesse período, a profissão passa por um *processo de renovação*, no qual se alteram “[...] muitas demandas práticas a ele colocadas e a sua inserção nas estruturas organizacional-institucionais (de onde, pois, a alteração das condições do seu exercício profissional); a reprodução da categoria profissional – a formação de seus quadros técnicos – viu-se profundamente redimensionada (bem como os padrões da sua organização como categoria); e seus referenciais teórico-culturais e ideológicos sofreram giros sensíveis (assim como suas autorrepresentações)”. Essa renovação, segundo o autor, dá-se em três direções: *perspectiva modernizadora, reatualização de conservadorismo e intenção de ruptura*. Sobre essa importante quadra histórica da profissão, cf. Netto (2015).

profissionais, quanto de modo qualitativo, a partir das novas exigências postas a essa categoria profissional (CARDOSO, 2013).

Todas essas alterações resultam na necessidade direta de uma revisão do papel profissional, pois apresentam um 'novo padrão de exigências' ao Serviço Social brasileiro. Evidencia-se a necessidade de um profissional dito moderno, com procedimentos racionais, que dê conta de estar nos novos cargos e funções a ele atribuídos, bem como estabelecer diálogo entre o empregador e a classe trabalhadora no contexto ora citado. Há, portanto, uma mudança do perfil profissional demandado ao Serviço Social pelo mercado até então (CARDOSO, 2013, p. 133).

Entretanto, podemos perceber que, apesar das novas demandas postas à profissão, não se altera significativamente o *perfil das/dos profissionais*, ou seja, apesar de o contexto histórico exigir novos conhecimentos, instrumentos e proposições técnico-operativas, há uma manutenção da configuração de gênero na profissão. Para nós, esse cariz profissional não deve ser tomado como apenas um dado; pelo contrário, precisa ser compreendido e dimensionado enquanto um elemento fundamental nas análises, reflexões e concepções acerca do trabalho e da formação profissional. Concordamos com Cisne e Santos, quando essas dizem que,

A presença marcante de mulheres na composição da categoria profissional, bem como no seu público usuário, não é algo apenas importante para ser analisado, mas indispensável para o entendimento do significado sócio-histórico e ideopolítico do Serviço Social, ao passo que constitui um dos selos da identidade profissional, assim como está eivada de determinações e implicações sociais. Ao ser considerada uma profissão feminina pela divisão sexual do trabalho, o Serviço Social carrega, como uma das principais implicações, um baixo status social e baixos salários (2018, p. 151).

A composição predominantemente feminina do Serviço Social brasileiro pode ser identificada na pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em 2004, posteriormente apresentada no ano de 2005 sob o título “Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional”. De acordo com o levantamento, àquela época, 97% dos profissionais brasileiros eram do sexo feminino. Assim, o relatório da pesquisa indica que está confirmada “[...] a tendência histórica da profissão, a categoria das assistentes sociais, ainda é predominantemente feminina, contando com apenas 3% de homens” (CFESS, 2005, p. 18). Ainda de acordo com essa pesquisa, a Região Sudeste apresentava o maior percentual de profissionais do sexo masculino, equivalente a 7%.

Mais recentemente, em 2014, foi publicado pelo Conselho

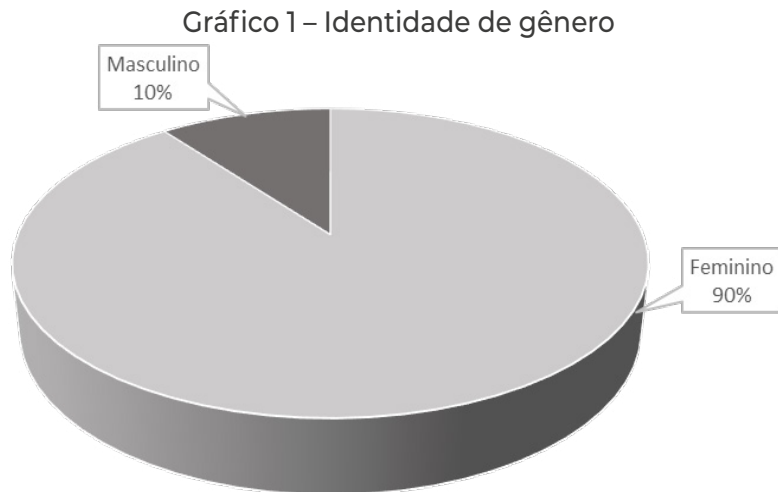
Regional de Serviço Social da 6ª Região o documento denominado “Perfil profissional de assistentes sociais de Belo Horizonte (MG): subsídios para análise”, de autoria de Guiraldelli, Maciel e Figueiredo. Esse material é resultado de uma pesquisa realizada com 209 profissionais que atuam nas mais diversas esferas e instituições localizadas na capital do estado de Minas Gerais. É possível constatar que

Em relação ao gênero, sendo o Serviço Social reconhecido historicamente como uma profissão feminina, este dado permanece na pesquisa, pois 94% dos profissionais entrevistados são do sexo feminino e 6% do sexo masculino, o que confirma a tendência histórica de desenvolvimento da profissão e reafirma que, na atualidade, o Serviço Social continua sendo uma profissão predominantemente feminina (GUIRALDELLI; MACIEL; FIGUEIREDO, 2014, p. 12).

O levantamento de dados sobre identidade de gênero feito por nossa pesquisa apresenta uma continuidade da predominância feminina¹⁰ entre as profissionais que atuam no município de Montes Claros/MG. Quando comparamos com os percentuais de estudos anteriores, podemos perceber que, entre as profissionais entrevistadas, há uma ampliação da participação masculina. O Gráfico 1 indica que, das quarenta e oito assistentes sociais entrevistadas, quarenta e três

¹⁰ Diante do quadro de predominância de profissionais que se identificam com o gênero feminino, nosso texto será escrito a partir desse ponto em concordância com esse gênero.

identificaram-se como do gênero feminino, enquanto que cinco informaram ser do gênero masculino¹¹.



Fonte: Pesquisa de campo junto às profissionais de Montes Claros/MG (2018/2019).

E esse é esse primeiro traço do perfil de nossas entrevistadas que irá se vincular aos demais traços e conduzir as reflexões deste capítulo. Afinal, temos uma profissão considerada feminina, que está inserida na divisão social e sexual do trabalho. Como apontam Cisne e Santos (2018), uma profissão que vinculada ao cuidado e à esfera da reprodução – e não da produção – é desprestigiada e, muitas vezes, levada ao ponto de uma

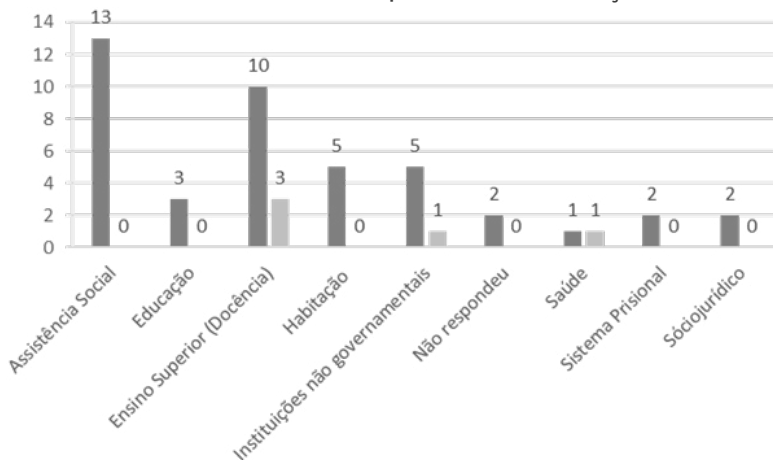
¹¹ Utilizaremos os dados referentes ao gênero informado pelas profissionais, entretanto, no questionário perguntamos também, qual o sexo da pesquisadas. De acordo com as respostas, quarenta e duas são mulheres e seis são homens.

ação voluntariosa, uma obrigação da mulher. As autoras alertam para o fato de que,

Quando falamos que o Serviço Social é predominantemente feminino, ou seja, composto por mulheres, são mulheres reais. São muitas de nós que sofrem violência, com a desvalorização social, com a precarização das políticas sociais que não atinge apenas o nosso público usuário. São muitas de nós que estão inseridas, por vezes, em trabalhos precários, em um cotidiano de um trabalho intensivo, extensivo e intermitente (CISNE; SANTOS, 2018, p. 158).

Ainda sobre essa identidade de gênero das entrevistadas, é interessante observar que, em algumas áreas de atuação, há uma forte – e, às vezes, exclusiva – presença de profissionais que se identificam com o gênero feminino, enquanto que, em outras, há uma concentração significativa de profissionais do gênero masculino. O Gráfico 2 apresenta esses dados de modo mais detalhado.

Gráfico 2 – Gênero por área de atuação



Fonte: Pesquisa de campo junto às profissionais de Montes Claros/MG (2018/2019).

De acordo com a pesquisa, enquanto que, na Política de Assistência Social¹² (CRAS e CREAS), todas as treze entrevistadas se identificam com o gênero feminino, na docência do ensino superior, percebe-se que, de treze profissionais, três (aproximadamente 23%) identificam-se com o gênero masculino. Como já mencionado, nessa pesquisa o universo de profissionais do gênero masculino totaliza cinco e do feminino, quarenta e três. Logo, tomando a educação superior – no âmbito

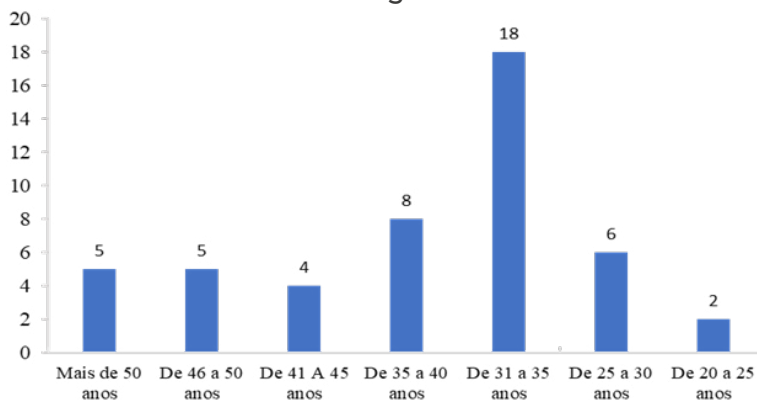
¹² No município de Montes Claros, a Secretaria de Desenvolvimento Social abarca, também, a Diretoria de Habitação. Entretanto, para fins de registro nesta pesquisa, tratamos a política de assistência social (profissionais que responderam à pesquisa estão inseridas nos CRAS e CREAS) como área de atuação profissional distinta da política de Habitação. Não se trata, porém, de um entendimento fragmentado dessas políticas, tampouco uma negação ao trabalho articulado e em rede. É, portanto, uma forma de diferenciar e reconhecer as especificidades de cada uma dessas áreas.

da formação profissional – como lócus de análise, das profissionais entrevistadas, 60% que se identificam com o gênero masculino estão nesse campo, enquanto que pouco menos de 25% das que se identificam com o gênero feminino, se inserem nessa área. “Coincidentemente”, esse é um espaço de atuação que requer, em geral, uma formação pós-graduada.

Como dito anteriormente, esse não é um dado simples e autoexplicativo, pelo contrário, requer que façamos uma série de mediações para que o compreendamos melhor. Afinal, estamos falando de “[...] mulheres que têm pouquíssimo tempo livre e, portanto, menos condição de refletir, de estudar, de intervir e se organizar politicamente” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 159), e essa condição imposta pelo sistema “heteropatriarcal-racista-capitalista” impõe limites às mulheres, que, muitas vezes, não veem possibilidades de se dedicar ao estudo e à pesquisa, ingressando em pós-graduações.

Avançando um pouco na tentativa de elaborar um perfil da categoria profissional de assistentes sociais em Montes Claros, nossa pesquisa identificou que, no que diz respeito à faixa etária, prevalecem profissionais que têm entre 31 e 40 anos, que juntas totalizam vinte e seis pesquisadas (53% do total).

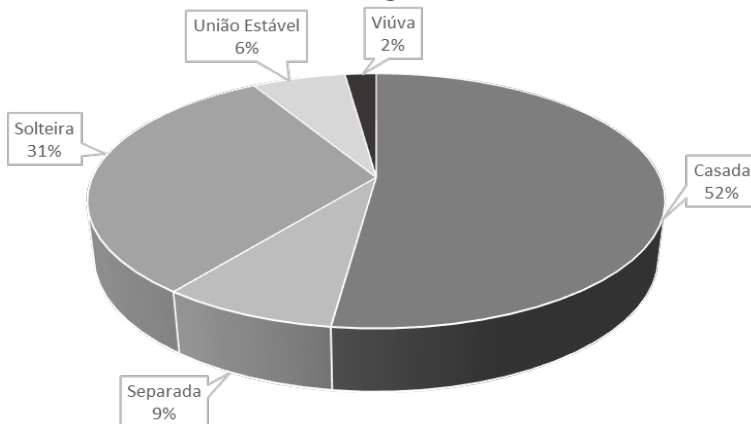
Gráfico 3 – Perfil geral: faixa etária



Fonte: Pesquisa de campo junto às profissionais de Montes Claros/MG (2018/2019).

Já no que diz respeito ao estado civil das assistentes sociais que participaram desta pesquisa, percebe-se que vinte e cinco são casadas; quinze informaram ser solteiras; quatro separadas, três afirmaram estar em uma união estável; e 1 uma profissional informou ser viúva.

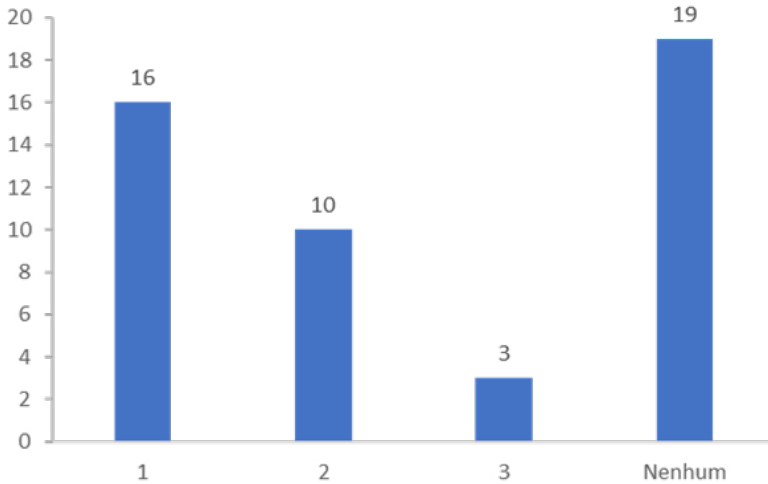
Gráfico 4 – Perfil geral: estado civil



Fonte: Pesquisa de campo junto às profissionais de Montes Claros/MG (2018/2019).

Também perguntamos às assistentes sociais se tinham filhas/filhos e, a partir das respostas apresentadas, identificamos que um total de 67% informou que sim. O gráfico a seguir apresenta a quantidade de filhos das entrevistadas.

Gráfico 5 – Quantidade de filhos



Fonte: Pesquisa de campo junto às profissionais de Montes Claros/MG (2018/2019).

O gráfico anterior, novamente, requer de nós uma análise mais aprofundada; afinal, como uma profissão majoritariamente feminina é atravessada pelos traços “do cuidado”, numa sociedade patriarcal? Cordeiro (2008, p. 72-73) indica que, “[...] ainda que nunca havido, de fato, um modelo puro de ‘homem provedor, mulher cuidadora’, durante longo período histórico esse modelo estabeleceu diretriz da divisão sexual do trabalho”. Nesse sentido,

As “qualidades” tidas como femininas, ao serem consideradas naturais ou próprias de uma suposta essência feminina, desconsideram o treinamento informal das mulheres como trabalho especializado.

Essas atividades, ao serem muito mais consideradas uma obrigação ou papel feminino, servem de justificativa para os baixos salários recebidos pelas mulheres (CISNE; SANTOS, 2018, p. 65).

Constata-se, então, que à mulher é atribuída historicamente a função do cuidado, e socialmente impõe-se o estabelecimento do matrimônio e maternidade como um reflexo de sucesso. O que se escamoteia, muitas vezes, é que a mulher – mãe e trabalhadora – sobrepõe e acumula funções. No estudo realizado por Cordeiro (2008), identifica-se que “cuidar dos filhos é uma das atividades que mais consome o tempo disponível das mulheres”. Estamos falando de uma jornada intensa, extensa e contínua. Portanto, para nós é de extrema relevância identificar que, das vinte e nove profissionais que informaram possuir filhos, vinte e seis (90%) são do gênero feminino. Os elementos que configuram as assistentes sociais entrevistadas até aqui apresentados, sem dúvida, irão nos ajudar na análise de todos os eixos que conduzem esta pesquisa.

Para finalizar este primeiro bloco de análise acerca do perfil das profissionais, perguntamos sobre o município no qual a entrevistada reside e trabalho. A partir das respostas apresentadas, constatamos que todas residem na cidade de Montes Claros/MG. Já em relação ao trabalho, quarenta e sete informaram atuar também em Montes Claros e uma indicou que trabalha no município de Francisco Sá/MG (que fica

a aproximadamente 50km de distância de Montes Claros). Entende-se que o fator distância trabalho x residência, associado às condições de transporte, impacta diretamente na qualidade de vida da classe trabalhadora. Uma vez que o período de traslado não é excluído da jornada de trabalho, o mínimo deslocamento para o espaço de atuação profissional possibilita um melhor aproveitamento de seu tempo e dedicação a outras atividades e experiências sociais.

Os dados iniciais nos permitem identificar que, de um modo geral, a profissional de Serviço Social do município de Montes Claros é do gênero feminino, vive em relação estável (casa/união estável), possui entre 31 e 40 anos, possui ao menos um filho e reside e trabalha nesse município.

Depara-se, então, com elementos que perpassam a questão de gênero na sociedade brasileira, entendendo que o conceito de gênero indica “[...] uma forma de indicar ‘construções sociais’ - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1995, p.75). Assim, os estudos de gênero partem dos determinantes biológicos - sexuais, mas não pode se reduzir a eles, devendo ser diretamente relacionados à construção social e cultural do gênero.

Importante mencionar que, quando se abre à mulher, o acesso ao mercado de trabalho está relacionado às profissões nas quais as suas “funções” remetem às tarefas tradicionalmente vinculadas às “mães e donasdecasa”, ou

seja, à mulher foi “permitido” exercer no espaço público os trabalhos que exerciam na esfera privada. E é nesse sentido que se vincula o Serviço Social à figura da mulher. Segundo Veloso (2001, p.85), “[...] a legitimidade e aceitabilidade das mulheres na profissão de assistente social, no que se refere ao gênero se dá pelo fato de esta profissão demandar qualidades e atributos considerados femininos, ou seja, a mulher desempenhava, na esfera doméstica”. A vinculação da profissão à mulher, ao feminino, remonta à sua origem histórica, afinal, vinculada aos setores mais ricos da sociedade brasileira, a mulher que quisesse ser assistente social,

[...] deveria, assim: ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas, cuja enumeração é bastante longa: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer etc. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 221).

E, sobre essa naturalização da desvalorização do feminino, é fundamental começar a lançar novos olhares, entendendo que as relações de gênero, sempre perpassadas por opressões e explorações, fundantes e arraigadas na sociedade capitalista, impactam sobremaneira a forma como nossa categoria profissional se reproduz¹³.

Perfil da formação profissional das assistentes sociais em Montes Claros/MG

A formação profissional tem sido um importante elemento de estudos e análises nos últimos anos. Sabe-se que, em decorrência do amadurecimento ideopolítico e intelectual do Serviço Social nos últimos 30 anos, constitui-se uma concepção de projeto de formação que articula e orienta a relação trabalho e formação profissional sob uma perspectiva hegemonicamente crítica. Um dos marcos importantes para se (re)pensar a formação profissional no Brasil é a publicação das Diretrizes Gerais do Curso de Serviço Social. Esse documento, fruto de um longo e coletivo trabalho, ficou conhecido como as “Diretrizes Curriculares da ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço

13 O Serviço Social brasileiro tem avançado, nos últimos anos, nas produções acerca do feminismo e dos “estudos de gênero”. Sobre esse assunto, sugerimos a leitura do livro *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*, de autoria de Mirla Cisne e Silvana Mara Morais dos Santos. Essa obra, publicada em 2018 pela Editora Cortez, compõe a Biblioteca Básica do Serviço Social (v. 8), e lança luz sobre esse tema, que precisa ser incorporado nos mais diversos espaços de atuação profissional.. Para as autoras, é importante reconhecer “[...] a apropriação da agenda feminista, étnico-racial e da diversidade sexual, na perspectiva da articulação com as lutas sociais no campo da esquerda emancipatória” (p. 20).

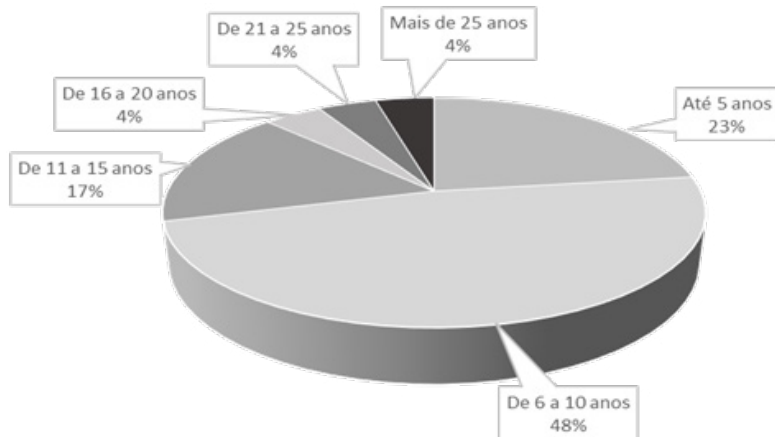
de 1996”¹⁴.

Assim, seguindo a tentativa de caracterização das assistentes sociais de Montes Claros, este item se destina a conhecer como se deu – e se dá – a formação profissional das profissionais, compreendendo que, apesar de extremamente importante, o curso de graduação é apenas uma possibilidade de formação, e que as profissionais devem buscar a todo tempo vincular-se aos espaços de educação permanente. Ou seja, ao adotarmos a concepção de formação expressa nas Diretrizes Curriculares, reconhecemos o seu pressuposto central de que é “a permanente construção de conteúdos (teóricos, éticos, políticos e culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível, assegurando elevados padrões de qualidade na formação do Assistente Social”. (ABESS, 1997, 63)

Perguntadas sobre há quanto tempo se graduaram em Serviço Social, 71% das assistentes sociais indicaram ter concluído o curso superior há menos de dez anos. Apenas quatro profissionais, o que corresponde a 8% das entrevistadas, informaram ter concluído a sua graduação há mais de 20 anos.

14 A publicação, intitulada *Cadernos ABEPSS*, no seu nº 7 – “Formação profissional: trajetórias e desafios”, lança luz entre outros assuntos ao processo de elaboração das Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social.

Gráfico 6 – Tempo de formação



Fonte: Pesquisa de campo junto às profissionais de Montes Claros/MG (2018/2019).

Os dados apresentados pelo Gráfico 6 apontam, para nós, dois elementos que merecem destaque e estão articulados entre si:

- I. a formação profissional vinculada às Diretrizes Curriculares da ABEPSS¹⁵; e
- II. a expansão do ensino superior no Brasil a partir dos anos 2000.

No que diz respeito às Diretrizes Curriculares da ABEPSS, estima-se que a formação profissional que lhe toma como

¹⁵ Devemos mencionar que, no bojo de sua formulação, as Diretrizes Curriculares propostas pela ABEPSS sofreram importantes alterações – supressões – por parte do Ministério da Educação e Cultura (MEC), originando, assim, o que chamamos de “Diretrizes do MEC – Currículo Mínimo” e “Diretrizes da ABEPSS”. Sobre esse tema, ver ORTIZ, F. G. Formação profissional e Serviço Social: uma análise sobre as Diretrizes Curriculares, seus impasses e desafios. In: GUERRA, Y; LEITE, J. L.; ORTIZ, F. G. **Temas contemporâneos em Serviço Social: uma análise de seus fundamentos**. Campinas/SP: Papel Social, 2019.

base tem condições de constituir um perfil profissional crítico com vistas não apenas ao conhecimento da realidade, mas à capacidade de articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, para a transformação dessa realidade.

Portadoras de uma direção intelectual e ideopolítica, componente imperativo do projeto profissional, as diretrizes curriculares, base para os projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Serviço Social, estão pautadas em princípios que na presente quadra histórica indicam os fundamentos para uma formação profissional desenvolvida com flexibilidade, rigor teórico, histórico e metodológico no trato da realidade e do Serviço Social (KOIKE, 2009, p. 212).

Mais uma vez, alertamos que não buscamos realizar análises reducionistas e simplistas, ou seja, não se trata aqui de uma relação imediata, automática, entre a formação sob as novas diretrizes curriculares e a reprodução de uma categoria profissional crítica e comprometida com o projeto ético-político do Serviço Social¹⁶. Tampouco procuramos afirmar que as profissionais formadas no período anterior à formulação e/ou à adoção das Diretrizes Curriculares – década de 1990 e o início dos anos 2000 – não possam

¹⁶ Referimo-nos aqui ao projeto profissional construído desde os anos de 1970 que está vinculado “a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social” (NETTO, 2006, p. 155) e que tem como elementos constitutivos “explicitação de princípios e valores ético-políticos”, “matriz teórico-metodológica em que se ancora”, “crítica radical à ordem social vigente” e “lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 190).

se comprometer com esse projeto de profissão. O que se evidencia é que a grande maioria das profissionais de Montes Claros/MG que respondeu à pesquisa (aproximadamente 92%) se graduou sob a nova lógica proposta pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS que trazem

[...] um amadurecimento da compreensão do significado social da profissão, apontam para a consolidação de um projeto de profissão vinculado às demandas históricas da classe trabalhadora e implementam uma lógica inovadora, que supera as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, combatendo a falsa dicotomia entre o ensino teórico e o ensino prático no Serviço Social (PAULA; NACARAT; SILVA, 2018, p. 157).

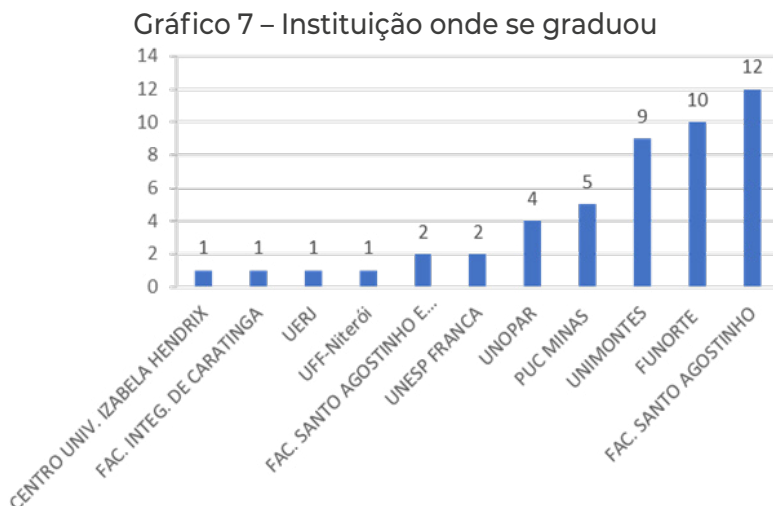
Como já apresentado anteriormente, a formação profissional a partir, sobretudo, dos anos 2000 (Período posterior à publicação e que possibilitou o espraiamento, das Diretrizes Curriculares da ABEPSS pelas Unidades de Formação Acadêmica do país) não pode ser pensada de modo desarticulado ao processo de expansão do ensino superior no Brasil. Para Koike (2009, p. 205), o fim dos anos 1990 apresenta a educação superior como um campo muito lucrativo e promissor no cenário mercantil, aumentando exponencialmente a oferta de cursos superiores no Brasil na área do Serviço Social vinculados ao ensino privado. Destaca-se que,

[..] dos 217 cursos de graduação presencial existentes no país, em 2006, 80% ou 173 deles pertenciam ao setor privado e 20% ou quarenta e quatro daquele total, ao setor público. Em 1994, existiam 72 cursos, dos quais 34% ou vinte e cinco destes eram públicos e quarenta e sete ou 66% eram particulares. Comparados os dois censos realizados pelo MEC/INEP nos períodos indicados, o aumento dos cursos pagos na área atingiu 268% (KOIKE, 2009, p. 206).

Ainda no que tange à expansão do ensino superior no Brasil, é importante demarcar a existência e o crescente incentivo à educação na modalidade à distância (EaD), com a criação Universidade Aberta do Brasil, por meio do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, e, também, do Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) (Instaurado pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007). Em síntese, o que as duas propostas geram é o aligeiramento da formação, desconsiderando o tripé da educação superior (ensino, pesquisa e extensão); o rebaixamento da qualidade da formação; e a mercantilização do acesso à educação sob um discurso de ampliação do acesso (esse último é bastante nítido quando se trata da educação à distância)¹⁷.

17 Ao realizarmos esta pesquisa e as principais análises que originaram este texto, não vivíamos sob a pandemia da COVID-19. A situação sanitária deflagrada nos primeiros meses de 2020 trouxe consigo, entre outras coisas, a imposição de processos educacionais mediados por mídias e tecnologia. O que ocorre na prática é uma imposição da realização do ensino a distância – neste contexto pandêmico, amplamente chamado de remoto e/ou remoto emergencial – que, sob as exigências de cuidados e isolamento/distanciamento social, tem penetrado as universidades públicas e avançando ainda mais nas privadas, oferecendo-se como o futuro do processo de formação. Um hibridismo presencial a distância, que, na verdade, é (mais) uma tentativa de precarizar, privatizar e elitizar as universidades brasileiras.

O Gráfico 7 nos apresenta as instituições de ensino onde as profissionais entrevistadas realizaram o curso de graduação. De acordo com as respostas apresentadas, aproximadamente 69% concluíram sua graduação em universidade particular, enquanto que 27% se formaram em universidade pública e duas entrevistadas (o equivalente a 4%) indicaram ter realizado sua graduação em instituições de ensino em duas universidades, sendo uma particular e uma pública.



Fonte: Pesquisa de campo junto às profissionais de Montes Claros/MG (2018/2019).

É importante considerar que, atualmente, a Universidade Estadual de Montes Claros é a única instituição de ensino que oferece o curso de Serviço

Social gratuitamente e na modalidade presencial em todo o Norte de Minas Gerais¹⁸.

O curso é ofertado no turno da manhã e tem uma entrada anual, ofertando vinte e cinco vagas. É importante destacar ainda que a defesa pelo ensino público, gratuito, laico, de qualidade, em uma universidade socialmente referenciada, está no horizonte das defesas travadas pelo Serviço Social brasileiro. Trata-se de um entendimento da educação como um direito e da compreensão do espaço universitário como lócus de formação profissional, mas também humana e política. Reconhecemos, porém, que não se trata simplesmente de expandir a universidade e ampliar o número de vagas. Esse processo requer investimento em infraestrutura, condições de acesso e permanência de estudantes e políticas de assistência estudantil, além de condições de trabalho para técnicos e docentes. Requer também a adoção de uma concepção de ensino superior pautado no ensino, na pesquisa e na extensão, uma educação crítica e revolucionária, elementos que estão em fina sintonia com o projeto de formação apresentado e defendido neste texto.

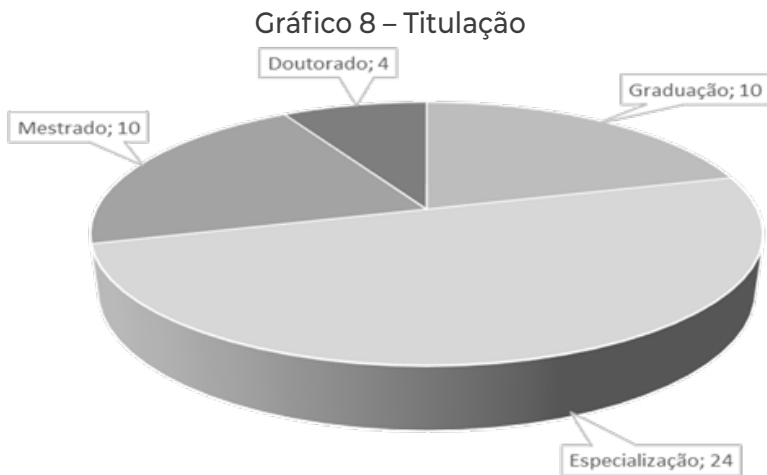
Na esteira da compreensão de que a atuação profissional requer mais do que o ensino superior é que destacamos a importância da educação permanente. Afinal, ela “[...] é uma necessidade em todas as profissões e áreas do conhecimento. Pois, no contexto atual, a

18 Mesorregião do Estado de Minas Gerais/MG, composta por 89 municípios.

dinâmica e complexa realidade em transformação produz aceleradamente questões que precisam ser desveladas e analisadas” (CFESS, 2012, p. 10), e pode ser compreendida como

[...] uma estratégia possível para se pensar uma formação crítica, não desconsiderando os desafios postos a materialização da educação permanente, seja pelos diversos conceitos antagônicos dos termos e sentidos atribuídos a educação permanente na produção do conhecimento, seja pelas circunstâncias sócio histórica das transformações do mundo do trabalho e educação, e as condições objetivas e subjetivas da formação e o exercício profissional (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2016, p. 135).

Numa primeira questão que se relaciona à lógica de uma formação continuada, perguntamos às assistentes sociais se realizaram algum curso de pós-graduação. Diante do que nos foi apresentado, no que diz respeito à titulação, dez informaram ter graduação, vinte e quatro entrevistadas possuem curso de especialização (pós-graduação *lato sensu*) e quatorze possuem pós-graduação *stricto sensu* (sendo dez mestras e quatro doutoras).



Fonte: Pesquisa de campo junto às profissionais de Montes Claros/MG (2018/2019).

São muitos os desafios que perpassam a possibilidade de uma continuidade da formação da assistente social na condição de trabalhadora assalariada, entre eles “[...] o vínculo empregatício, a correlação de forças no ambiente de exercício profissional, as características sócio institucionais, a jornada de trabalho, a valorização e visibilidade profissional, os cargos e salários, a autonomia relativa”, condições que ganham um contorno ainda mais complexo quando se confronta com a configuração de gênero da nossa profissão.

Vejamos que todos os entrevistados que se identificaram com o gênero masculino são pós-graduados (sendo 40% especialistas, 40% mestres e 20% doutores) e, ao fazermos esse mesmo estudo entre as quarenta e cinco participantes

da pesquisa que se identificam com o gênero feminino, 23% não possuem pós-graduação, 51% são especialistas, 18% possuem o título de mestrado e 7% são doutoras.

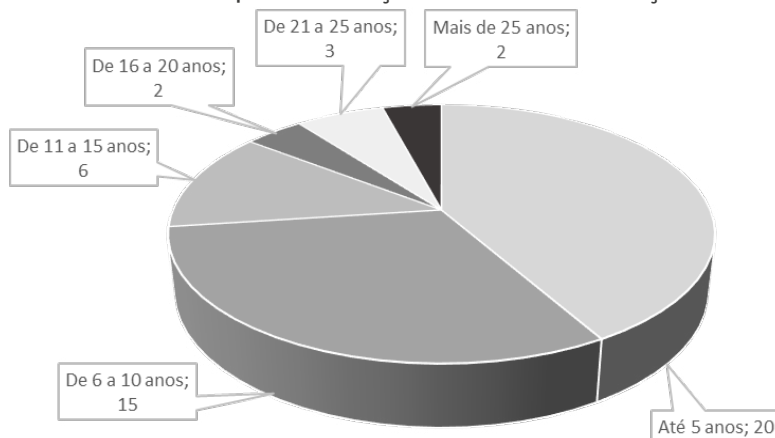
No que diz respeito à educação permanente, os dados que se apresentam no curso da nossa pesquisa estão alinhados à dinâmica contraditória entre os limites objetivos e subjetivos para a realização e participação de espaços de formação críticos e a necessidade e o compromisso ético em aprimorar-se intelectualmente para uma prestação dos serviços com qualidade. Como nos diz Yolanda Guerra,

[...] na perspectiva de uma capacitação contínua e permanente tal como proposta no nosso código de Ética Profissional, não se trata apenas de promover uma recorrente e sistemática atualização profissional, o que por si só já seria de grande relevância. O que se exige é uma formação que habilite a profissional tanto a fazer a crítica da racionalidade posta na educação da qual sua formação é resultado quanto se lhe exige o aprimoramento dos seus conhecimentos numa determinada direção (2013, p. 128).

Ainda cabe mencionar que precisamos tomar a educação permanente num sentido amplo e pautado numa lógica de educação popular. Assim, ela “alcança a dimensão mais ampla da organização política da categoria” (CFESS, 2012, p. 13), expressando-se na participação nos diferentes eventos, nos espaços de troca de conhecimento e nas instâncias político-organizativas.

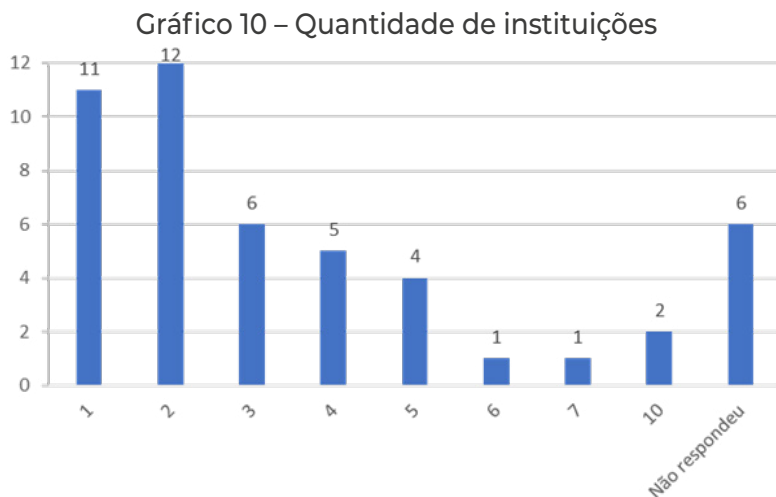
Para concluirmos a apresentação das respostas que conformam esse eixo da pesquisa, trazemos os dados sobre o tempo de atuação e a quantidade de instituições nas quais as profissionais estiveram envolvidas desde a conclusão de seu curso de graduação. Sobre o tempo que atuam na área de Serviço Social, 42% das entrevistadas indicaram que possuem experiência inferior há cinco anos; 31% têm entre seis e dez anos; 12% informaram ter entre onze e quinze anos de vivência profissional; 6% informaram ter entre 21 e 25 anos, 4% das profissionais informaram estar atuando na área há mais de 25 anos, o mesmo percentual das que informaram atuar num período superior a 25 anos.

Gráfico 9 – Tempo de atuação na área de Serviço Social



Fonte: Pesquisa de campo junto às profissionais de Montes Claros/MG (2018/2019).

Buscamos identificar entre nossas entrevistadas em quantas instituições elas já haviam atuado durante sua trajetória profissional e podemos perceber que as respostas variaram bastante. Por exemplo, tivemos onze profissionais que declararam atuar em apenas uma instituição desde a sua graduação, enquanto que duas informaram ter atuado em dez instituições ao longo de sua vida profissional. O gráfico a seguir apresenta esses dados.



Fonte: Pesquisa de campo junto às profissionais de Montes Claros/MG (2018/2019).

Sobre a instabilidade vivenciada pelas trabalhadoras, cabe inferir que, desde o final dos anos 1990, presencia-se um grande processo de reorganização do Estado brasileiro. Nessa lógica contrarreformista, tem-se um forte processo de

desregulamentação dos direitos trabalhistas, privatizações e diminuição da oferta de concursos públicos nas três esferas de governo. Há, como diz Nogueira (2019, p. 177), “[...] um claro processo de desmonte dos direitos dos(as) trabalhadores(as), os(as) quais, desde então, vem sofrendo uma progressiva ‘flexibilização’ do trabalho, com o crescimento da informalização (sem registro em carteira e da terceirização”.

A substituição dos concursos públicos por processos seletivos temporários, as flexibilizações das relações de trabalho e a desregulamentação dos direitos trabalhistas, aliadas aos baixos salários e às condições precárias de trabalhos, são, sem dúvida, alguns dos principais fatores que implicam na permanência – ou não – das profissionais numa mesma instituição empregadora.

Pois bem, as profissionais assistentes sociais se inserem nos mais diversos espaços sociocupacionais, e nessa inserção se relacionam com os usuários e outros profissionais, mas, sobretudo, se relacionam com o seu empregador. Essa relação é mediada não só por uma série de aparatos jurídicos-normativos, procedimentais e regulatórios, como também por uma venda de força de trabalho, ou seja, a assistente social é, como já dissemos anteriormente, uma trabalhadora assalariada e isso “[...] pressupõe o atendimento de demandas advindas dos empregadores, que via de regra se confrontam com as dos usuários e, especialmente, com as da profissão” (GUERRA, 2013, p. 123).

E é nesse cotidiano de trabalho precário e alienante que se impõe grandes limites, ao mesmo que tempo que se exige a participação profissional nos espaços que possibilitam o aprimoramento intelectual crítico, seja ele por meio de reuniões de estudos, eventos e curso promovidos por entidades da categoria, seja por meio da participação militante em movimentos sociais, sindicatos, conselhos de direito, entidades da categoria, entre outros.

Sendo assim, o próximo - e último - eixo da pesquisa em questão irá tratar do perfil de participação das assistentes sociais de Montes Claros nesses espaços.

Perfil da participação em eventos e movimentos sociais: espaços coletivos e educação permanente

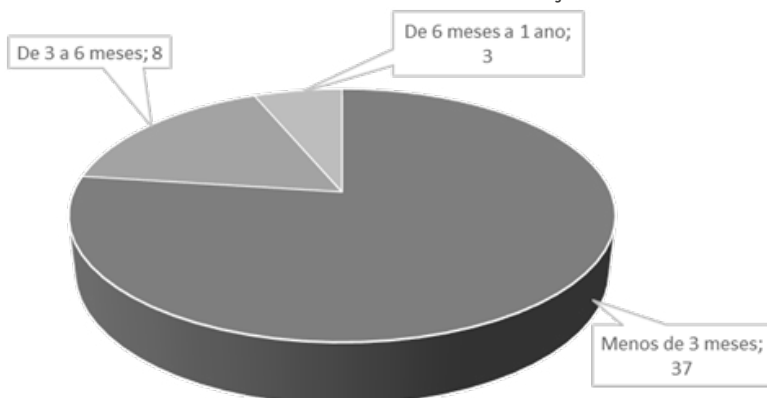
Neste terceiro item, buscamos compreender de que modo se configura o perfil das entrevistadas em relação à participação em eventos, movimentos sociais e conselhos de direitos. Assim, este eixo está completamente vinculado aos dois que o antecederam, pois considera tanto o perfil geral quanto o perfil de formação acadêmica das entrevistadas. Portanto, reforçamos o que foi dito linhas atrás e traremos os dados levantados durante pesquisa, sob a luz da educação permanente vivenciada pelas profissionais. Para isso, tomamos a educação permanente

[...] como um dispositivo que pode contribuir com uma cumulativa consciência

coletiva e crítica, em que as experiências vivenciadas pelos trabalhadores no trabalho ou em serviço possam disputar ideias, programas e projetos de causas maiores e de políticas públicas universais que superem os interesses privados e o pragmatismo tão presente no Estado Brasileiro (FERNANDES, 2016, p.41).

Sendo assim, inicialmente perguntou-se aos profissionais sobre sua última participação em eventos relacionados à sua área de atuação. 77% das entrevistadas informou que essa se deu nos últimos três meses; 17% disseram que ocorreu há mais de três e menos seis meses, enquanto 6% informaram ter participado de eventos nos últimos seis a doze meses.

Gráfico 11 – Participação em eventos relacionados à área de atuação



Fonte: Pesquisa de campo junto às profissionais de Montes Claros/MG (2018/2019).

Quando se trata, mais especificamente, dos eventos realizados pela categoria profissional, nesse caso, no que diz respeito à profissão, e não apenas à área na qual atua, quarenta e cinco assistentes sociais informaram que participam e três indicaram não participar.

Gráfico 12 – Participação em eventos da categoria



Fonte: Pesquisa de campo junto às profissionais de Montes Claros/MG (2018/2019).

Entre as profissionais que informaram participar dos eventos do Serviço Social, percebe-se uma preocupação com o aprimoramento intelectual e com a qualificação dos

serviços prestados à população, evidenciada nas respostas de algumas assistentes sociais¹⁹:

Considero de extrema importância essa participação, por que são nesses espaços que podemos, além de aprender mais, compartilhar e fortalecer as lutas da categoria (AS09).

Porque é importante para melhor aperfeiçoamento da profissão, pensar no coletivo, no bem comum dos profissionais (AS22).

Em razão de ser relevante para o fazer profissional, para aprimorar nossos conhecimentos e colocá-los em prática. Acrescenta de maneira positiva na nossa “bagagem” profissional (AS27).

A importância de dialogarmos sobre a categoria, levantando possibilidade e caminhos para uma intervenção profissional cada vez mais qualificada, pautada no compromisso ético e, principalmente, na defesa dos direitos humanos e do exercício profissional, possibilitando avanços e conquistas da categoria e a valorização do fazer profissional (AS47).

Entre as profissionais que responderam não participar dos eventos da categoria, os motivos apresentados para a

19 Como forma de garantir o sigilo e o anonimato, utilizaremos em todo o livro, para nos referirmos às respostas das profissionais entrevistadas, a seguinte codificação: ASXX, Onde “AS” é a sigla para Assistente Social e “XX”, corresponde ao número do formulário preenchido. Assim poderemos encontrar em todo o texto referências às AS01 até a AS48.

impossibilidade são:

[...] ultimamente pela dificuldade em conciliar com trabalho e cuidado com a família/filhos (AS08).

os eventos são caros (AS25).

[...] os eventos acontecem, em sua maioria, em horários que não posso comparecer (AS43).

Tem-se, sem dúvida, elementos objetivos que dizem respeito à reprodução da classe trabalhadora, as jornadas de trabalho que impossibilitam a participação, ainda mais quando se trata de eventos realizados em outros locais. Essas mesmas jornadas e empregadores negam a relevância e o lugar desses eventos como componente do trabalho profissional. Não obstante, também se situa o custo para a participação nesses eventos que, muitas vezes, são incompatíveis com a renda das profissionais.

Entende-se que esses desafios precisam ser levados em consideração para que possamos construir estratégias de ampliação da participação profissional nos espaços de formação propostos pela categoria, e por outras áreas afins (relacionadas aos campos de trabalho das assistentes sociais). Como sinaliza Guerra (p. 124, 2019), há “[...] que se aproveitar os diversos espaços de formação para a política social já constituídos, como cursos promovidos pelas entidades e

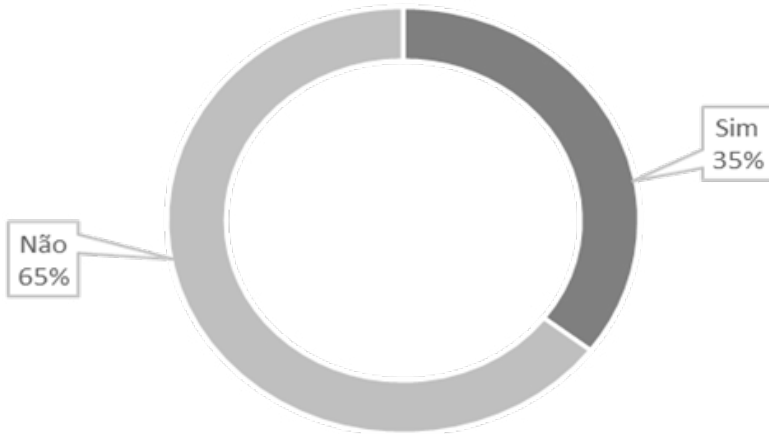
eventos” Desse modo, é indubitável que a participação profissional nos eventos da categoria é uma importante estratégia de fortalecimento e alinhamento ao projeto profissional crítico, sendo, desse modo, uma importante ferramenta para a o atendimento à classe trabalhadora (da qual fazemos parte e à qual nos dirigimos nas nossas ações profissionais).

Uma das perguntas apresentadas às profissionais de Montes Claros versava sobre a sua participação em Movimento Social e/ou associativo; afinal, segundo Mota (2014, p. 26), “[...] a relação entre os Movimentos Sociais e o Serviço Social não é apenas necessária; ela foi e é determinante da construção do que hoje denominamos como projeto ético-político profissional”. Desse modo, insta situar

[...] a atuação profissional nos processos de mobilização e organização popular como uma possibilidade de a profissão contribuir para as organizações e lutas sociais e, portanto, como contribuição necessária para o fortalecimento do projeto profissional (DURIGUETTO, 2014, p. 184).

Entretanto, o que se observa a partir das respostas apresentadas é que trinta e um profissionais não participam de nenhum movimento social e/ou associativo, enquanto que dezessete informaram participar.

Gráfico 13 – Participação em movimento social e/ou associativo



Fonte: Pesquisa de campo junto às profissionais de Montes Claros/MG (2018/2019).

Quando questionadas sobre o fator que impossibilita/desmobiliza a participação de movimentos sociais/associativos, apenas doze responderam.

Pela falta de tempo para conciliar outras atividades (AS06).

Falta de interesse (AS11).

Estou iniciando agora a possibilidade de me qualificar e participar de movimentos sociais. As experiências profissionais exteriores não me possibilitavam ter esse acesso (AS19).

Porque não fui convidada, não surgiu nenhuma proposta (AS22).

Faltou oportunidade e tempo para participar (AS27).

Desconheço-os localmente (AS33).

Devido ao tempo mesmo - falta de tempo para dedicar às ações desenvolvidas por esses movimentos (AS35).

Já participei (AS37).

Desinteresse (AS43).

Atualmente, estou dedicando a uma especialização, o que, juntamente com o meu trabalho, por questões de tempo, não é possível conciliar (AS44).

Os movimentos que participo são pontuais (AS46).

Participo de ações pontuais de movimentos sociais pela busca efetiva dos direitos (AS47).

Falta de interesse, tempo e oportunidade para participar dos movimentos sociais são as principais causas apontadas pelas entrevistas. Além disso, mesmo dizendo não participar, algumas informaram realizar ações pontuais. Os argumentos apresentados, por mais que pareçam num primeiro momento uma decisão individual, na verdade revelam expressões das configurações do trabalho sob a lógica neoliberal. É um contexto de fragmentação, desorganização e superexploração de uma classe trabalhadora cada vez mais heterogênea,

que não possui condições objetivas para enfrentamento da realidade. Conforme Lopes, Nascimento e Silva (2019, p.141), o que se percebe é um cenário complexo para a classe trabalhadora que “[...] afeta a consciência, a subjetividade e suas representações, inclusive as coletivas, como é o caso dos sindicatos e movimentos sociais”, ou seja, estamos diante de um contexto que, entre outras coisas, promove e valoriza a individualização das relações sociais.

Agora, no que diz ao grupo de dezessete profissionais que informaram participar desses movimentos, quatro responderam sobre o que as motiva, vejamos:

Para fazer valer direitos sociais. Para ampliar espaços públicos e a noção de cidadania (AS02).

Sempre achei importante, contudo, nos últimos anos, sinto que minha participação tem sido bem restrita, pela dificuldade em conciliar trabalho e cuidado com a família/filhos (AS08).

Reforça a luta coletiva da classe trabalhadora (AS31).

São lócus de construção de estratégias coletivas (AS32).

O entendimento dos movimentos sociais como espaço de organizações das lutas sociais parece ter sido incorporado entre as profissionais, porém, de modo geral, a pouca

participação nesses espaços é um ponto para análises mais aprofundadas. Sem dúvida, além da flagrante relação com a configuração de gênero da profissão e sobrecarga de trabalho posto à mulher, há, conforme Guerra (2019, p. 125), um outro elemento a se considerar:

Outra ausência que temos observado é que as lutas populares estão passando ao largo da formação. Como a nossa formação tem investido na capacitação de profissionais para atuar com movimentos sociais na educação de base? Existem disciplinas que instrumentalizam para a organização e mobilização dos movimentos sociais?

A participação em movimentos sociais é, sem dúvida, uma importante estratégia de organização da classe trabalhadora. Ao remetermos à origem das lutas dos trabalhadores, passamos pelo *ludismo*²⁰, pelas *trade-unions*²¹ e pelo movimento *cartista*, que pode ser considerado “[...] o primeiro movimento propriamente político dos trabalhadores; isso porque para além das reivindicações econômicas – como redução da jornada e aumento salarial, também lutava pelo direito ao voto” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 228).

Sejam os movimentos sociais clássicos (movimentos

20 Movimento de operários contrário à expulsão de grande contingente de trabalhadores devido à utilização de máquinas e desenvolvimento das forças produtivas. Essa situação desencadeou “[...] ações violentas dos operários voltadas para a destruição das máquinas [...]”. Sem consciência do verdadeiro inimigo de classe, identificava-se equivocadamente a maquinaria (e tecnologia) como responsável do desemprego” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 228).

21 Associações Sindicais que surgem na Inglaterra a partir de 1824.

sindicais e trabalhistas, vinculados diretamente à contradição entre capital e trabalho e às lutas de classes dela oriunda), sejam os movimentos sociais contemporâneos (complementos e/ou alternativas aos movimentos clássicos e partidos de políticos relacionados aos diversos processos revolucionários), precisamos identificar que se trata de

[...] uma organização, com relativo grau de formalidade e de estabilidade, que não se reduz a uma dada atividade ou mobilização. [...] é conformado pelos próprios sujeitos portadores de certa identidade/necessidade/reivindicação/pertencimento de classe, que se mobilizam por respostas ou para enfrentar tais questões – o movimento social constitui-se pelos próprios envolvidos diretamente na questão (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 264).

Daí nosso interesse em conhecer e traçar esse perfil na realização de nossa pesquisa, pois, assim, poderemos problematizar e buscar meios de ampliar a participação profissional nos espaços coletivos de organização das lutas sociais, num movimento que se estabelece em “mão dupla”. Afinal, tanto a categoria profissional tem muito a contribuir com os movimentos sociais quanto com eles aprender.

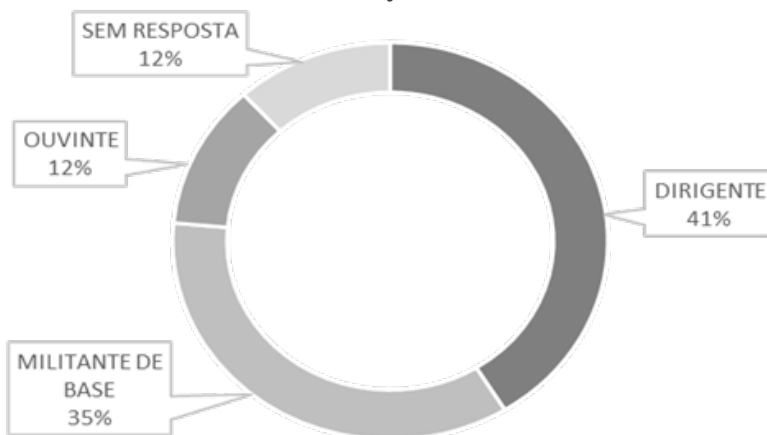
Ainda sobre a participação nos movimentos sociais e/ou associativos, podemos conferir em qual desses movimentos as profissionais estão inseridas, bem como qual a sua forma de participação.

Gráfico 14 – Qual movimento participa



Fonte: Pesquisa de campo junto às profissionais de Montes Claros/MG (2018/2019).

Gráfico 15 – Forma de atuação em movimentos sociais

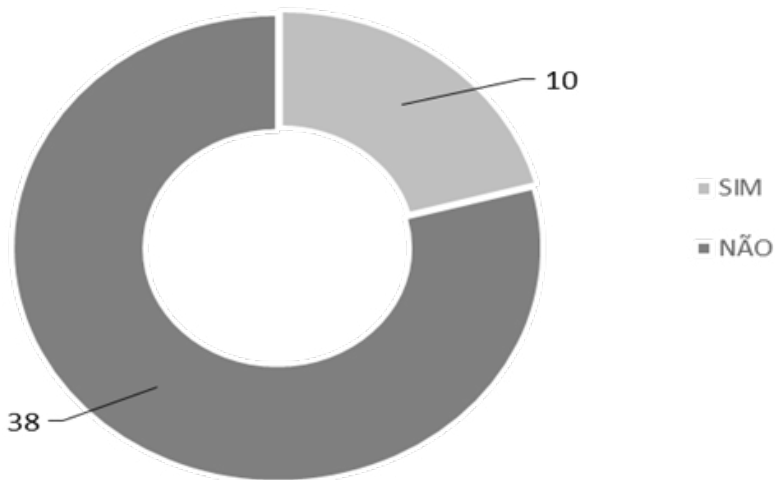


Fonte: Pesquisa de campo junto às profissionais de Montes Claros/MG (2018/2019).

Observa-se que a participação das profissionais em geral se dá como dirigente ou militante de base. Quanto aos movimentos, percebe-se que há uma ampla diversidade, com destaque para a participação daqueles vinculados à categoria profissional, religião ou partidos políticos e sindicatos²².

Ainda sobre a participação em instâncias coletivas, perguntou-se às profissionais como essas se vinculam aos conselhos de direitos ou de políticas sociais. Nesse sentido, constata-se que trinta e oito entrevistadas informaram não participar desses espaços, enquanto que dez indicaram que participam.

Gráfico 16 – Participa de conselhos de direitos



Fonte: Pesquisa de campo junto às profissionais de Montes Claros/MG (2018/2019).

Para a entrevistada AS02, a participação se dá “[...] para

²² Algumas profissionais informaram participar de mais de um movimento social e/ou associativo. Por esse motivo, o somatório das respostas é maior que dezessete.

ampliar a noção de política. Porque sou professora em que teoria e prática condicionam o agir profissional e pessoal”. Já a profissional AS44 informa que, além de ter sido indicada pela instituição à qual faz parte, “[...] é de extrema relevância contribuir para a concretização de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes, que objetivam minimizar o difícil quadro da atual situação deste público”. O que se percebe nesses relatos é o entendimento dos conselhos como instância de ampliação e disputa política.

Entre as entrevistadas que indicaram não participar, há aquelas que apontaram questões regimentais – número de mandatos e indicações institucionais –, além da falta de tempo para conciliar o horário de trabalho com outras atividades (AS06; AS23; AS38), ou não ter colocado como uma prioridade (AS29). Há ainda a que informou “ter filho pequeno e não ter com quem deixar” associado a uma “desmotivação por não ter visualizado resultados concretos” (AS39).

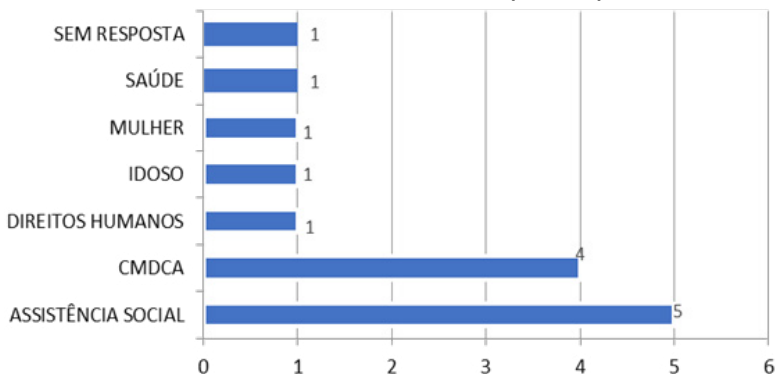
O que se percebe com as posições apresentadas pelas profissionais é que aos conselhos precisamos dedicar atenção e buscar ampliar a participação nesses espaços, sem, portanto, desconsiderar os seus limites e contradições, como indica Raichelis, em importante estudo sobre os conselhos de assistência social no Brasil,

Os conselhos, é evidente, não são o único conduto de controle social no âmbito das políticas sociais. Ao contrário, sua efetividade depende de associação a outras formas e forças políticas capazes de

potencializar-lhes a ação. Não se trata, também, de afirmar a prática *conselheira* como panaceia para o enfrentamento de todas as dificuldades decorrentes do aprofundamento dos processos democráticos, o que exige, com certeza, outras mediações políticas. Mesmo assim, parece inegável a importância da criação dos conselhos institucionais no campo das políticas sociais, como expressão da conquista da sociedade civil organizada de novos espaços de participação social e exercício da cidadania (2011, p. 132-33).

Concluindo as questões que cabem à construção do nosso perfil de profissionais, entre as respondentes que afirmaram participar dos conselhos de direitos ou de políticas sociais, identificou-se que a maior recorrência de participação se dá nos conselhos de assistência social e de defesa dos direitos da criança e do adolescente, como indica o gráfico a seguir.

Gráfico 17 – Qual conselho participa



Fonte: Pesquisa de campo junto às profissionais de Montes Claros/MG (2018/2019).

Fica nítido para nós que a participação nos espaços de militância política – e, por conseguinte, de educação permanente – tem sido amplamente prejudicada pelas configurações do trabalho profissional. Na proposta de um trabalho que atenda aos ditames do capital, as práticas rotineiras e pragmáticas atulham a categoria profissional e tornam quase utópicas as possibilidades de construção de momentos para a suspensão do cotidiano. O que se vivencia na sociedade capitalista contemporânea é um trabalho cada vez mais reiterado e alienado, e que para as mulheres se apresenta de modo ainda mais contínuo e intermitente. Um trabalho que, por muitas vezes, carrega a profissional, como um rio carrega uma jangada.

Mas, para nós, também fica evidente que essa jangada não está vazia; ela é preenchida de profissionais, de trabalhadoras e trabalhadores que conhecem os limites, os desafios, mas também as suas potencialidades, e vão “nadando contra a corrente, só para exercitar²³”, construindo a história dessa profissão que reconhece na luta e na coletividade a possibilidade de construção de uma outra sociedade.

23 Trecho de “Pro dia nascer feliz”, música de Agenor de Miranda Araújo Neto (Cazuza) e Roberto Frejat. Faixa do álbum *Barão Vermelho 2*, lançado em 1983, pelo grupo Barão Vermelho.

Considerações finais

O objetivo de nosso texto foi apresentar o que ousamos chamar de perfil profissional das assistentes sociais de Montes Claros. Não tivemos a intenção em nenhum momento – nem na pesquisa que origina este capítulo, muito menos na sua confecção – de estabelecer um padrão ou modelo; pelo contrário, queríamos apresentar ao leitor deste texto e dos demais que compõem este livro, de onde partimos para construir nossas reflexões.

Pois bem, nosso ponto de partida é a compreensão de que as entrevistadas, os sujeitos de nossa pesquisa, são assistentes sociais, trabalhadoras, inseridas em um cotidiano que reifica as relações sociais e aliena os sujeitos. Profissionais atravessadas por sua condição de assalariamento, por seu gênero, orientação sexual e configuração familiar. Falamos aqui de mulheres e homens que, a partir de suas condições objetivas e subjetivas, constroem o trabalho profissional de Serviço Social na maior cidade do norte do estado de Minas Gerais.

Como podemos observar ao longo deste texto “caracterizador”, a grande maioria das participantes desta pesquisa é composta por mulheres, que em todas as suas respostas revelam a condição estrutural de desigualdade que a sociedade sob uma lógica machista e patriarcal insiste em naturalizar. Não se trata de um dado apenas, não é ser homem ou ser mulher somente; é pertencer a um grupo

que histórica e socialmente é relegada à subvalorização e superexploração, é constituir um grupo de não tem outra opção senão a de lutar e resistir, reivindicar diuturnamente e incansavelmente seus direitos.

Sendo, portanto, uma profissão intrinsecamente vinculada ao “feminino”, o Serviço Social será atravessado pelas características que atravessam esse grupo, baixos salários, desvalorização social, pouco incentivo à qualificação e associação da atuação profissional às práticas do cuidado, “natural e voluntário”. Assim, por ser uma profissão inserida na divisão social e sexual do trabalho, o Serviço Social, será perpassado pelas transformações societárias (e do capital), traduzidas nas reconfigurações do trabalho e do Estado, e assim das políticas sociais, irão impactar diretamente a vida da classe trabalhadora, e nela a vida das assistentes sociais.

É nesse contexto, de amplo processo de privatização de políticas sociais onde o que antes era direito, passa a ser compreendido como produto a ser comprado, que compreendemos a expansão do Ensino Superior sob uma lógica privatista e na modalidade a distância. A pouca oferta de cursos de graduação - e, por conseguinte, de pós-graduação - públicos, gratuitos e presenciais tem sido uma marca na região do norte de Minas. E, de acordo com nossa pesquisa, a grande maioria das entrevistadas se formou em unidades de formação privadas. Em relação a isso, deixamos demarcado que nossa reflexão não coloca

em xeque a qualidade do trabalho desenvolvido por essas profissionais. O que queremos pontuar é o avanço de projeto de formação que se distancia da lógica da educação como direito, e que, por vezes, se pauta num projeto aligeirada que tem como foco o crescimento das taxas de lucros, deixando a cargo, quase que exclusivamente, das futuras profissionais a responsabilidade pela formação de qualidade.

Assim, compreendemos que a concepção de projeto de formação profissional está além da formação graduada, ainda que essa precise ser compreendida como um importante lócus de elaboração de uma concepção crítica de sociedade. É na graduação que se possibilita a apreensão de conhecimentos que permita à futura profissional realizar uma leitura da realidade pautadas nas dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica que orientam o Serviço Social. Para isso, é central que ao longo do processo formativo em Serviço Social seja possível experienciar atividades não só de ensino, como também de extensão e pesquisa, motivando o aguçamento de uma prática investigativa que irá dialeticamente conduzir às ações interventivas.

Mas, como falávamos, o projeto de formação sugere que a educação seja popular, permanente e revolucionária. E isso requer a participação nos espaços políticos e coletivos de lutas sociais. E, conforme pudemos constatar, nesse aspecto ainda precisamos avançar bastante. Precisamos construir

mecanismos que possibilitem uma maior participação nos movimentos sociais, sindicatos, entidades da categoria e conselhos de direito, numa perspectiva de articulação com as lutas gerais da classe trabalhadora.

Entretanto, por tudo que vimos, não é uma tarefa fácil e de construir uma atuação com maior criticidade. Afinal, isso é ir de encontro ao posto pela lógica capitalista, difundida, defendida e valorizada, por setores que dela se beneficiam e se mantêm no poder. Mais ainda que difícil, essa é uma ação que precisa ser cumprida a cada novo dia, e, para isso, conseguir realizar uma análise conjuntural e institucional é fundamental, pois, assim, compreendemos os limites para a intervenção, ao mesmo tempo que, com consciência, vislumbramos as reais condições de articular ações voltadas para a construção de uma nova ordem societária.

E como nos inspira a arte, seja figura que ilustra a capa deste livro, sejam rimas e verso de músicas e poesias, desejo que, com crítica, sigamos em direção ao horizonte, pois é nele que mora a utopia. Cada teimoso passo que nos atrevamos a dar dia após dia, o teimoso horizonte parece nos imitar, mas tudo bem, não tem problemas. Sinto que é para isso que nos serve a utopia, para que sigamos a travessia!

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL. Formação profissional: trajetórias e desafios, **Cadernos ABESS**, São Paulo, Cortez, n. 7, 1997. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/revista-temporalis/edicoes-anteriores/formacao-profissional-trajetorias-e-desafios-caderno-abess-n7-cortez-sao-paulo-1997-14>. Acesso em: 12 maio 2021.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvania Helena. Conselho Federal de Serviço Social CFESS(org.). **Código de Ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil. Campinas: Papel Social, 2013.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 8)

CORDEIRO, Marina de Carvalho. Mulher, mão e trabalhadora: breve balanço de recentes políticas de conciliação entre trabalho e vida familiar no Brasil. **Ser Social**, Brasília, v. 10, n. 23, p. 71-99, jul./dez. 2008.

CFESS (org.) **Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: CFESS, 2005.

CFESS. **Política de educação permanente do conjunto CFESS/ CRESS**. Brasília: CFESS, 2012.

DURIGUETTO, Maria Lucia. Movimentos Sociais e Serviço Social no Brasil pós anos 1990: desafios e perspectiva. *In*: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs.). **Estado, movimentos sociais e Serviço Social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014. p.177-194

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. **Educação permanente e políticas sociais**. Campinas-SP: Papel Social, 2016 (Coleção Didática do Serviço Social - Nº 02).

GUERRA, Yolanda. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional: significado, limites e possibilidade. *In*: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social**: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS, 2013. p. 123-135.

_____. Desafios para o Serviço Social na seguridade social: formação nas políticas ou para as políticas sociais. *In*: GUERRA, Yolanda; LEITE, Janete Luzia; ORTIZ, Fátima Grave (orgs.). **Temas Contemporâneos em Serviço Social**: uma análise de seus fundamentos. Campinas-SP: Papel Social, 2019. p. 107-128

GUIRALDELLI, Reginaldo; MACIEL, Fabrícia Cristina de Castro; FIGUEIREDO, Kênia Augusta. **Perfil profissional de assistentes sociais de Belo Horizonte (MG)**: subsídios para análise. Belo Horizonte, CRESS 6ª região, 2014. Documento especial n. 5.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. *In*: MOTA, Ana Elizabete *et al.* (orgs.). **Serviço Social e Saúde**: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: OPAS; OMS; Ministério da Saúde; Cortez, 2006. p. 161-196

KOIKE, Maria Marieta. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. *In*: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 201-220

LOPES, Noêmia de Fátima Silva; NASCIMENTO, Geusiani Pereira Silva e; SILVA, Diego Tabosa da. Configuração do trabalho no capitalismo contemporâneo: algumas reflexões. *In*: SOUZA JUNIOR, Luiz Carlos de; TRINDADE, Hiago (orgs.). **200 anos de luta**: marxismo e reflexões contemporâneas. Juiz de Fora: Editoro UFJF, 2019. p. 131-149.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010 (Biblioteca básica do Serviço Social, v. 5).

MOTA, Ana Elizabete. Prefácio. *In*: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGHETTO, Maria Lúcia (orgs.). **Estado, movimentos sociais e Serviço Social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014. p. 23-30

NASCIMENTO, Chrislayne Caroline dos Santos; OLIVEIRA, Carla Montefusco de. Educação permanente e Serviço Social: apontamentos sobre a formação profissional. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 16, n. 31, jan./jun. 2016, p. 133-165.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. A construção do projeto ético-político contemporâneo. *In*: MOTA, Ana Elizabete *et al.* (orgs.). **Serviço Social e Saúde**: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: OPAS; OMS; Ministério da Saúde; Cortez, 2006. p. 141-160

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. Terceirização e divisão sociosexual do trabalho no setor público: 'limpando' na Unifesp-BS. *In*: SOUZA, Edvânia Â; SILVA, Maria Liduína de Oliveira (orgs.). **Trabalho, questão social e Serviço Social**: a autofagia do capital. São Paulo: Cortez, 2019. p. 174-193

ORTIZ, Fátima Grave. Formação profissional e Serviço Social: uma análise sobre as Diretrizes Curriculares, seus impasses e desafios. *In*: GUERRA, Yolanda; LEITE, Janete Luzia; ORTIZ, Fátima Grave (orgs.). **Temas contemporâneos em Serviço Social**: uma análise de seus fundamentos. Campinas-SP: Papel Social, 2019. P. 215-240

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de; NACARAT, Ana Cláudia Leiroz; SILVA, Camila Martins. A proposta das oficinas nas diretrizes curriculares: elemento para debate. *Revista Temporalis*. Brasília, ano 18, n. 35, jan./jun. 2018, p. 155-172.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminho da construção democrática**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra?: mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social**. 3.ed. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. *In*: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 185-199

VELOSO, Renato. No caminho de uma reflexão sobre Serviço Social e Gênero. **Revista Praia Vermelha**. Estudo de Política e Teoria Social, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 2, n. 4, 2001.

PARTE 2

ESPAÇO OCUPACIONAL, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O SERVIÇO SOCIAL: INFERÊNCIAS E PARTICULARIDADES DO TRABALHO DAS²⁴ ASSISTENTES SOCIAIS DE MONTES CLAROS /MG

*Geusiani Pereira Silva e Nascimento
Ivone Mendes Ferreira
Francine Rodrigues de Oliveira Rocha*

*O real não está no início nem no fim, ele se
mostra pra gente é no meio da travessia.
(Guimarães Rosa).*

Considerações e inferências introdutórias

A aproximação do Serviço Social com a teoria social crítica, desde o final da década de 1970 e a partir da década de 1980, influenciou as formas e as bases de apreensão de conhecimentos indispensáveis para o desvelamento das determinações e transformações societárias, que, por sua vez, subsidiaram movimentos cada vez mais adensados de reflexão, análises e as inúmeras revisões críticas empreendidas pela e sobre a profissão, sem perder de vista a realidade e as relações sociais nas quais está inserida.

Indica a literatura da área que, de lá para cá, talvez seja

²⁴ Como já fora sinalizado anteriormente, reforçamos, desde o início do presente estudo, que a escolha política pela flexão de gênero para o feminino, ao referir-se às assistentes sociais, não é casual: é uma opção ético-política que se sustenta nas análises sócio-históricas da profissão, nos estudos mais abrangentes sobre Serviço Social e questões de gênero. Não se tem a intenção de excluir um determinado grupo/segmento populacional, mas entende-se que, da mesma forma que se utilizam termos com flexões masculinas (para se referir a públicos que, inclusive, são majoritariamente femininos), não existiria problema utilizar termos com flexões femininas, como “as assistentes sociais”, considerando os elementos ora apresentados.

o Serviço Social uma das profissões que mais empreendeu essas análises críticas e revisões substanciais, principalmente afeitas à sua direção social (como ao decifrar e romper hegemonicamente com a perspectiva tradicional e ao legitimar a defesa de outra ordem societária). Somam-se, ainda, as análises sobre suas dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas que se espriam no campo da formação profissional, inferindo nas atividades desenvolvidas em vários espaços ocupacionais, aqui também identificados, por sua constituição societária e pelas particularidades da área, como sócio-ocupacionais.

Sustentando-se na teoria social crítica, identificam-se e reconhecem-se as assistentes sociais como trabalhadoras, assalariadas, representantes de um determinado coletivo que prima pela *defesa de valores radicalmente humanos* e que defende um projeto profissional, e societário, ancorado nos processos históricos e na concretude da vida social. Reitera Guerra (2018, p. 30), ao trazer argumentos de pensadores como Karl Marx e Friedrich Engels (1989²⁵), que a realidade tornou-se a matéria dessa profissão. É dela que se extraem os conhecimentos, as condições, as estratégias e as táticas necessárias para o enfrentamento dos desafios e percalços cotidianamente apresentados ao Serviço Social e aos que o legitimam. Nessa direção, a história tornou-se “[...] a substância da qual se constitui a profissão; a negatividade é o que a mobiliza e, as alterações nessa realidade [...]

25 A base para tais reflexões é a obra assim referenciada: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

tornaram-se os meios objetivos precípuos” (GUERRA, 2018, p.30).

Ao partir da necessidade de se pensar o real, sua vivacidade, contradições e dinâmicas, situam-se as particularidades do trabalho desenvolvido por assistentes sociais de uma cidade do Norte de Minas Gerais, identificada territorialmente como uma macrorregião que é referência para inúmeros municípios. É desse contexto que se extraem alguns elementos para conhecer e compreender as realidades vivenciadas por trabalhadoras, inseridas em vários espaços de trabalho, em diferentes estágios/fases das necessárias políticas públicas e sociais.

Sob tais bases, parte-se mesmo do entendimento de que as assistentes sociais, partícipes de um adensado processo de formação acadêmico-profissional, devidamente inscritas e habilitadas nos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), em todo o território nacional, trabalham. Não é uma atividade caritativa, filantrópica ou prática direcionada por valores cristãos. É trabalho. E, mesmo cientes dos distintos projetos individuais, sabendo dos princípios e projeções dessa profissão, as assistentes sociais, uma vez inseridas em um espaço sócio-ocupacional, a partir de um determinado vínculo organizacional, participam de um processo societário mais amplo de “mercantilização da força de trabalho” que, muitas vezes, impõe limites à sua autonomia institucional. Logo, é mister decifrar “[...] as tendências da conformação

da categoria profissional e de seu trabalho em tempos em que viceja o capital financeiro”, trazendo os sujeitos que trabalham, no caso assistentes sociais, para o centro das análises (IAMAMOTO, 2011, p. 339).

O reconhecimento dessas assistentes sociais como trabalhadoras, como se verifica, não é casual. São pessoas que vendem suas forças de trabalho, desenvolvem atividades diversas amparadas pelas normativas que regulamentam a profissão (Lei nº 8.662/1993), e que precisam de garantias objetivas (como remuneração) para sobreviverem. Essas, na maioria das vezes, advêm de sua inserção, muitas vezes precária, no mercado de trabalho. Assim sendo, busca-se, por meio deste estudo, conhecer as particularidades do trabalho das assistentes sociais, tomando a cidade de Montes Claros²⁶ como referência socioespacial. O estudo pauta-se pelo interesse por entender e compreender melhor onde e como acontece o exercício dessas profissionais, imbricadas em vários espaços sócio-ocupacionais e em distintas fases dos processos de políticas públicas e sociais.

Frente à ampliação do “conjunto de homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho” (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 335-336), também se situa a busca pelo fortalecimento e a elaboração cotidiana de estratégias e táticas que podem qualificar o trabalho profissional e contribuir para a mudança de contextos e situações adversas

26 Montes Claros é um dos 89 municípios de referência socioeconômica, histórica, cultural e política em toda a macrorregião do Norte de Minas.

enfrentadas por toda a população, especialmente pela *classe que vive do trabalho*²⁷, que “já é expropriada de toda a riqueza, material e intelectual, produzida socialmente” (CARDOSO, 2016, p. 16). Sem sombra de dúvidas, os efeitos práticos e perversos advindos dessas realidades não são sentidos e vivenciados apenas por quem está inserido “diretamente no processo de produção material” (CARDOSO, 2016, p. 20), mas por todos(as) aqueles(as) que precisam de salários e condições objetivas para sobreviverem.

Acredita-se que as análises sobre o trabalho das assistentes sociais de Montes Claros/MG não são limitadas, pois se considera a realidade da classe trabalhadora do século XXI como um todo. Nesses tempos de agudização das expressões da questão social, essa classe, mesmo considerando as particularidades de sua localização socioespacial, tornou-se ainda “[...] mais fragmentada, mais heterogênea e ainda mais diversificada” (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 343). Preocupa o fato de que, sob a égide do capital financeiro, mundializado, o trabalho, como o desenvolvido pelas assistentes sociais, como uma de suas principais fontes de sobrevivência (quando não a única), tornou-se “[...] ainda mais precarizado, por meio das formas de subemprego, desemprego, intensificando os níveis de exploração para aqueles que trabalham”. Nesse sentido, torna-se pertinente conhecer sua dinâmica, as condições de trabalho e as

27 Categorização feita por Antunes (2003, p. 230) para se referir a processos múltiplos e multifórmes em que se situam “[...] a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho [...] que são despossuídos dos meios de produção”.

particularidades locais, regionais, sem perder as inferências macroestruturais mais abrangentes²⁸.

Mudanças no “mundo trabalho²⁹”, requisições sócio-históricas e o Serviço Social: pistas para a análise do trabalho das assistentes sociais de Montes Claros/MG

Em se tratando de uma sociedade legitimadora do capital mundializado, fetichizado pelas possibilidades globais, e pelas perversas possibilidades de produção de riquezas e agudização das desigualdades socioeconômicas, é imperativo entender, e desvendar, o conjunto de determinações que incidem sobre o Serviço Social e o trabalho das assistentes sociais que, cotidianamente, vivenciam, “pelejam”³⁰ e compartilham as agruras dos adensados processos neoliberais que mercantilizam direitos e promovem a fragilização das políticas públicas e sociais, ainda responsáveis pelo atendimento de demandas e necessidades salutares para a vida em sociedade.

A divisão social e técnica do trabalho, enquanto instituição, também se altera nesse contexto capitalista, principalmente, no que diz respeito à sua abrangência, espacialidade, requisições e especialidades. De toda forma, uma lógica é materializada pelas relações de trabalho constituídas

28 Nesse sentido, tornou-se oportuna a comparação de estudos, como o realizado pelo Conselho Federal de Serviço Social (2005) que apresenta elementos para se pensar o perfil profissional.

29 Faz-se referência, aqui, ao trabalho desenvolvido na sociedade capitalista, pautado pelas lógicas perversas de exploração/alienação.

30 Termo muito utilizado por Motta e Amaral no livro *Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro* (2016), por elas organizado.

que, diferente de tempos remotos, não têm dimensões e inferências apenas em um lugar, mas em todos os territórios. Como destaca Forti (2011, p.3), “[...] a esfera produtiva não é um fenômeno natural, mas produção social que expressa historicamente as relações sociais”.

Não obstante, tal divisão reproduz e legitima mentalidades muito próprias do sistema dinâmico que as constituíram. Assim, torna-se elementar entender que essas inferências neoliberais não são meras modificações econômicas e políticas. Elas mudam as instituições, as relações sociais constituídas, as mentalidades, os processos de trabalho, as políticas sociais, as requisições, as demandas profissionais, os espaços sócio-ocupacionais, as condições de trabalho, as respostas e as mediações e, porque não citar, a própria formação acadêmico-profissional que intenta, e precisa, ser continuada e sustentada em sólidos fundamentos.

Tais determinações, contextualizações, mentalidades e inferências socioeconômicas e políticas subordinam necessidades, demandas e direitos sociais aos interesses econômicos, provocando, conseqüentemente, o aprofundamento das desigualdades, a agudização da pobreza, “[...] ao mesmo tempo em que se retira a possibilidade de o Estado investir em políticas sociais que atendam, minimamente, às demandas das classes subalternas para garantir sua sobrevivência” (MOTA; AMARAL, 2016, p. 30; CARDOSO, 2016, p. 20).

As instituições, organizações, estabelecimentos, sujeitos e práticas, socialmente situados, podem reiterar, legitimar e/ou desempenhar funções que, alheias às perspectivas de transformação societária, se colocam a serviço de formas históricas de exploração, opressão e mistificação nem sempre explicitadas. Comumente, essas funções são deformadas, disfarçadas e até naturalizadas como parte originária das instituições e das organizações quando, na verdade, objetivam atender a determinados interesses.

O estudo sobre a origem das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, e sobre o processo de institucionalização dessa profissão em território nacional, oferece elementos para se pensar como as determinações e certas requisições profissionais não são subjetivas ou individualmente criadas. No bojo das demandas sócio-historicamente criadas e apresentadas, o Serviço Social pode ser compreendido como reprodutor das lógicas dessa sociedade burguesa, nos marcos do capitalismo monopolista que “[...] recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica” (NETTO, 2011, p.15).

A literatura especializada indica que a criação das primeiras escolas de Serviço Social, no Brasil, deu-se nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, em 1936 e 1937, respectivamente, nos marcos do governo de Getúlio Vargas. O conjunto de determinações e elementos sócio-históricos

e políticos, evidenciados nessa época, forjou as demandas que incidiram em muitas requisições profissionais. É nesse período que também se destacam os trabalhos de recristianização desenvolvidos pela Igreja católica, a serem viabilizados por uma formação moral e social específica, por mulheres de boa índole, pertencentes às famílias tradicionais. Esse era, inclusive, o perfil das primeiras estudantes/assistentes sociais formadas pelos primeiros cursos de Serviço Social no Brasil: não eram reconhecidas e nem se reconheciam como trabalhadoras. Logo, têm-se aqui pistas de outras defesas societárias.

Além das requisições e demandas da década de 1930, situa-se também a institucionalização de serviços socioassistenciais na década de 1940, como respostas estatais às latentes expressões da questão social. Assim sendo, ao pautar por estudos dessa natureza, considera-se que,

Com o crescimento da industrialização e das populações das áreas urbanas, surge a necessidade de controlar a massa operária. Com isso o Estado absorve parte das reivindicações populares, que demandavam condições de reprodução: alimentação, moradia, saúde, ampliando as bases do reconhecimento da cidadania social, através de uma legislação social e salarial. Essa atitude visava principalmente o interesse do Estado e das classes dominantes de atrelar as classes subalternas ao Estado, facilitando sua manipulação e dominação [...]. O Serviço Social enquanto profissão situa-se no processo de reprodução das relações sociais,

como atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante entre a classe trabalhadora (PEREIRA, 2007, p.33-34).

As contradições e os aprofundamentos das expressões da questão social, advindas das contradições entre capital e trabalho, favoreceram a institucionalização do Serviço Social brasileiro. A politização de tais demandas também se relacionou aos tensionamentos e às diversas manifestações da classe trabalhadora que reivindicavam melhores condições de trabalho, vida e justiça social. É sob tais bases que o Serviço Social constitui-se como:

[...] parte do trabalho social produzido pelo conjunto da sociedade, participando da criação e prestação de serviços que atendem as necessidades sociais. Ora o Serviço Social reproduz-se como um trabalho especializado na sociedade por ser socialmente necessário: produz serviços que atendem as necessidades sociais, isto é, tem um valor de uso, uma utilidade social. Por outro lado, os assistentes sociais também participam como trabalhadores assalariados, do processo de produção e/ou redistribuição da riqueza social. Seu trabalho não resulta apenas em serviços úteis, mas ele tem um efeito na produção ou na redistribuição de mais-valia (IAMAMOTO, 2007, p.24).

No esforço de desvelar o significado social da profissão, a autora demarca, a partir dos seus argumentos, a importância

de apreender o Serviço Social como especialização do trabalho coletivo e como partícipe do processo de produção e reprodução das relações sociais. Faz-se referência a um trabalho concreto, útil, e que corrobora para a “[...] constituição da materialidade e da subjetividade das ‘classes que vivem do trabalho’” (IAMAMOTO, 2007, p. 25). O Serviço Social é uma profissão regulamentada na sociedade, e seus profissionais dispõem de relativa autonomia na condução do exercício profissional. Sob tais bases, ainda é possível afirmar que “[...] o significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam [e que atende], os quais personificam funções diferenciadas na sociedade” (IAMAMOTO, 2011, p.215).

Entender a inserção/vinculação dessa profissão na divisão social e técnica do trabalho implica problematizar como se dá a relação de compra e venda da força de trabalho das assistentes sociais a empregadores diversos. Essa interpretação da profissão sobre os aportes da teoria marxista elucida os processos exploratórios vivenciados pelas assistentes sociais, no marco do capitalismo vigente, permitindo compreender melhor as particularidades e as possibilidades concretas de trabalho. A condição de trabalhadora assalariada, regulada por um contrato de trabalho, impregna o exercício profissional de dilemas da alienação e determinações sociais que afetam a coletividade de todas as trabalhadoras.

Os tensionamentos advindos do confronto entre a perspectiva tradicional da profissão (hegemonicamente vigente nas décadas de 1960 e 1970) e o projeto profissional crítico (assumido a partir da década de 1980, sustentado noutros referenciais teórico-metodológicos e ideopolíticos) possibilitaram repensar o projeto profissional à luz da teoria social, impulsionando o reconhecimento e a defesa dos direitos da classe trabalhadora, considerando, inclusive, a posição das assistentes sociais nessa sociedade de classes, e as relações de exploração/opressão/dominação comuns a todas as trabalhadoras assalariadas.

Ao comparar o perfil daquelas primeiras estudantes e egressas dos cursos de Serviço Social com o dos tempos atuais, certamente, é possível identificar que esse perfil mudou: trata-se não mais de mulheres de “boa índole” pertencentes às famílias abastardas, mas, majoritariamente, de trabalhadoras que se inserem/matriculam nos estabelecimentos de ensino em busca de uma formação superior, ansiando por melhores possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Tendenciosamente, nesses tempos, tornam-se atrativas as “chamadas” por uma formação mais aligeirada, justamente pelas possibilidades de atender a demandas de um público que deseja acessar o ensino superior, mas que também precisa sobreviver.

Como visto, quando se consideram as inúmeras transformações em curso, não se pode perder de vista as

particularidades desses processos de formação profissional hoje, tendenciosa e forçosamente fragmentados, por conta das demandas e feições mercadológicas aligeiradas. Se todas as condições acima apontadas inferem no cotidiano das assistentes sociais, também é possível afirmar que a qualidade da formação pode estimular certas “escolhas” profissionais; pode sustentar a existência antagonica de diferentes projetos de profissão, além de subsidiar determinadas visões de mundo e intervenções profissionais que, nem sempre, desnaturalizam os contextos e as situações de violências vivenciadas pelas(os) principais demandatárias(os) das ações desenvolvidas por essas profissionais.

A avassaladora expansão de formas difundidas como mais “acessíveis” para a qualificação profissional e o aumento da oferta de uma forma de ensino fragmentado e/ou à distância limitam as possibilidades qualitativas e continuadas de uma formação acadêmico-profissional sustentada pela indissociabilidade do ensino, da pesquisa e extensão universitária, que não pode perder de vista as Diretrizes Curriculares do Serviço Social. No entremeio aos projetos pessoais, profissionais e societários, que sofre tensionamentos quando iniciada uma formação crítica em Serviço Social, pode-se romper ou adversamente manter certas visões de mundo e práticas, por sinal conservadoras, violentas e preconceituosas, que repercutem nos espaços de trabalho e na vida do público atendido.

Ademais, em tempos em que se reclama pela reprodução prática da vida e das profissões, a apreensão mais aprofundada e não pontualmente utilitária de conhecimentos, que deveria ser incessante e sustentadora daquela dimensão prática, perde-se, corroborando para a perda da qualidade dos serviços prestados e para a predominância de percepções fatalistas e/ou messiânicas sobre o Serviço Social e a realidade na qual está inserido

É nesse contexto contraditório, complexo, que se destaca a fragilização dos processos de formação/qualificação, o aumento do número de profissionais, a extinção de vários espaços e funções que incidem na constituição de um “exército de reserva profissional” que alteram o mercado e as condições de trabalho, as formas de inserção e os vínculos estabelecidos. Para Mota e Amaral (2016, p.44): “[...] esse excedente profissional interfere, sobremaneira, no mercado de trabalho, posto que são características dessa conjuntura, a fragilidade dos vínculos de trabalho, a quase generalizada precarização do trabalho e os baixíssimos salários dos assistentes sociais”. Sem “opções”, algumas profissionais têm dificuldades em desenvolver atividades como assistentes sociais e, nesse mercado de trabalho fragilizado para várias profissões, desempenham outras funções muito diferentes de sua formação originária.

As atuais condições de trabalho das assistentes sociais, por sua vez, são muito semelhantes às condições de

trabalho de várias outras trabalhadoras, principalmente porque se situam “[...] nos marcos de uma conjuntura cada vez regressiva para os interesses imediatos e históricos daqueles que vivem do trabalho” (CHAGAS, 2015, p.184). É nesse contexto que desponta a necessidade de estudos e da produção de conhecimentos mais aprofundados sobre as condições objetivas e subjetivas de trabalho das assistentes sociais. É indispensável, então, compreender a sua dinâmica, as possíveis e qualitativas modificações em seu *modo operandi* que repercutem no cotidiano e também na imagem historicamente construída dessa profissão. Entende-se que certos contextos e conjunturas podem determinar “racionalidades que incorporam e subsidiam diferentes projetos de profissão” (GUERRA, 2018, p.33).

Instigados por tais reflexões, faz-se necessário, então, conhecer: Que tipo de trabalho assalariado essas profissionais desenvolvem? Onde e como se desenvolvem? Qual a qualidade dos vínculos organizacionais? Quais são as relações sociais que direcionam, potencializam ou limitam o exercício profissional? Que função e papéis desempenham; qual é a qualidade do processo de formação dessas assistentes sociais: limitou-se à graduação ou é continuada? Que projeções profissionais, valores e princípios as profissionais compartilham e legitimam cotidianamente nos diferenciados espaços ocupacionais? A intervenção colabora/favorece o acesso populacional a bens, direitos, serviços e oportunidades sociais? Ou favorece a

manutenção da ordem capitalista, de privilégios e cenários de opressão, exploração e dominação? Essas perguntas, necessárias e abrangentes, podem não ser encontradas em muitas respostas dadas pelas profissionais de Montes Claros/MG, mas isso não quer dizer que não devam ser problematizadas, a partir desse ou de posteriores estudos.

Reforça-se que as análises aqui compartilhadas permitirão conhecer as particularidades e a dinâmica dos diferentes espaços sócio-ocupacionais aos quais as assistentes sociais se vinculam. É possível identificar contradições inerentes ao exercício profissional próprias da condição de assalariamento da assistente social em um contexto de precarização das condições de trabalho. Logo, demarca-se que o estudo sobre o trabalho e os espaços sócio-ocupacionais dessas assistentes sociais, mesmo que se tratando de uma realidade mais localizada, não pode ser feito descolado de tais determinações e contextualizações. Por isso, não se perdem de vista os estudos nacionais encontrados, como referências para possíveis comparações.

Espaços sócio-ocupacionais e as particularidades do trabalho das assistentes sociais de Montes Claros/MG: algumas evidências

Não se pode desconsiderar que os espaços sócio-ocupacionais, que não se limitam às ambiências ou estruturas físicas, refletem a dinâmica sócio-histórica da sociedade a qual sustenta, motiva e justifica sua criação para a inserção

de determinadas profissionais, como as assistentes sociais. Nesse sentido, é possível afirmar que os valores, princípios, tensões, contradições, conflitos e até possibilidades identificáveis na sociedade capitalista como um todo também se fazem presentes nesses espaços viabilizadores do exercício profissional.

O espaço, situado em um feixe de relações sociais, tem dimensões físicas e é referência para o atendimento de certas demandas que requisitam a constituição de vínculos empregatícios. Considerando os fundamentos de sua criação, também pode ser referência de objetificação, coisificação e reificação, o que indica suas dimensões imateriais, nem sempre restritas às demarcações socioespaciais.

Se são frágeis as capacidades teórico-metodológicas dos sujeitos que ali se inserem; se essas não conhecem a história desse espaço; se não conhecem os processos e determinações que incitaram sua criação; e se não compreendem suas finalidades e formas de operar, esse mesmo espaço de possibilidades e de materialização de vínculos pode legitimar aquelas lógicas societárias, por sinal pautadas por relações hierarquizadas, de mando, controle, exploração, opressão e privilégios.

Sinaliza autores como Santos (2011, p.138) que, “[...] quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação”.

Logo, o espaço sócio-ocupacional das assistentes sociais pode ser referência para a superação de limites e restrições; sendo campo de possibilidades concretas para a mudança de contextos e cenários adversos e violentos; ou pode ser o “lugar” para a perpetuação de práticas ahistóricas, acríticas, pragmáticas, preconceituosas, conservadoras, violentas e, porque não reiterar, de alienação. É desejável que esse espaço sócio-ocupacional, plural, mesmo permeado por contradições, até considerando os princípios legitimados e defendidos atualmente pelo Serviço Social, não seja um espaço promotor de desigualdades e injustiças, cujos fins prioritários são as “coisas”, os procedimentos e não as pessoas.

Os espaços sócio-ocupacionais, aos quais se inserem as assistentes sociais, não estão, de forma alguma, alheios a esses processos societários, permeados e modificados por um conjunto de determinações socioeconômicas, históricas, políticas e culturais. Ao contrário, são esses processos, e determinações, que potencializam os limites institucionais/ organizacionais; que indicam (ou escondem) possibilidades de mediação e intervenções profissionais, ao passo que acirram as correlações de força entre os que detêm apenas a sua força de trabalho e os que pagam, ou viabilizam o pagamento (mesmo que não correspondente) do que fora desenvolvido. Como explicita Iamamoto:

[...] as alterações verificadas nos espaços ocupacionais do assistente social têm raízes nesses processos sociais, historicamente

datados, expressando tanto a dinâmica da acumulação, sob a prevalência de interesses rentistas, quanto a composição do poder político e a correlação de forças no seu âmbito, capturando os Estado Nacionais, com resultados regressivos no âmbito da conquista e usufruto dos direitos para o universo dos trabalhadores (2009, p. 3).

Sustentado em tal entendimento, socializam-se, por meio do presente estudo, algumas análises e evidências sobre o trabalho desenvolvido por assistentes sociais de Montes Claros/MG. Trata-se de uma produção relevante considerando a dimensão e abrangência desse município no território do Norte de Minas, que tem expressivo contingente populacional (estimado em 409.341 habitantes³¹, no ano de 2019), segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mesmo situando elementos de certa regionalidade³², sabe-se que a trajetória, a inserção e as particularidades do Serviço Social só podem ser compreendidas no contexto mais amplo da profissão, nos marcos da sociedade sob a égide do capital, até por considerar que se trata de uma profissão inserida nas relações de produção e reprodução sociais. O aspecto particular dessa realidade, que se propõe a conhecer, não perde de vista os determinantes socioeconômicos mais

31 Para outras informações sociodemográficas sobre o município de Montes Claros/MG, principalmente sobre essa estimativa populacional de 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/montes-claros/panorama>. Acesso em: 12 maio 2021.

32 Para tanto, não perde de vista os estudos também feitos pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (2004) e pelo Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) de Minas Gerais (2014) sobre o perfil e as condições de trabalho dos(as) assistentes sociais do Brasil e desse estado específico.

amplos. Por isso, entende-se que as questões mais ampliadas não são apenas “panos de fundo”, nem tampouco referências descoladas dessas realidades ora analisadas. Nesse sentido é que se prioriza a fundamentação das análises na teoria social crítica, pela possibilidade de entender o movimento dialético que correlaciona o universal/particular/singular.

Parte-se, para fundamentação deste trabalho, das pesquisas desenvolvidas, entre os anos de 2018 e 2019, por professoras e estudantes do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), vinculadas ao Projeto de Pesquisa intitulado: **“Trabalho e Serviço Social contemporâneo: particularidades e configurações no norte de Minas Gerais”**. Por meio dos resultados amostrais, demarca-se a relevância de pesquisas acadêmico-profissionais que se dispõe a conhecer, e a compreender, a dinâmica, as particularidades e a configuração do trabalho das assistentes sociais em uma região do Brasil, como a de Montes Claros/MG.

Quando analisamos os dados e as informações sobre os vínculos organizacionais e sobre as condições de trabalho das quarenta e oito profissionais de Montes Claros/MG³³ que participaram desse estudo, têm-se indicativos relevantes para se pensar a formação, as particularidades do trabalho profissional e sua repercussão objetiva e subjetiva na vida

33 Aqui se considera, para tal classificação, que a cidade de Montes Claros é caracterizada como de nível médio superior por suas “[...] características mais intermediárias, quando se trata do tamanho demográfico, da hierarquia e das funções econômicas” (FILHO; RIGOTTI; CAMPO, 2007, p. 9).

dessas assistentes sociais. Criticamente, percebe-se que as relações de trabalho e de vida se entrelaçam, pautadas pelos processos perversos de exploração/alienação que desumanizam, e extrapolam o *locus* de referência para o exercício profissional.

No que diz respeito às informações sobre o tempo e condições de trabalho, e sobre os vínculos empregatícios estabelecidos por essas quarenta e oito profissionais, que, em sua maioria, são mulheres, com faixa etária predominante entre 31 a 50 anos³⁴, constatou-se, por meio da pesquisa, que 20 assistentes sociais têm até cinco anos de experiência profissional. Essas fazem parte de um quadro de profissionais (como apresentado na Tabela 1 a seguir) que se inseriram recentemente no mercado de trabalho. Um total de quinze outras indicaram que trabalham como assistentes sociais num período que ultrapassa esses cinco anos, chegando a uma referência de dez anos de atividades desenvolvidas.

34 Vale reforçar, para o momento, algumas particularidades sócio-históricas da profissão. Entre as pesquisadas, um total de quarenta e duas são mulheres, enquanto apenas seis são homens. Outro dado importante sobre o perfil profissional é a identificação da faixa etária dessas quarenta e oito profissionais, em sua totalidade: das que identificaram a faixa etária, um total de trinta e quatro assistentes sociais têm idade entre 31 a 50 anos; apenas oito têm menos de 30 anos; e cinco profissionais possuem mais de cinquenta anos.

Tabela 1 – Identificação de tempo de trabalho como assistente social

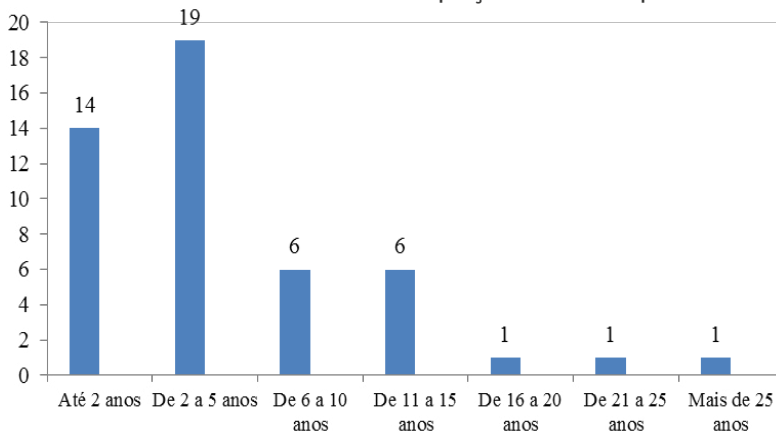
FAIXA ETÁRIA DAS PROFISSIONAIS	Atuação de					Mais de 25 anos de atua- ção
	Atuação até 5 anos	Atuação de 6 a 10 anos	Atuação de 11 a 15 anos	Atuação de 16 a 20 anos	Atuação de 21 a 25 anos	
Profissionais com até 30 anos	6	2				
Profissionais entre 31 a 50 anos	13	12	6	2	2	
Profissionais com mais de 50 anos	1	1			1	2
Total	20	15	6	2	3	2

Fonte: Pesquisa de campo junto às profissionais de Montes Claros/MG (2018/2019).

Se somados, também é expressiva a quantidade de profissionais que estão inseridas há mais de seis anos no mercado de trabalho. Entretanto, esses números, isoladamente, podem erroneamente serem vistos como pouco significativos: seis profissionais trabalham entre 11 a 15 anos como assistentes sociais; dois entre 16 a 20 anos de atuação; três entre 21 a 25 anos; e apenas dois profissionais sinalizaram experiência que ultrapassa 25 anos. Mesmo considerando que a maior parte das assistentes sociais tem menos de cinco anos de atuação profissional, destaca-se a relevância do trabalho desenvolvido pelo coletivo, que pode legitimar, ou não, os princípios defendidos por essa profissão, contribuindo com a construção de uma determinada imagem da profissão em todo o território norte-mineiro.

Ainda no que diz respeito ao trabalho profissional, tem-se uma variação no tempo de atuação das assistentes sociais de Montes Claros/MG nos seus atuais espaços sócio-ocupacionais. Um total de quatorze assistentes sociais, da população total de quarenta e oito – que, em sua maioria, são mulheres, com faixa etária predominante entre 31 a 50 anos – têm menos de 2 anos de atuação, enquanto um total de dezenove tem menos de 5 anos de experiência profissional, conforme indica o Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 – Tempo de trabalho das assistentes sociais de Montes Claros/MG no atual espaço sócio-ocupacional



Fonte: Pesquisa de campo junto às profissionais de Montes Claros/MG (2018/2019)

Com base nesses dados, identifica-se que trinta e três profissionais têm menos de cinco anos de atuação nos atuais espaços sócio-ocupacionais, e um total de doze têm mais de seis anos de atuação. Os dados indicam que somente três profissionais têm experiência de mais de dezesseis anos nos espaços em que atualmente estão inseridas.

A pesquisa aponta a existência, a partir dos quarenta e oito questionários respondidos, de quatro profissionais desenvolvendo atividades na área de gestão; duas trabalhando com a coordenação de programas e projetos e vinte e duas diretamente envolvidas com a execução de políticas, programas e projetos, em distintas áreas como de

assistências social, saúde, segurança pública, entre outras. Um total de quatorze assistentes sociais estavam situadas na área da educação, no campo da formação superior. Dessas, uma é responsável pela coordenação do curso de Serviço Social numa instituição pública da cidade e duas, além da docência, também são responsáveis pela execução de políticas e serviços socioassistenciais. Um total de seis não situou a sua atividade desenvolvida em nenhuma dessas áreas e instâncias, apesar de indicarem que realizam trabalhos como assistentes sociais.

Historicamente, e até tendenciosamente, as assistentes sociais foram (e, comumente, ainda são) identificadas como agentes profissionais que executam as políticas sociais (NETTO, 2002; RAICHELIS, 2009, p.4). Com base nesses argumentos, é possível identificar que, de fato, o mercado de trabalho para as assistentes sociais se configurou, historicamente, quando foram investidas como tais. Entretanto, o exercício profissional não se restringe à execução desses serviços. Inclusive, estudos produzidos já demarcaram as capacidades e habilidades de trabalho das assistentes sociais em diferentes espaços e instâncias, mesmo considerando a quantidade atual de profissionais atuando como responsáveis pela execução de políticas, programas e serviços socioassistenciais.

Apesar das contradições relacionadas a um entendimento restrito sobre o trabalho executivo desenvolvido pelas

assistentes sociais, que ainda se estendem para além de um determinado tempo histórico, é preciso entender que o exercício profissional requisita mais que isso: requer, dentre outras habilidades e competências, capacidade propositiva, criatividade e de apreensão do movimento do real, aplicável em diferentes contextos, instâncias e espaços sócio-ocupacionais, com vistas à identificação de alternativas profissionais que vão além das rotinas institucionais. Esses elementos também se relacionam com a autonomia profissional.

Quando são analisadas as atividades desenvolvidas pelas assistentes sociais de Montes Claros/MG, a partir da pesquisa supramencionada, observa-se expressiva atenção para com as previsões da Lei nº 8.662/1993 e do Código de Ética profissional, no que diz respeito às competências e atividades privativas. Verificam-se, por exemplo, profissionais atuando na formação, assumindo o magistério em Serviço Social, tanto nos níveis da graduação como também de pós-graduação. Também se destaca a coordenação de curso, no artigo VII, como função privativa do Serviço Social. Outra atribuição identificada é a de fiscal, junto aos Conselhos Regionais da profissão, como sendo privativa do Serviço Social, de acordo com o artigo XI do Código de Ética. Ademais, concomitante a formação, está inserida a supervisão de estágio específico que compõe, igualmente, a função privativa do Serviço Social e está listada no artigo VI do Código de Ética.

É preciso sinalizar que a realidade dessas profissionais,

que também vivenciam situações adversas e inúmeras dificuldades que não se resumem à esfera do trabalho, em alguns contextos, apresenta semelhanças comparadas às outras possíveis ocupações/funções atualmente desenvolvidas por profissionais do Serviço Social em várias regiões do país. A falta de posto de trabalhos, a dificuldade das recém-formadas de se encaixarem no mercado de trabalho de trabalho e a baixa remuneração estimulam a busca por oportunidades de colocação no mercado de trabalho, muitas vezes, fora da área em que se prepararam para atuar (como é o caso de profissionais que ocupam cargos comissionados e como de educadoras sociais, sem os requisitos específicos e correlacionados à formação em Serviço Social).

Essa realidade é conhecida a partir do estudo sobre as relações empregatícias das assistentes sociais³⁵ pesquisadas em Montes Claros/MG. Das quarenta e oito profissionais que responderam ao questionário, dezoito são estatutárias e oito possuem vínculos formais como celetistas. Impressiona a comparação desses números com outros tipos de vínculos, como os regidos por contratos de trabalho temporários (um total de dezessete assistentes sociais está nessa condição, e mais duas podem ser listadas porque afirmam desenvolver seu trabalho, “somente” esporadicamente, a partir da

35 De acordo com pesquisa feita pelo CFESS (2005, p.28), um total de 55,68% das profissionais em todo o Brasil está sob o regime estatutário; 27,27% como celetistas e 9,41 tendo vínculos a partir de contratos temporários. Fato a considerar é que, nesse estudo mais ampliado, apareceram variáveis que não encontramos entre as pesquisadas em Montes Claros/MG, como a existência dos vínculos de voluntariado e cooperativado. Quando se compara à realidade dessa cidade, destacam-se os dados sobre os tipos de vínculos e inserções mais vulneráveis.

prestação de serviços).

Sobre o vínculo empregatício, a pesquisa realizada apontou que a maior parte das profissionais está inserida em instituições públicas, sendo vinte municipais, dezoito estaduais e uma federal. Enquanto essas quarenta profissionais possuem vinculações em organizações e espaços públicos, legitimando a afirmação de que o Estado é o maior empregador de assistentes sociais, um total de oito tem as Organizações Não Governamentais (ONGs), associações e empresas privadas como referência para o exercício profissional. Em nível nacional, indica o CFESS (2005, p.26) a seguinte realidade muito próxima da encontrada em Montes Claros/MG: conforme tendência considerada histórica, 78,16%, no nível nacional estão inseridos na esfera pública estatal, e, quando se considera somente a Região Sudeste, essa evidência chega a 80,33%.

Dentre os principais estabelecimentos identificados para o desempenho de atividades profissionais, citam-se (conforme apresenta o Gráfico 2 a seguir) a existência de espaços ocupacionais variados, tais como: os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), os Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS); a gestão da Política Municipal de Assistência Social e do setor de Habitação, ambos coordenados pela Prefeitura Municipal de Montes Claros; o espaço da formação superior protagonizado pela Universidade Estadual de Montes

Claros (UNIMONTES); o Tribunal de Justiça, os presídios estaduais situados na cidade; o Hospital Universitário Clemente de Farias; e, como citado, as ONGs, associações e empresas de Montes Claros/MG. No que diz respeito a essas Organizações Não Governamentais, tem-se a predominância de atividades direcionadas para crianças e adolescentes e, em um caso, para pessoas em tratamento do câncer.

Gráfico 2 – Indicativos dos espaços sócio-ocupacionais de referência para o trabalho das assistentes sociais pesquisadas



Fonte: Pesquisa de campo junto às profissionais de Montes Claros/MG (2018/2019)

Com base nessa informação, é possível desvelar algumas características do trabalho desenvolvido, até porque o exercício profissional, sendo desenvolvido em distintas áreas, como da educação, assistência social, saúde, segurança pública, da habitação, de representação do Serviço Social, entre outras, só pode ser conhecido, e compreendido, “[...]”

nas particulares condições e relações de trabalho em que se inscreve”, por meio de conhecimentos sobre as “[...] relações estabelecidas com específicos sujeitos sociais, na órbita das quais se realiza o trabalho do assistente social” (IAMAMOTO, 2009, p.36). Mesmo tendo as legislações e normativas como referência para o exercício profissional, cada espaço evidencia elementos singulares, que não estão descolados da realidade a qual se toma como referência, mas que precisam ser entendidos/compreendidos a partir de uma totalidade.

Quando se analisa o conjunto de determinações e inferências socioeconômicas, desponta a necessidade de compreender que o capitalismo, em suas distintas fases, provoca a restrita inserção no mercado de trabalho (como por meio de concursos públicos). Não obstante, provoca a precarização das condições de trabalho, a intensificação das explorações, terceirizações, a existência de trabalhadores multifuncionais, a fragmentação e complexificação da classe trabalhadora, o rebaixamento dos salários, o desemprego estrutural e a produção conduzida por demanda e a produção de um “exército de reserva” que tende a ser visto pelos defensores dessa lógica acumulativa como algo natural (dadas as crises, por exemplo), ou como um meio para atingir determinados fins.

Por meio do estudo de campo realizado (2019), por exemplo, foi possível identificar que, das quarenta e oito

profissionais pesquisadas, trinta e uma vivenciaram a realidade do desemprego, entre períodos variáveis de um até quatro anos. Perguntou-se, também às assistentes sociais, se esse período de desemprego foi ininterrupto: das pesquisadas, vinte e três responderam que sim e sete responderam que não.

Com o intuito de conhecer, de forma mais aproximada, as condições de vida, estratégias e trabalho realizado por essas assistentes sociais pesquisadas, perguntamos se, durante esse período de desemprego, desenvolveram outra atividade remunerada. No que tange a essa questão, dezesseis responderam que sim, enquanto trinta e duas responderam que não. Dentre as diferentes atividades realizadas nesses períodos de desemprego, citam-se as realizadas em outros locais e órgãos como: a Câmara Municipal de Montes Claros, clínicas odontológicas, empresas de consultoria de RH, comércio local, instituições de ensino privadas, ONGs e até em uma empresa própria. Destacam-se, ainda, o desenvolvimento de serviços esporádicos (análises socioeconômicas) para instituições de ensino públicas e o desenvolvimento de atividades como tutor em uma faculdade EAD.

Diante dos baixos rendimentos para a satisfação das necessidades vitais, sociais e familiares, as profissionais, estrategicamente, inseriram-se em diferentes espaços para o desenvolvimento de outras atividades, não relacionadas à

sua formação originária. No momento de realização desta pesquisa em Montes Claros/MG, somente dez assistentes sociais, do total das quarenta e oito pesquisadas, afirmaram possuírem mais de um vínculo empregatício. A grande maioria, um total de trinta e oito profissionais, só possui o atual emprego como fonte de renda.

Em nível nacional, segundo o Conselho Federal de Serviço Social (2005, p.24), “[...] a grande maioria das(os) profissionais (77,19%) possui apenas um vínculo empregatício, entretanto, a ausência de vínculos aparece em segundo lugar (11,74%), o que é um indicador da nãoinserção no mercado de trabalho na área do Serviço Social”. Como se reitera, indicativos de uma dada regionalidade podem sim ser comparados com perspectivas mais ampliadas, como a realidade de trabalho das assistentes sociais brasileiras.

Conforme descrito por Netto (1996), tais contradições e contextos de precarização adentram todas as entranhas da vida social, tendo um poder controlador de decidir/inferir em toda a realidade e nas relações às quais se inserem várias profissionais, como as assistentes sociais. O que se seguiu, conforme apontado por Antunes (2005), foi um retrocesso dos direitos trabalhistas, o que supõe um desmonte dos direitos do trabalho. Reforça-se a existência de um contingente profissional que depende da sua força de trabalho e em sua inserção no mercado para o atendimento das mais diferentes necessidades vitais/sociais.

Situadas em uma dinâmica societária, orientadas pelos preceitos da reestruturação produtiva, as assistentes sociais, como as demais trabalhadoras, submetem-se à lógica da flexibilização e da precarização do trabalho, consequências das mudanças gestadas no mundo do trabalho, a partir dos anos de 1970. O trabalho precarizado, fenômeno de abrangência global, configura-se de modo particular nos diferentes espaços, conforme capacidades e características locais. Para a compreensão desse processo de precarização do trabalho, é importante considerar as reflexões de Antunes (2005) e Harvey (2003), que assinalaram as principais mudanças que ocorreram no mundo do trabalho, e no setor de serviços tendo, por base, a acumulação flexível.

A precarização das relações e condições de trabalho legitimam as lógicas institucionalizadas da acumulação flexível e inauguram uma fase de *precarização estrutural do trabalho* que, por sua vez, impactam toda a vida social (ANTUNES, 2005). No Brasil, o acirramento da questão social, a partir dos anos de 1990, em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva impulsionadas pelos preceitos neoliberais, ocasionou uma inflexão no campo profissional, em “[...] decorrência das novas demandas colocadas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado de trabalho” (ABEPSS, 1996).

As demandas e requisições profissionais, por sua vez, são alteradas conforme as suas bases de constituição e os processos societários. Nesse sentido, considerando um universo emergente e crescente de desregulamentação, terceirização, flexibilização de leis trabalhistas, perda e/ou mercantilização de direitos salutarés, é impossível não situar as inferências dessas dinâmicas no Serviço Social, independente do espaço que o legitima, se público, privado ou pautado pela filantropia.

Concorda-se, portanto, com registros de estudiosas no assunto ao afirmarem que as condições de trabalho das assistentes sociais sofrem impactos diretos do conjunto das transformações ocorridas na sociedade em diferentes momentos históricos (IAMAMOTO, 2009). É esse solo histórico movente que atribui novos contornos ao mercado profissional de trabalho, diversificando os espaços sócio-ocupacionais, fazendo emergir inéditas ou recorrentes requisições e demandas.

Nesses tempos e contextos em que se afiguram as políticas neoliberais, existe uma pressão para que as profissionais sejam cada vez mais eficientes, produzindo cada vez mais resultados por meio de suas ações. Exige-se, em muitos espaços, que a profissional desenvolva um maior número de atividades/atendimentos em menor tempo possível, diminuindo as possibilidades de dedicação a outras atividades que também são importantes, como de

estudos e tempo para planejamento/análise e reflexão sobre o trabalho profissional, até pensando o aprimoramento e qualificação de sua atuação e dos serviços prestados. Não necessariamente, essas exigências institucionais, burocráticas e/ou mercadológicas corroboram para a qualificação das condições de trabalho. Essas, muitas vezes, limitam o exercício profissional, estando, portanto, aquém das efetivas demandas profissionais.

Nas análises realizadas sobre o trabalho das assistentes sociais em Montes Claros-MG (2019), foram suscitadas diversas questões relativas às condições de trabalho. Do universo pesquisado, e que respondeu à questão, 73% indicaram inúmeros fatores relacionados às condições e relações de trabalho, sendo esses listados como dificultadores do exercício profissional, ao passo que 24% das entrevistadas disseram não haver nenhuma dificuldade. É com base nessas respostas, e nas análises sobre as bases e capacidades dos sujeitos sociais de entenderem as relações às quais se inserem, para além de sua aparência, desnaturalizando as possíveis contradições, é que foram listadas a falta de estrutura física, de recursos humanos e materiais, de equipamentos e de veículos; a existência de equipe reduzida de profissionais; a burocracia excessiva; os problemas de gestão e financiamento; a fragmentação da rede de proteção social; a descontinuidade, fragmentação e sobrecarga de trabalho; e o desconhecimento das atribuições das assistentes sociais, por outros profissionais e gestores,

como os principais dificultadores e limites institucionais/profissionais.

Não se perde de vista o fato de que as assistentes sociais são trabalhadoras que vendem as suas forças de trabalho e que se inserem nas formas contemporâneas de exploração. Aliadas às condições objetivas do trabalho, somam-se os baixos salários, os vínculos precários, as contratações temporárias que também inferem, subjetivamente, em todos os aspectos e âmbitos da vida dessas profissionais. E, nesse cenário, também se destaca a urgente necessidade de melhor compreender a realidade a qual estão inseridas, bem como de elaborar estratégias e táticas coletivas que poderiam contribuir para o desvencilhamento de vários obstáculos, limites e desafios cotidianamente apresentados.

Condições de trabalho, saúde mental e interesses pela formação continuada: indicativos importantes – para não dizer, preocupantes

Além dos vínculos empregatícios fragilizados/temporários, e senão bastasse a vivência do desemprego, de achatamento dos salários e até de redução do quadro de profissionais de um determinado espaço sócio-ocupacional, algumas funções e atribuições de outras profissionais, ou impetradas pelas suas chefias imediatas, são também apresentadas às assistentes sociais. O trabalho, então, avoluma-se; e os distintos momentos da vida diluem-se para

o cumprimento de tarefas diversas. Receosas por perderem cargos/empregos, algumas profissionais desconsideram as competências, direitos, deveres, atribuições privativas listadas na Lei nº 8.662/1933, os princípios e os demais direcionamentos normativos contidos no Código de Ética que fundamentam o trabalho das assistentes sociais. Várias situações de violências, violações de direitos e abusos, inclusive, decorrem desses fatores não observados, para além de uma apreensão burocrática e pragmática.

O advento da tecnologia, e da tendência expansiva de utilização de mídias, meios e recursos digitais, segundo Raichelis (2013), também exige a permanente conexão das trabalhadoras com os seus locais de trabalho, fazendo com que o trabalho não permaneça mais estático, preso em um determinado espaço físico. Criam-se outras rotinas de trabalho, com horários supostamente mais flexíveis, mas que também são excedentes. A ambiência de trabalho chega até as residências dessas trabalhadoras, inferindo até nos seus modos de vida e no tempo que poderia ser dispensado para a sua vivência familiar e social.

O aumento no volume de trabalho e a existência de relações estressantes – às vezes, até abusivas –, somados aos limites institucionais, aos indicativos de redução dos salários e às privações emergentes, repercutem, de forma diferente, em todos os âmbitos da vida, seja pessoal, familiar, profissional e/ou social. Por isso é que a análise desse

complexo cenário de precarizações remete à necessidade de que se pense sobre as condições de trabalho e saúde das assistentes sociais, haja vista que um número expressivo de profissionais que responderam aos questionários, por exemplo, na pesquisa que apresenta a realidade de Montes Claros/MG, indicaram que o exercício profissional, nessas condições, tem repercutido sim sobre esses âmbitos de suas vidas, inclusive no interesse por uma formação continuada.

Para vinte e nove assistentes sociais, do total de quarenta e oito profissionais pesquisadas, o trabalho que desenvolvem repercute negativamente na sua saúde. Como enfatiza a profissional AS23, *“a saúde fica em segundo plano, em virtude da falta de tempo”*. Não obstante, para AS39, *“[...] por lidar com questões de alta complexidade que envolvem vários tipos de violências e/ou processo de rejeição que repercute na ‘questão humana’”, a saúde acaba sendo fragilizada.*

A condição e a forma como desenvolvem as atividades profissionais repercutem intensamente. E essa questão foi destacada pela maioria das profissionais entrevistadas. Jornadas exaustivas e estressantes de trabalho, a não previsibilidade de férias (em alguns casos), o “volume” das demandas cotidianas e a falta de condições adequadas de trabalho foram muito citadas pelas consequências biopsíquicas e físicas. Assistente social como a AS38 demarca que essas questões relacionadas ao seu trabalho sempre interferem em sua saúde, e isso tem provocado,

com frequência, problemas como “[...] *cansaço, fadiga, dores musculares, perda de sono, acúmulo de atividade em casa, irritabilidade*”. Em decorrência dessas situações, são notórios o interesse e a defesa por uma condição de trabalho que não provoque tanto “estresse”, que não prive as pessoas de obterem uma melhor qualidade de vida, sendo oportuna a destinação de tempo “*para atividade física, lazer, família*” (fala da AS31).

Desse total de vinte e nove pessoas que afirmaram que a condição atual de trabalho interfere negativamente na sua saúde, vinte e sete indicaram que essas inferências estendem-se para outros âmbitos e esferas, como a familiar e a vida social. E isso é muito expressivo. A jornada de trabalho excessiva, exaustiva, estressante, mediante as dificuldades de atender a todas as demandas dentro dos horários de trabalho, de fato, repercute no convívio familiar e social ao ponto de provocar distanciamentos e adoecimentos.

Muitas registram dificuldade de cuidados consigo mesmas, como os da alimentação. São preocupantes as falas de profissionais que demarcam bem essas situações e agravos que interferem:

Principalmente, na conciliação de horários entre instituição e vida pessoal, porém é preciso destacar que as vivências cotidianas institucionais são levadas para dentro de nosso ambiente familiar, é quase impossível esse afastamento. Desse modo, tantomomentos de alegrias e sucessos

quanto momentos de preocupação são levados para o nosso dia a dia fora da instituição (fala da AS07).

Quando não consigo conciliar as atividades semanais e alguns trabalhos acabam sendo realizados nos finais de semana (fala da AS06).

Inviabiliza a convivência, férias prejudicadas (especialmente para quem tem filhos). Em dias que sou mais exigida, não tenho disposição para as atividades pessoais (fala da AS38).

Em termos pontuais, duas profissionais sinalizaram a existência de danos físicos (com as cordas vocais, e posturais) e duas profissionais indicaram pouca produtividade intelectual decorrente do desgaste físico/psicológico cotidiano. Por fim, uma destacou o aumento do cansaço acumulado com a realização de outras atividades em casa e outra sinalizou que o fato de se deparar com a complexidade das expressões da questão social também repercute em sua vida. O fato de lidarem com situações muito delicadas, também, fragilizam essas profissionais. Como sinaliza a AS05, que indica os “abalos psicológicos” em decorrência de sua atuação junto aos pacientes oncológicos.

Os dados empíricos revelam que o exercício profissional das assistentes sociais é determinado por sua condição de trabalhadoras assalariadas, majoritariamente mulheres, inseridas nos processos de reestruturação do trabalho,

pautados por diferentes e até antagônicas relações institucionais. Certamente, as reflexões aqui socializadas apontam para um cenário complexo e desafiador que conforma o exercício profissional. As instabilidades do mundo do trabalho, as variadas jornadas cumpridas em diferentes espaços, os conflitos entre classes e as relações socialmente estabelecidas, muitas vezes, pressionam as assistentes sociais para que suportem, e se condicionem, às situações autoritárias, violentas, precarizadas e/ou abusivas. Essas situações e relações incidem no desenvolvimento qualitativo dos serviços prestados, desmotivam a (re) construção ético-política dos espaços e das intervenções, repercutindo até mesmo nas condições e interesse por uma formação profissional continuada que não dissocie as dimensões constitutivas do Serviço Social.

Sob tais bases, é notório que as assistentes sociais podem participar “[...] tanto dos mecanismos de exploração e dominação quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, das respostas às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p.10). Por conseguinte, são realidades, determinações e situações que inferem no trabalho desenvolvimento pelas assistentes sociais, demandando qualidade de vida, saúde mental, cuidado e, também, qualificação e rigoroso trato teórico-metodológico, articulado às demais dimensões ético-políticas e técnico-operativas basilares para o Serviço Social. Outrossim, destaca-se a importância do trabalho coletivo

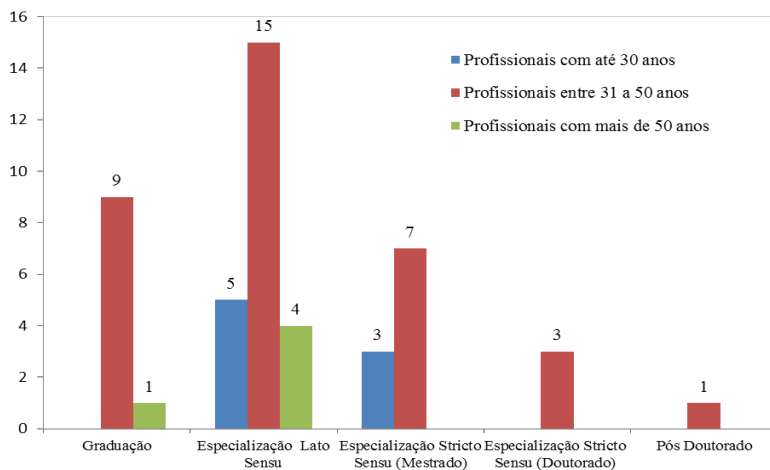
na reflexão, proposição, execução e gestão de programas e projetos, formulando as maneiras de intervenção conjuntas, na busca por possibilidades de ir além do que está aparente; respeitando todos os princípios centrais da diversidade humana, fortalecendo sua intervenção para possível superação das contradições entre capital e trabalho.

Mesmo cientes de que a qualidade do trabalho não está apenas relacionada à obtenção de títulos, mas também a um processo de formação qualitativa, permanente, destaca-se a importância de se refletir sobre esse quesito, como um passo importante para se pensar o atendimento dessas demandas e possibilidades como uma estratégia para reversão de certas situações e aprimoramento constante das assistentes sociais.

Em Montes Claros/MG, considerando o universo pesquisado, chama a atenção o número de profissionais que avançou em suas trajetórias acadêmicas³⁶. No campo das pós-graduações, das quarenta e oito participações, vinte e quatro registraram terem uma especialização *lato sensu*. Indica-se, a partir do Gráfico 3 a seguir, que, independente da faixa etária de referência, é expressivo o número de profissionais com essa titulação e nível de formação.

36 Ainda que esse tema tenha sido tratado no capítulo anterior, consideramos ser interessante realizar reflexões articulando essa temática às considerações acerca do trabalho profissional.

Gráfico 3 – Titulação das assistentes sociais pesquisadas



Fonte: Pesquisa de campo junto às profissionais de Montes Claros/MG (2018/2019).

Entre as assistentes sociais com menos de 30 anos de idade, registram-se cinco especializações e três pós-graduações *stricto sensu*. No campo das especializações *stricto sensu*, considerando o grupo etário mais expressivo de 31 até 50 anos, quinze indicaram as pós-graduações *lato sensu* em diferentes áreas; sete o mestrado; três o doutorado e uma o pós-doutorado como sua atual formação acadêmico-profissional. Entre os argumentos para a permanência com a graduação (um total de nove registros), ou para as interrupções ao longo desse processo formativo, situam-se motivos diversos (que vão desde a falta de interesse e desgaste mental até tempo e recursos financeiros).

Sobre esse indicativo, há que se considerar não somente quantas pessoas deram sequência ao processo de formação acadêmico-profissional, atentas ao 10º princípio do Código de Ética profissional que indica a necessidade de um compromisso coletivo “[...] com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”. É preciso, ao estudar essa variável, identificar como e onde esses cursos são ofertados; se são gratuitos ou pagos; aligeirados ou não, no entremeio das necessárias análises sobre as condições de vida e de trabalho das assistentes sociais. É preciso compreender que muitas profissionais apresentam maior dificuldade em conciliar trabalho e estudo. Noutros casos, também são marcantes as questões familiares que dificultam um pouco mais o processo continuado de formação.

É imperativa a análise sobre o limitado número de vagas dos programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, oferecidos de forma gratuita, no estado de Minas Gerais (para não situar no Norte de Minas Gerais). Esse fator agudiza a dificuldade de custeio e, considerando a sua oferta em outras regiões do Estado e do país, dificulta a obtenção de licenças ou redução de encargos para continuidade desse processo de formação.

As áreas de concentração das especializações *lato sensu*, em sua maioria cursadas em Montes Claros ou na modalidade a distância, também oferecem elementos para uma análise

mais crítica, principalmente quando se correlacionam essas “escolhas” com os espaços de atuação. A pesquisa indicou a existência de leque de especializações em: políticas públicas; gestão dessas políticas e de pessoas; psicologia da educação; saúde; educação; direitos humanos; terapia familiar e sistêmica; administração em projetos sociais; mediação de conflitos; práticas restaurativas; meio ambiente; família e em Serviço Social (sendo essa área uma das menos identificadas, apesar de sua importância e especificidade). Nem sempre as “escolhas” pelas especializações condizem com os espaços sócio-ocupacionais ocupados.

No que diz respeito aos profissionais de Serviço Social pesquisadas em Montes Claros/MG, e que tiveram a oportunidade de cursarem mestrado, doutorado (e um caso de pós-doutorado), as áreas de concentração também são variadas, mas é notório um maior interesse pela formação em Serviço Social, Ciências Sociais e Sociologia. Entretanto, é expressivo o número de profissionais que se inseriram no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (um total de cinco registros do mestrado cursado, no âmbito de dez identificações de profissionais com o título de mestre). As demais profissionais (cinco) cursaram o mestrado em outras regiões de Minas Gerais (como Viçosa e Belo Horizonte) e noutros estados (como Rio de Janeiro).

Reforça-se, por meio dessas reflexões, que não é somente o título obtido que qualifica o trabalho profissional. A formação

tem que ir além ao “[...] fornecer os fundamentos para uma intervenção qualificada que expresse os fundamentos nos quais se subsidia e que seja capaz de produzir conhecimentos relevantes do ponto de vista social, dentro de um projeto de ruptura” (GUERRA, 2018, p.29). A formação continuada deve viabilizar o aprimoramento intelectual de quem a obtém, e esse, por sua vez, tem de servir para qualificar o trabalho profissional, engrandecendo a profissão/área que o sustenta e projeta socialmente. Substancial é considerar a finalidade do trabalho profissional, sem perder de vista a defesa de outra sociedade que não seja pautada pelos ditames do capital.

Por fim, duas correlações também podem ser feitas, com base na pesquisa de campo. Uma diz respeito à escolha pelo Serviço Social e outra com a satisfação pela área/profissional escolhida. É notório que a aproximação com a área e com o exercício profissional de várias assistentes sociais (inclusive, a partir dos campos de estágio); os indicativos do mercado de trabalho com possibilidade de inserção profissional; a aproximação com as políticas sociais e a possibilidade de facilitar acesso populacional aos direitos sociais; e, ainda, o desejo de compreender e de modificar contextos de desigualdade social contribuíram para que as pesquisadas escolhessem o Serviço Social. Entre as profissionais, vinte e oito estão satisfeitas com o seu trabalho, dentro das condições às quais se submetem. Entretanto, dez não estão satisfeitas pelos principais motivos apontados e que incidiram em sua

desmotivação: a frustração com as limitações do trabalho profissional, a conjuntura socioeconômica, os retrocessos das políticas sociais, a desvalorização profissional e a precarização do trabalho e cotidiano do trabalho.

Ao considerar o horizonte das demandas a elas apresentadas, cotidianamente, demarca-se a presença do Serviço Social numa dinâmica contraditória, e perversa que, muitas vezes, priva, tolhe, dificulta, restringe quando não inviabiliza o acesso populacional, principalmente da parcela subalternizada, aos seus direitos, aos bens, serviços e oportunidades sociais necessárias para se ter uma vida que não esteja ameaçada pelas agravadas situações de risco e vulnerabilidades sociais. Essa mesma profissão, que tem dentre seus princípios a superação do sistema capitalista, vê-se frequentemente colocada nesse contexto de dualidade, e de contradições, que requisitam respostas cada vez mais críticas e qualitativas, considerando que as determinações diárias tornam o exercício profissional extremamente desafiador.

Considerações finais

O processo de mercantilização da vida, provocado pelo sistema capitalista, e acirrado pelos processos neoliberais, altera e impõe desafios ao trabalho das assistentes sociais. Além de entender que os dilemas dos processos de alienação são distintos nos diferentes espaços sócio-ocupacionais,

a análise de conjuntura e de estudos como este favorece a compreensão de que as demandas cotidianas são distintas, rápidas, geridas pela burocracia, exigindo respostas que, muitas vezes, tendem a ser imediatas ou pautadas pela reprodução de determinadas lógicas nem sempre condizentes com as defensas da profissão.

Nesse sentido, compartilha-se do entendimento de que “[...] o trabalho do assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes históricos, que fogem ao seu controle e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho” (IAMAMOTO, 2011, p. 424). Inclusive, a sua qualidade de vida sofre inferências de tais determinações e realidades.

O Estado é o maior demandatário do trabalho das assistentes sociais. No estágio tardio do capitalismo, ele passa a intervir direta e sistematicamente sobre as sequelas agudizadas da questão social através das políticas sociais. De acordo com Guerra (1995), o Serviço Social tem nessas políticas sociais a base de sustentação de sua profissionalidade, já que a intervenção estatal, nas refrações da questão social, favorece a criação dos espaços sócio-ocupacionais para atuação profissional. Portanto, dada a natureza e modalidade de atendimento às diversas manifestações da questão social implicadas no Estado burguês, a intervenção profissional se realiza mediada por organizações públicas, privadas ou

institucionalizadas como “não governamentais”, pelo seu caráter, muitas vezes, filantrópico.

Ao considerar o universo de determinações que incidem sobre as requisições, as demandas, os espaços sócio-ocupacionais e no *modus operandi* das assistentes sociais, é preciso considerar as condições de vida e trabalho, somadas a uma qualitativa apreensão das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico operativas da profissão. Se partindo de tais bases não se pode modificar a ordem societária, ao ponto de legitimar a defesa por outra sociedade que não seja pautada pelas lógicas do capital, ou enfrentando sozinhas o cenário contraditório que produz as expressões da questão social, sem tais bases/pilares/dimensões é impossível desenvolver um trabalho efetivo, para além dos condicionantes e atribuições institucionalmente postas e que tolhem a autonomia profissional.

Dentro dos seus limites de atuação, considera-se que as ações conscientes e reflexivas são importantes e necessárias, mesmo que não garantam que todas as ações das assistentes sociais terão, como resultado final, significativas mudanças por serem traçadas dentro de um contexto pautado pela dominação da classe trabalhadora. Como enfatizam Barroco e Terra (2012, p.33), “[...] o conhecimento crítico, ou a falta dele, e o comprometimento político, ou a sua ausência, podem ampliar ou limitar a materialização da ética profissional, no âmbito de suas possibilidades históricas”. A formação

e qualificação profissional permanente, a esse exemplo, pautada por sólidas bases teórico-metodológicas, que não perdem de vista os movimentos históricos, e a existência de qualitativas condições de trabalho são fundamentais para um exercício profissional de qualidade.

O estudo de campo com profissionais do Serviço Social de Montes Claros/MG permitiu conhecer um pouco mais sobre a dinâmica e questões relacionadas ao trabalho desenvolvido pelas assistentes sociais, em distintos espaços sócio-ocupacionais. Comparados aos estudos nacionais promovidos pelo CFESS (2005), percebem-se semelhanças em vários pontos, como nos tipos de vínculos, na predominância da inserção em determinados espaços e nas condições de trabalho. Isso só reforça que o trabalho desenvolvido em determinada localidade não está solto ou deslocado de uma realidade social mais ampla.

Para compreender as condições de trabalho das assistentes sociais, e as suas implicações no exercício profissional, deve-se pautar por um conjunto de mediações que relacionem essas questões com as leis e o movimento mais geral do capitalismo sem perder de vista as inflexões do mundo do trabalho, haja vista que o legado deixado pela reestruturação produtiva incide diretamente no cotidiano de todas trabalhadoras, inseridas nessas formas contemporâneas de exploração.

Segundo Netto,

[...] as alterações profissionais derivam da intrínseca relação que se processa entre as transformações societárias com seu rebatimento na divisão sociotécnica do trabalho, e o complexo (teórico, prático, político e em sentido largo, cultural) que é constitutivo de cada profissão (1996, p. 89).

A partir dessa consideração, apreende-se que analisar o trabalho profissional das assistentes sociais exige a compreensão de um conjunto de determinações sócio-históricas e suas implicações tanto no exercício do seu trabalho quanto nas análises sobre suas reais condições de vida. Abordar a precarização do trabalho, mesmo sendo um desafio, torna-se, nesse contexto, tarefa indispensável.

Com base no trabalho desenvolvido, é perceptível a existência de distintas possibilidades de entender a profissão, assim como são muitas as formas de executá-la, mesmo tendo referências legais e normativas abrangentes. Se hoje as assistentes sociais respaldam seu exercício profissional na Lei nº 8.662, de 7 junho de 1993, no Código de Ética de 1993 e em várias outras normativas e Diretrizes que direcionam a sua formação e o seu trabalho, ainda se tem indício de que, assim como em tempos remotos, perpetuam-se “práticas” conservadoras e pragmáticas - e até violentas - que parecem ser pautadas por diferentes dispositivos, normativas e princípios éticos, como os que direcionaram as atividades das assistentes sociais em 1947, 1965 e 1975. Os

Códigos aprovados nesses anos legitimaram muitas práticas de cunho moralizador e psicologizante, que focavam suas ações basicamente no indivíduo, responsabilizando-o pela sua condição precária de vida.

Diante dos dados apresentados, fica evidenciada a necessidade de se avançar no debate acerca do cotidiano profissional, estabelecendo conexões com as condições de vida e de trabalho das assistentes sociais. Isso requer análise crítica, rigorosa e propositiva, bem como elaboração teórico-metodológica, identificação de estratégias e táticas mais incisivas para a mudança desses cenários, contextos, espaços e relações que não somente violam direitos da população atendida como também os direitos das profissionais responsáveis pela prestação de serviços, direta ou indiretamente, viabilizados pelas políticas públicas e sociais constituídas.

Referências

ABEPSS. Centro de estudos e projetos em educação, cidadania e desenvolvimento social. Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 50, 1996.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>. Acesso em: 15 jan 2019.

_____. O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. **Trabalho, Educação e Saúde (TES)**, v. 1, n. 2, p. 229-237, sept. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198177462003000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 nov. 2019.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena (ORGs.). **Código de Ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

CARDOSO, Franci Gomes. Serviço sSocial e seus desafios contemporâneos. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela (orgs.). **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 15-26.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social. Lei nº8.662/93 de regulamentação da profissão**. 9. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

_____. **Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social; colaboradores Rosa Prêdeset *al.* Brasília: CFESS, 2005.

CHAGAS, Bárbara da Rocha Figueiredo. Positivismo e marxismo: o debate sobre a neutralidade científica e a construção do projeto profissional do Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**. rev., Londrina, v. 17, n. 2, p. 169-186, jan./jun. 2015. Disponível em file:///D:/-%20Documentos%20n%C

3 % A 3 o % 20 delete % 20 backup % 20 dia % 2013-06-18 / Downloads/21954-107821-1-PB%20(2).pdf. Acesso em 6 nov. 2019.

FILHO, Oswaldo Bueno Amorim; RIGOTTI, José Irineu Rangel; CAMPOS, Jarvis. Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais. **Revista RA´EGA**, Curitiba, UFPR, n. 13, 2007, p. 7-18. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ladem/files/2009/05/oswaldo-bueno.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

FORTI, Valeria. Ética e economia: fundamentos para a discussão de direitos. *In*: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (orgs.). **Ética e Direitos: ensaios críticos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2011. p. 1-30.

GUERRA, Yolanda. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação crítica. *In*: GUERRA, Yolanda *et al.* (orgs.). **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018. p. 25-46.

_____. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. *In*: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/iamamoto-201804131241048556780.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela, CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 10. ed. São Paulo: Cortez; Lima (Peru): CELATS, 2005.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana do. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela (orgs.). **Cenários, contradições e pelepas do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 29-54.

NETTO, José Paulo. Para a crítica da vida cotidiana. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant; NETTO, José Paulo. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 1996, p. 64-93.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RAICHELIS, Raquel. **Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 116, p. 609-635, out./dez. 2013.

_____. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: CFESS/ABEPSS. **Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, 2009. Disponível no site <https://www.unifesp.br/campus/san7/images/servico-social/Texto_Raquel_Raichelis.pdf>. Acesso em: 18mai. 2020.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. In: SILVA, Elisiane da *et al.* (orgs.). **O Espaço da cidadania e outras reflexões**. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011 (Coleção O Pensamento Político Brasileiro, v. 3).

PARTE 3

A CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO NORTE DE MINAS GERAIS: UMA TRAVESSIA IMPRESCINDÍVEL

*Noêmia de Fátima Silva Lopes
Sabrina Dias Fonseca Lima
Clarice do Carmo Santos Souza*

*Quem elegeu a busca não pode recusar
a travessia
(BOSI, 2003, p. 45).*

Introdução

A análise das relações sociais de trabalho no Serviço Social exige um debate ainda que conciso, do estudo de categorias teóricas como trabalho, capitalismo e Serviço Social. Propõe não apenas a descrição ou apresentação de conceitos, como também uma busca de problematização e diálogo com a realidade social.

Sustentados pela perspectiva teórico-crítica, o estudo é fruto de uma pesquisa realizada em um município do norte mineiro no período de 2017 a 2019, com profissionais do Serviço Social em exercício. Nessa direção, a elaboração deste estudo tornou-se uma tentativa de, a partir de determinadas apreensões e percepções, analisar a configuração do trabalho do Serviço Social. Alcançar esse objetivo apresentou-se durante o processo de realização da pesquisa um grande desafio tanto para as pesquisadoras quanto para as

pesquisadas.

A relevância política e acadêmica da pesquisa ancora-se na possibilidade de articular a análise da categoria trabalho com as diferentes dimensões da profissão (IAMAMOTO, 2005). Houve um envolvimento direto de docentes e discentes do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros/MG com a proposta de pesquisa, possibilitando uma ampliação do conhecimento e possibilidade de novas experiências no campo do conhecimento científico para as profissionais e acadêmicas envolvidas.

Nesse sentido e cientes de que o momento presente exige uma crítica intransigente e atenta sobre a configuração do trabalho do Serviço Social, pois, o espraiamento de ideias conservadoras e o foco de alguns profissionais na dimensão técnico-operativa, dicotomizada das dimensões teórico-metodológica e ético-política, se manifesta na realidade de forma cada vez mais evidente. Posicionando, assim, a profissão em um “lugar” perigoso, o qual têm corroborado com uma cultura que a cada dia mercantiliza ainda mais a vida, produzindo diversas desigualdades, pragmatismo e reforçando a ideia do imediato, ou seja, o campo da singularidade como fim do trabalho do Serviço Social (PONTES, 2002).

Além dessa configuração, os remos da atual conjuntura sociopolítica conduzem para uma direção de atuação profissional acrítica, ampliando os desafios enfrentados

pela categoria do Serviço Social, seja na apropriação e no acúmulo teórico, seja na formação, seja no enfrentamento da questão social³⁷ e de suas expressões, seja em qualquer espaço sócio-ocupacional onde a profissional e seu trabalho estejam inseridos.

Vale afirmar que o curso de Serviço Social da Unimontes – Universidade Estadual de Montes Claros/MG³⁸ – enquanto espaço de formação, além de ser a única instituição de ensino superior público da região do Norte de Minas a oferecer o curso presencial. Deste modo, o curso vem ao longo de sua trajetória nesta Universidade, se comprometendo e promovendo debates, além da execução de ações de pesquisa, ensino e extensão, as quais possam contribuir de forma permanente para ampliar e qualificar a formação em Serviço Social.

Enquanto parte constitutiva e colaborativa com a análise e produção coletiva deste estudo, algumas questões nortearam o debate: de que forma as relações sociais interferem no trabalho profissional? Como o atual contexto do trabalho, no modo de produção capitalista, tem afetado o trabalho do Serviço Social? Qual perspectiva teórico-política tem sido expressada no trabalho profissional? A configuração do trabalho do Serviço Social tem fortalecido a articulação

37 “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e o Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e burguesia” (IAMAMOTO, 2014, p.84).

38 O curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros foi onde se instituiu a coordenação da presente pesquisa.

com as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa?

Para a apresentação deste estudo, as ideias foram estruturadas em três partes. Na primeira, discute-se, com base na concepção de trabalho ontológico, o trabalho enquanto centralidade da vida social em sua genericidade humana, metamorfoseado pelo modo de produção econômico vigente. Na segunda, busca-se compreender o Serviço Social enquanto profissão inscrita nas relações sociais de trabalho, sob as contradições hegemônicas do modo de produção capitalista. Na terceira, apresentam-se a discussão e a análise de dados.

Sobre a configuração do trabalho do Serviço Social, procura-se compreender a trajetória e as impressões da profissão à luz da perspectiva social crítica marxista e em diálogo permanente com as categorias: trabalho, capitalismo e Serviço Social. Busca-se, assim, aproximar-se da realidade social complexa, a qual desafia de forma permanente a profissão, ou seja, a classe trabalhadora.

O trabalho na centralidade da vida social

O trabalho é um imperativo natural e eterno da espécie humana, sem o qual o ser humano não pode existir, diferente dos animais irracionais, que se adaptam passivamente ao

ambiente. Conforme Marx (2012), esse ser social³⁹ atua sobre a natureza, obtendo os meios e instrumentos indispensáveis para a sobrevivência e realização de seu trabalho. A sociedade transmite às novas gerações suas ferramentas de produção como heranças culturais, desenvolvidas por seus antecessores, mediando, regulando e transformando o meio a partir de sua utilização (NETTO; BRAZ, 2012).

Para Marx (2012), o trabalho é o fundamento ontológico do ser social. É ele que permite o desenvolvimento de mediações, que institui a diferenciabilidade desse ser em face de outros seres da natureza. O trabalho é obra da cooperação entre os seres humanos e só se objetiva socialmente de modo determinado, respondendo a um conjunto de necessidades históricas e sociais e produzindo formas de interação.

Conforme os autores Netto e Braz (2012), o ser social se particulariza porque é capaz de realizar atividades teleologicamente⁴⁰ orientadas, possui a capacidade de se objetivar material e idealmente, comunicar-se e se expressar, tratar suas atividades e a si mesmo de um modo reflexivo, consciente, e é capaz de se universalizar e se sociabilizar.

39 Esse surgimento configurou uma espécie de salto qualitativo na dinâmica da matéria inorgânica (até então, a única forma de existência da natureza), uma vez que a passagem do orgânico ao inorgânico fez aparecer na natureza um tipo de ser, com uma estrutura de complexidade diferente e maior, cujas características não podem ser deduzidas das características da matéria inorgânica. As condições que propiciaram aquele salto, que inscreveu a vida no universo que conhecemos, ainda permanecem como objeto de pesquisa (e de polêmica) entre os especialistas e mesmo as hipóteses mais ousadas propostas pela ciência contemporânea carecem de plena comprovação e consensualidade (NETTO; BRAZ, 2012, p.47-48).

40 A capacidade teleológica refere-se à capacidade de projetar na mente antes de realizar a ação, de executar o projeto. Para Marx (2012), essa capacidade é o que diferencia o ser humano dos seres irracionais.

E é justamente devido a essa capacidade de realizar atividades teleologicamente orientadas que o ser social, por meio da observação e da reflexão, consegue desenvolver e aperfeiçoar continuamente seu trabalho, utilizando esse modo reflexivo em seu proveito. Esse tipo de análise torna-se possível a partir de uma perspectiva crítica e dialética da realidade social. Essa capacidade permite ao ser social vivenciar o processo de trabalho, o qual é responsável pela satisfação das necessidades elementares da vida humana. Os elementos como a atividade adequada a um fim, ou seja, o próprio trabalho, a matéria, o objeto e os meios, ou os seus instrumentos, constituem o próprio processo de trabalho. Elementos indispensáveis de qualquer processo de trabalho em sociedade, existem em determinadas condições e relações sociais e possuem significados sócio-históricos particulares.

Marx (2012) afirma que, para existir trabalho, são necessários os meios, a matéria-prima ou objeto e os instrumentos sobre os quais acontece a ação transformadora do trabalho. Na concepção do autor, os meios e instrumentos de trabalho são um complexo de coisas que o trabalhador insere entre si e o objeto do seu trabalho, sendo uma relação de meios e fins e que serve de guia em sua atividade sobre esse objeto.

Para compreender os elementos do processo de trabalho, é necessário perceber de que forma são constituídas suas

mediações⁴¹, as quais possuem capacidades essenciais postas sempre em movimento. Essas capacidades não são dadas ao ser, mas conquistadas no processo histórico de sua autoconstrução pelo trabalho, sendo elas: sociabilidade, consciência, universalidade e liberdade. Nesse contexto, o ser social requer dos meios de trabalho para se relacionar com a natureza. “O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas, que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho, lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto” (MARX, 2012, p. 213).

Para tanto, necessita-se da práxis, e ela é fundamental na escolha dos meios/instrumentos de trabalho. Essa ação passa a ser categórica no resultado final do trabalho.

A categoria da práxis permite apreender a riqueza do ser social desenvolvido: verifica-se, na e pela práxis, como, para além das suas objetivações primárias, constituídas pelo trabalho, o ser social se projeta e se realiza nas objetivações materiais e ideias da ciência, da filosofia, da arte, construindo um mundo de produtos, obras e valores – um mundo social, humano enfim, em que a espécie humana se converte inteiramente em gênero humano. Em sua amplitude a categoria da práxis, revela o ser humano como um ser criativo e auto produtivo: ser da práxis, o homem é produto e criação de sua auto atividade, ele é o que se fez e se faz (NETTO; BRAZ, 2012, p. 56).

41 Ver PONTES, Reinaldo. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

O trabalho é uma ação consciente e, portanto, necessita de um conhecimento concreto, de determinadas finalidades e de determinados meios. Sendo assim, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do trabalho são características ontológicas do ser social humano genérico⁴² (LUKÁCS, 1978). Portanto, a dimensão de totalidade é inerente a esse processo. Segundo o autor, a totalidade não é a soma das partes ou dos complexos subordinados, como diria Marx (2012), é a síntese de múltiplas determinações.

Do mesmo modo, se o ser social pretende obter em seu trabalho um resultado concreto, deve planejar em cada tempo com precedência e sempre conferir a efetivação de seus planos de forma crítica e consciente. Esse domínio do corpo humano pela consciência, que afeta uma parte dos seus hábitos, instintos e emoções, é, sem dúvida, uma condição basilar até no trabalho mais primitivo e deve dar um sinal decisivo da representação que o ser social forma de si mesmo e do resultado final de seu trabalho (ANTUNES, 2005).

O trabalho ontológico, oferece a possibilidade do seu desenvolvimento e do desenvolvimento dos seres que

42 Humano genérico, reconhecido teoricamente a partir da perspectiva de Marx (1964, p. 83-84), “o homem é um ser genérico, não somente quando prática e teoricamente faz do gênero, de si mesmo e do restante das coisas o seu objeto, mas também quando se relaciona consigo mesmo como gênero vivo, um ser universal, por isso livre. A vida genérica do homem consiste em primeiro lugar que ele vive da natureza inorgânica. Fisicamente, o homem vive apenas dos produtos da natureza, os quais podem aparecer na forma de alimento, aquecimento, vestuário, habitação etc. Praticamente, a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade, que faz da natureza inteira o seu corpo inorgânico, na medida em que ela é um meio de vida imediato, é o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital”.

trabalham, pois, se altera a adaptação e reação do processo de reprodução ao seu ambiente, uma vez que é transformado de maneira consciente e ativa (LUKÁCS, 1978). O trabalho não se torna simplesmente um fato em que se expressa a nova característica do ser social, mas, adversamente e justamente no plano ontológico, transforma-se no modelo da nova forma do ser em seu conjunto, em sua dimensão de totalidade.

O trabalho e seu produto e a cultura, de acordo com Barroco (2008), fundam a história e a autoconstrução dos próprios homens e mulheres em sua relação recíproca com o meio natural. Assim, a autoconsciência é um ato de autodeterminação, de capacidade humana posta em movimento pelo trabalho.

Por conseguinte, ao ser capaz de autodeterminar-se, o ser social evidencia sua vontade racional e libertadora de sua autonomia, podendo escolher entre alternativas criadas por ele, delineando seu destino e superando limites, fazendo escolhas e objetivando a capacidade de decisão. Por isso, o trabalho é uma atividade teleológica, na qual o papel ativo da consciência está no processo de autoconstrução humana (MARX, 2012).

A partir do momento em que o trabalho não é reconhecido como fundante do ser social, deixa de ser centralidade na vida e em sua relação entre ser social e natureza, e essas mesmas relações sociais são transformadas e reificadas⁴³. É como se o

43 Conforme Netto (2011), em Marx a reificação é a expressão típica da alienação engendrada pelo capitalismo.

trabalho perdesse a centralidade na vida social, oferecendo lugar de evidência para outro, essencialmente no modo de produção capitalista. Essa configuração e realidade do trabalho no atual modo de produção econômico intensificam-se de forma cada vez mais acelerada e hostil com a vida.

De acordo com Antunes (2005), as estratégias do capitalismo para aumentar o lucro e acumular riquezas reforçam o processo de trabalho estranhado pelo trabalhador, intensificando a reificação das relações sociais. O trabalho deixa de ser uma atividade para satisfazer às necessidades elementares da vida humana e torna-se degradante e desumanizado, pois, quanto mais se desenvolve, mais empobrece a classe trabalhadora.

Serviço Social enquanto profissão inscrita nas relações sociais de trabalho

De acordo com Netto (2011), a pobreza e a desigualdade sempre existiram, porém, no capitalismo, aguçam-se as desigualdades a partir das diversas formas de exploração. Em um movimento contraditório, o Serviço Social se institucionaliza no Estado burguês enquanto profissão, na fase do capitalismo monopolista, em que as relações sociais se constroem em meio ao antagonismo. Contudo, a institucionalização do Serviço Social “[...] não se relaciona decisivamente à ‘evolução da ajuda’, à ‘racionalização da filantropia’, nem à ‘organização da caridade’; vincula-se à

dinâmica da ordem monopólica” (NETTO, 2011, p. 69-70) e com vinculação direta com a questão social.

O desenvolvimento e a capacidade tecnológica do capitalismo não possuem como fim o enfrentamento das desigualdades. Na contramão desse recurso e se alimentando da exploração, o capitalismo cria formas de fazer apenas a manutenção da força de trabalho, para garantir acumulação de capital. Além disso, provoca disputa entre classes opostas, por isso, na medida em que se intensifica a exploração da força de trabalho, mesmo com o desenvolvimento das forças produtivas, as trabalhadoras precisam permanecer na luta para conquistar direitos e exigir condições dignas de trabalho para sustento de suas próprias vidas.

Na relação dessa disputa entre capital e trabalho, o Estado implementa políticas públicas paliativas, assistencialistas e focalistas, para conter revoltas da classe trabalhadora, e “convida” a profissional do Serviço Social ao trabalho, para atuar em políticas com medidas policialescas e de ajustamento social. Desse modo, o Serviço Social participa da reprodução das relações sociais que também

[...] refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de

produção (IAMAMOTO, 2006, p. 72).

No contexto de sua gênese, a assistente social é chamada para atuar pelo Estado, na reprodução da força de trabalho e das relações sociais, as quais têm como objetivo manter a classe trabalhadora resignada frente à ordem capitalista. Na afirmação de Martinelli (2011), assistentes sociais que compõem a classe trabalhadora em que o cotidiano⁴⁴ é alienado, alienante e alienador têm dificuldades em superá-lo, já que encontram-se imersos no campo do imediato, dado como fim, pois “[...] é através da mediocridade que o cotidiano se normatiza ao gosto das classes dominantes» (CARVALHO; NETTO, 2012, p. 45).

Porém, a partir da década de 1960 na América Latina, sucederam vários questionamentos sobre a função, atuação e formação do Serviço Social. Nessa década iniciou-se no Brasil, os debates e seminários de teorização, que provocaram pensar a profissão, deram início ao processo de um grande movimento teórico político no interior da profissão do Serviço Social.

De acordo com Netto (2002), os elementos que causaram esse movimento foram, primeiramente, o contato das assistentes sociais com profissionais de outras áreas nas

44 O cotidiano, de acordo com Carvalho e Netto (2012), está tomado pela exploração, desigualdade, preconceito, e a assistente social deve romper essa corrente, de um cotidiano alienado conformado com essa ordem que reflete uma atuação imediatista e de culpabilização do indivíduo. Cotidiano compreendido como o campo da singularidade, do imediato, do aparente.

equipes de trabalho e atuação profissional. O segundo ponto foi o desligamento do Serviço Social com a Igreja católica, que antes era responsável pela sua formação e seu direcionamento. O terceiro elemento foi a aproximação das estudantes do Serviço Social com o movimento estudantil, quando o curso foi inserido nas universidades. E, por último, a relação do Serviço Social com outras áreas de conhecimento e principalmente com as ciências sociais.

Esses elementos contribuíram com os debates no interior da profissão, vale destacar os seminários de teorização entre as décadas de 1960 e 1970 e a nova direção política na década de 1980. Estavam em disputas três projetos: a perspectiva modernizadora, que propunha adequar o Serviço Social às exigências do processo de ditadura militar, de repressão dos movimentos sociais, de privilegiamento do setor privado, de burocratização, de desenvolvimento capitalista e com objetivo de conservar a ordem capitalista. Tinha como base teórica o funcionalismo, a perspectiva de reatualização do conservadorismo, que almejava voltar para as bases tradicionais da profissão e retomar a vinculação com a Igreja católica, com uma atuação psicologizante e de culpabilização dos indivíduos, com o intuito de fazer conciliação de classe e manter a ordem capitalista.

As perspectivas teóricas que sustentaram esse período foram a positivista e a neotomista, que pretendiam manter ou reformar os princípios existentes fundados no capitalismo. A

perspectiva de intenção de ruptura, a qual pretendia romper com as bases tradicionais da profissão, entendia-se como classe trabalhadora e que a profissão deveria posicionar-se ao lado dela. Critica o modo de produção capitalista, projeta ruptura com o conservadorismo no Serviço Social e aproxima-se da teoria marxista, a qual, no início, se produz de forma equivocada e, posteriormente, busca nas bases da fonte da teoria social crítica, o conhecimento fundamental para compreensão da dinâmica da sociedade do capital.

Entende-se porque no serviço Social tradicional os pressupostos do neotomismo podem coexistir com o positivismo e o funcionalismo, oferecendo suporte para a afirmação de uma ética profissional aparentemente “neutra”. Partindo do entendimento de que as contradições derivadas das desigualdades e luta de classe são “disfunções” concebendo as expressões da questão social como “desvios” de conduta moral, o serviço social tradicional dirigia a sua ação para a sua “correção”, objetivando, idealmente o bem comum e a justiça, como podemos verificar nos códigos de ética de 1947, 1965 e 1975 (BARROCO; TERRA; CFESS, 2012. p. 44).

Nessa disputa política durante as décadas de 1970 e 1980, em alguns momentos uma perspectiva ganhou mais força que outra. Porém, na década de 1980, a perspectiva de intenção de ruptura se destacou pela sua importância e significado. Assim, em 1986, a profissão elaborou o código de ética que

se posicionou explicitamente ao lado da classe trabalhadora e propôs uma profissão hegemonicamente crítica, rompendo com as ideias que até então pretendiam reforçar os princípios de sua gênese. E, em 1993, a reformulação aprimorou o código de ética, em vigência até os dias hoje, que trouxe consigo onze princípios fundamentais importantíssimos para a direção da profissão, que se posiciona contra qualquer tipo de discriminação e opressão, defendendo a emancipação humana, a equidade, a democracia, a liberdade como princípio ético central e a luta por direitos da classe trabalhadora.

Com o movimento de renovação da profissão, foi nascendo e tomando forma um projeto coletivo, chamado pelo Serviço Social de projeto ético-político, construído e alinhado à ideia de um projeto societário transformador, que propõe a superação desse sistema desigual. E esse projeto ético-político se concretiza na produção do conhecimento que é a sistematização da prática, nas instâncias políticas e organizativas que são a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), o Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), além da dimensão jurídica, que se expressa no código de ética da profissão, nas diretrizes curriculares da formação e nas leis que norteiam a prática profissional.

Contudo, muitos são os desafios para a efetivação do projeto ético-político e um deles passa pela própria característica profissional: a assistente social ser uma trabalhadora assalariada. De acordo com Rodrigues (2016), a assistente social é considerada como trabalhadora liberal, entretanto essa condição apresenta uma autonomia relativa, a contradição entre intervir de acordo com o projeto ético-político ou com o que é esperado pelo seu empregador.

As instituições têm o poder de contratar uma profissional que atenda aos seus interesses de controlar a classe trabalhadora, com políticas paliativas, imediatistas e burocráticas, as quais atendam minimamente aos “problemas sociais”, garantindo a manutenção do *status quo* (FALEIROS, 1997). Assim, torna-se imprescindível criar estratégias para ampliar a autonomia relativa da assistente social.

Em momentos de crise do capital, uma das primeiras medidas do Estado neoliberal é o “ajuste” e cortes no orçamento das políticas sociais, conseqüentemente a retração de direitos se efetiva. Com isso, essa profissional, além de trabalhar com a viabilização desses direitos e políticas para a classe trabalhadora, é desafiada a atuar em meio a precarização das condições de trabalho, em seu próprio cotidiano (NETTO; CARVALHO, 2012).

Além desses desafios, o Serviço Social continua permanentemente disputando a direção ético-política e metodológica da profissão, mesmo após a renovação com

vertentes teóricas e políticas que defendem uma atuação profissional tradicional conservadora.

Constitui-se condição indispensável a apropriação da teoria crítica, uma análise dialética para o aprofundamento do real e, também, compreensão sobre a lógica do capital, dividido em classes dominadas e dominantes, acentuando a exploração e a “exclusão social”. A partir dessa compreensão, a profissão busca-se construir estratégias e mediações necessárias, para a atuação e o enfrentamento das expressões da questão social.

Ou seja, para o Serviço Social, é importante compreender que a articulação entre as dimensões teórica metodológica, ética política e técnica operativa só se tornam possíveis a partir da apreensão da totalidade dialética, da dinâmica na vida social e sua relação com a profissão. Por sua natureza, a práxis exige certo grau de consciência e de comprometimento com as motivações éticas de caráter genérico: exigências que remetem ao enfrentamento de conflitos da totalidade social (BARROCO; TERRA; CFESS, 2012, p.71). Apesar disso, frequentemente prevalece na atuação um maior foco na dimensão técnico-operativa, continuamente orientada por uma teoria, muitas vezes, conservadora, que fortalece a prática e distancia-se da práxis, impossibilitando o processo de mediação, imprescindível ao trabalho do Serviço Social (BARROCO. 2008).

Considerando a realidade brasileira atual, muitos são

os desafios enfrentados pela profissão do Serviço Social e para outras categorias afins, as quais atuam nas principais políticas sociais públicas. Desafios esses impostos à garantia da direção social crítica no trabalho profissional. Dentre muitos deles, destacam-se a precarização da formação e das condições de trabalho, a conjuntura macroeconômica e política, o conservadorismo, a refilantropização, a retração dos direitos sociais, a subalternização da classe mais vulnerável e a polarização da classe trabalhadora (IAMAMOTO 2011). Uma realidade que rebate de forma direta e impresumível na profissão, desafiando o trabalho do Serviço Social.

Na perspectiva teórico-crítica do Serviço Social, a postura é política e não passa pelo campo da neutralidade, por compreender a sua impossibilidade na área social. Com isso, os desafios postos nos espaços sócio-ocupacionais são diversos, como apresentado por Iamamoto (2011). No entanto, existe a necessidade de se articular enquanto classe trabalhadora e identificar as contradições, possibilidades e estratégias possíveis, além da urgência de se criar novas.

O trabalho do Serviço Social depara-se com uma realidade complexa no momento presente, contudo é imperativo compreender cada vez melhor e de forma minuciosa a realidade.

Estamos diante de uma diversidade de situações e ambiguidades de grandes proporções, uma realidade contraditória e em movimento, na qual não parece

pela condição na qual se encontra o sujeito (objeto) como na proporção em que predomina o objeto (sujeito). Se o homem mudou e com ele suas formas de sociabilidade, suas relações e de produção, não mudaram também os meios e instrumentos com que ele transforma o mundo? O que está sendo indicado é que novas configurações se fazem nos espaços de trabalho, nas formas de compreender este e nas intencionalidades que lhes são impostas. Porém, cabe observar que esta indicação acerca do trabalho e das formas de pensar sobre ele segue as condições sociais e históricas em que os indivíduos vivem, isto é, a forma como executamos e a maneira como pensamos (SARMENTO, 2013, p. 2).

Nenhuma análise ou intervenção social existe sem intencionalidade, e a essência dos fatos pode ser ocultada, se o contexto e as dimensões históricas, políticas e econômicas forem desconsideradas. Além da influência objetiva e determinante das relações sociais de trabalho do sujeito inserido nos espaços sócio-ocupacionais, também sua apropriação teórica e sua forma de pensar e analisar o mundo serão expressas em suas intervenções na realidade. Diante disso, verifica-se que as condições de trabalho do Serviço Social podem resultar num determinado tipo de intervenção, podendo apontar para a superação ou para o reforço do conservadorismo social.

O trabalho do Serviço Social realiza-se, então,

sob condições subjetivas e objetivas, historicamente determinadas. Contexto sócio-histórico o qual estabelece as necessidades da profissão em responder às demandas da sociedade por meio das requisições socioprofissionais e políticas, delimitadas pelas correlações de forças, as quais expressam os diferentes projetos profissionais. Esses se caracterizam como conservadores ou emancipadores e se encontram em permanente disputa, pois não são apenas diferentes, mas antagônicos (IAMAMOTO. 2011; GUERRA, 2012).

Os aportes teóricos a partir de agora se constroem em diálogo com dados empíricos da pesquisa realizada. Possui como objetivo compreender a configuração do trabalho do Serviço Social, verificando de que forma as dimensões da profissão se articulam. A busca de aproximação da realidade concreta e sua dinâmica social torna-se a cada momento um exercício mais complexo, árduo e desafiador, na mesma proporção em que essa realidade revela um aguçamento das suas contradições sociais.

A configuração do trabalho do Serviço Social: trajetória e impressões dessa travessia

A discussão produzida neste artigo é apenas uma das diversas possibilidades de análise de pesquisa, a qual compõe o conjunto de uma obra coletiva. Apesar de se chegar ao final com novas questões, o estudo analisou a partir de categorias

centrais como trabalho, Serviço Social e relações sociais, um dos eixos do questionário semiestruturado, utilizado nas entrevistas – o subitem 4 – que trata das “Condições e relações sociais de trabalho do Serviço Social”.

A pesquisa cumpriu todas as exigências de estudos que envolvem seres humanos, com autorização do comitê de ética da Unimontes para a sua realização. Foram entrevistadas quarenta e oito assistentes sociais de diversos espaços sócio-ocupacionais de um município norte mineiro, dentre os quais espaços públicos (municipais, estaduais e federais), privados e filantrópicos. As respostas das entrevistadas são de profissionais inseridas nas políticas de assistência social, saúde, educação, habitação, sistema prisional, tribunal de justiça e rede socioassistencial filantrópica (principalmente, instituições ligadas às Igrejas católica e evangélica).

Vale destacar os desafios a fim de alcançar os dados necessários para responder aos objetivos deste estudo. Observou-se, por parte da categoria, um certo receio em participar da pesquisa, em expor informações institucionais e pessoais sobre a sua realidade de trabalho. Mesmo diante de um estudo institucionalizado e que cumpriu todos os critérios éticos, constatou-se um total desconforto e insegurança das assistentes sociais em falar sobre as próprias condições de trabalho.

Contudo, discute-se a partir das respostas das pesquisadas que responderam de forma positiva ao convite do projeto,

mas sem desmerecer, em nenhuma hipótese, as respostas negativas ou aquelas que demonstraram dificuldades em participar, constituindo dados para esta análise, ou seja, são as impressões dessa realidade complexa que constituem a totalidade contraditória, à qual se busca se aproximar.

Nessa direção e perspectiva dialética, “[...] é preciso lembrar que a totalidade está sempre em processo de estruturação. Ela é histórica. Assim, é preciso captar o seu movimento e a sua direção enquanto devir histórico” (NETTO; CARVALHO, 2012. p. 21). Do mesmo modo, seguem as primeiras impressões deste estudo.

Na realização da pesquisa e nos questionários respondidos, observou-se que, no tópico que questiona se a profissional desenvolve alguma atividade que não compete ao Serviço Social, das quarenta e oito respostas, oito assistentes sociais responderam que sim. Como exemplo, apresenta-se a resposta da entrevista AS46, a qual relatou que desenvolve atividades que não competem ao Serviço Social. As atividades descritas por ela foram: “atendimento às partes, entrevistas, visitas domiciliares, produção de laudos, relatórios e contato com outros profissionais da rede socioassistencial dos municípios da comarca”.

Todavia, as atividades relatadas na entrevista fazem parte das atribuições e competências da profissão. O que deve ser considerado é a intencionalidade posta sobre cada instrumento de trabalho, pois, cabe ao profissional, quando

necessário ou de acordo com sua demanda, fazer visita domiciliar, emitir laudos, relatórios, pareceres, dentre outros instrumentos que contribuem para melhor compreensão da realidade a qual se observa ou intervém. Nesse caso específico, observa-se uma incompreensão sobre o próprio trabalho e o desconhecimento sobre legislações como a Lei nº 8662/93, que regulamenta a profissão de Serviço Social e resoluções específicas como a RESOLUÇÃO CFESS Nº 557/2009, que dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais.

Dessa forma, entende-se que o problema não está no instrumento escolhido, pois eles são neutros, porém não há neutralidade na escolha dos instrumentos, na utilização, na intenção posta sobre eles e na reflexão das demandas que chegam para o profissional do Serviço Social. Portanto, para não utilizar um instrumento de forma imediatista e de negação de direitos, é necessário fortalecer as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, embasando-se em uma perspectiva teórica crítica, capaz de alcançar uma leitura do contexto sócio-histórico, do código de ética profissional e de normativas que orientam o exercício profissional, com o intuito de atuar de forma ética, garantindo viabilização e acesso das usuárias aos direitos.

Ainda nessa direção, utiliza-se também como exemplo a resposta da AS26, que relatou desenvolver atividades que

não competem ao Serviço Social: “[...] auxílio no banho do usuário, compro roupa com o usuário, faço comida, maquiagem, corte de cabelo”. Essas atividades relatadas na entrevista são realizadas com usuárias de uma instituição na qual assistente social compõe a equipe multidisciplinar de trabalho. Sabe-se que, para exercer as atividades citadas, não é necessário ser assistente social, e esse tipo de trabalho evade-se completamente do objeto e dos objetivos da profissão.

De acordo com Carvalho e Netto (2007), percebe-se que a profissional está submersa ao cotidiano contraditório do sistema capitalista, repleto de disputas desiguais. Nesse contexto, é transferida ao profissional do Serviço Social a responsabilidade de atuar no centro dessas contradições por meio das políticas sociais públicas. Porém, muitas vezes de forma enviesada, o próprio profissional contribui para reforçar a ideia distorcida e equivocada que a maioria da população possui sobre o Serviço Social. Essa realidade aponta a dificuldade que profissionais apresentam de identificação com a própria profissão, a unidade e o sentimento de pertencimento que também se apresenta como um dos desafios nesse “novo” tempo, e ainda se acentua com a precarização da formação em todas as suas esferas e dimensões.

Guerra (2017) aponta determinadas características profissionais, ocasionadas pelo cotidiano alienador. A primeira é a heterogeneidade, em que demandas diversas

se apresentam para o assistente social, prendendo-o na esfera do cotidiano e dificultando sua superação. A segunda é a espontaneidade, que, de acordo com a autora, é a mais recorrente, pois o profissional se apropria e naturaliza costumes da sociedade, ou desempenha tal função por satisfação pessoal ou, mecanicamente, reproduz as demandas e rotinas impostas pela instituição sem questionamento crítico. A terceira característica é a imediaticidade, em que o cotidiano burguês exige respostas imediatas aos “problemas sociais”, respostas breves e pragmáticas a demandas que têm raízes mais profundas, pois é necessária a reprodução social, fazendo a manutenção da força de trabalho para o mercado de exploração. A quarta característica é a superficialidade extensiva, que é a maneira como as demandas apresentam-se ao profissional, demandas fragmentadas e pontuais, nas quais ela apresenta sua extensividade e não a sua intensidade, de tal modo que ao Serviço Social é exigido atender parte da questão social e a não superar o campo do aparente, da singularidade, desconhecendo ou ignorando as verdadeiras origens da questão social e suas expressões.

Na sequência, foi questionado se algum profissional de outra área exerce atividade que são privativas do Serviço Social no espaço em que atuam. Três profissionais responderam que sim, dois desses não responderam e, quando questionados sobre quais são esses profissionais, a entrevista AS46 respondeu ser um advogado.

De acordo com Iamamoto (2006), o objeto de intervenção da assistente social é a questão social e suas expressões, mediando os conflitos entre capital e trabalho. De acordo com Montaño (2009), esse objeto não é específico do Serviço Social. Outras profissões intervêm a partir dessas expressões, como o psicólogo, o advogado, o sociólogo e o enfermeiro, dentre outros. Para o autor, a especificidade da profissão está na perspectiva que ela tem sobre o real. Ademais, cada profissão segue uma orientação e perspectiva sobre determinada demanda, podendo conversar entre si, ou no trabalho, como uma equipe interdisciplinar.

Na realização das suas atribuições sócio profissionais, o profissional intervém através das políticas e/ou serviços sociais, na criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho ocupada e excedente, a partir das formas de regulação social capitaneadas pelo Estado burguês, cuja natureza contraditória é permeável aos interesses da classe e/ou segmentos da classe trabalhadora (GUERRA, 2017, p. 51).

O Serviço Social está inserido na divisão sociotécnica do trabalho e é chamado a planejar, elaborar e executar políticas sociais que intervenham na realidade, atendendo às demandas resultantes das desigualdades entre capital e trabalho. Essa atuação deve se sustentar e de forma articulada, nas dimensões da profissão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e tem como objetivo nesse sistema

de exploração intervir no enfrentamento das expressões da questão social.

Outrossim, de acordo com a Lei nº 8.662/93, que regulamenta a profissão, o seu art. 5º delimita atribuições privativas do assistente social. Das trezes atribuições citadas, destacam-se:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II- planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III- assessoria e consultoria e órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV- realizar vistorias e perícias técnicas, laudos e perícias, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social. Aqueles que desempenharem atribuições privativas do Serviço Social podem responder judicialmente por tal ato (BRASIL. Lei nº 8.662. Art. 5º).

A profissão de Serviço Social foi por um longo período subalternizada, historicamente reconhecida como o “lugar” de fazer caridade (MONTAÑO, 2009). Logo, qualquer pessoa com “boa índole” poderia desempenhar a função. Entretanto, a partir da década de 1970, com a inserção do curso nas universidades, dentre outros fatores, e com a regulamentação da profissão, demarcou-se que, para desempenhar a profissão de assistente social, seriam exigidos

a formação no curso superior de Serviço Social e o registro no Conselho Regional do Serviço Social (CRESS).

Por isso, é fundamental que todas as assistentes sociais compreendam as atribuições da profissão e informem na instituição, orientados a partir do código de ética e da Lei nº 8662/93, qualquer irregularidade. Caso a instituição não colabore, a situação deve ser informada ao Conselho Regional do Serviço Social (CRESS) da região. A especificidade da profissão é a perspectiva que ela adquiriu do real, por meio de suas dimensões, historicamente construídas.

Outra resposta que chama a atenção quando as assistentes sociais foram questionadas é se houve mudança em relação à política de trabalho na instituição nos últimos cinco anos: trinta e um responderam não, e dezessete responderam sim. As profissionais que responderam sim apontam as justificativas e se sustentam nas mudanças da legislação, nas três esferas de governo, das gestoras e coordenadoras, realização de concurso público, mudança na equipe técnica, reordenamento dos programas sociais e mudança na carga horária de trabalho das profissionais, dentre outras, as quais impactam diretamente na execução das políticas onde trabalham.

Observa-se nas respostas das profissionais que afirmaram ter ocorrido mudanças, um amplo conhecimento da conjuntura sócio política e da realidade a qual estão inseridas em seus espaços de trabalho. Já as respostas negativas, causam certa

estranheza. A possibilidade de nenhuma mudança em uma política em cinco anos é pouco provável. Nesse caso, seria necessário acesso a outras informações e elementos para compreender se de fato não mudaram ou se essas mudanças não foram percebidas, uma vez que se vive em uma sociedade e Estado em que as mudanças têm ocorrido vertiginosamente.

A próxima questão dialoga com a anterior, pois faz avaliação quanto às usuárias das políticas em que a profissional atua: houve mudança no perfil das usuárias nos últimos cinco anos? Dezenove responderam que sim, e vinte e nove responderam que não. O período ao qual a pergunta se referiu diz respeito aos anos de 2015 a 2019. Essa foi uma fase conturbada de ataques aos direitos políticos, sociais e civis, uma economia caminhando para um processo o qual já sinalizava para uma possível recessão no país. Além disso, as reformas da previdência e trabalhista, Emenda Constitucional 95 (também conhecida como emenda do teto dos gastos), tensionaram as bases políticas, sindicatos e movimentos sociais da classe trabalhadora.

De acordo com os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2019), o alto índice de desemprego, por sua vez, atingiu mais de 12,3 milhões de brasileiros em 2018, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita estava em um nível bastante inferior a 2014, e as taxas de juros chegaram a mais de 5% ao final de 2019. Sendo assim, os dados mostram que

a população estava ainda mais empobrecida. A partir dos estudos realizados e dos dados apresentados pela pesquisa, outros debates e lacunas também surgem. Assim, novos estudos devem ser elaborados para melhor compreender a realidade e a percepção ou forma de análise, dessa mesma realidade, pela categoria profissional do Serviço Social.

Ao se deparar com a média da renda total do grupo pesquisado verifica-se que a maioria, ou seja, trinte e sete assistentes sociais possuem remuneração até R\$4.500,00. Desses, trinte e sete, vinte e três profissionais recebem entre R\$1.500 a R\$2.500, cinco recebem de 4 a 5 mil, três recebem de 5 a 6 mil e seis profissionais recebem mais de 6 mil.

Entre as pesquisadas, a carga horária semanal de trabalho se configura da seguinte forma: três assistentes sociais possuem carga horária de 20h, vinte e seis profissionais com carga horária de 30h, quinze profissionais possuem carga horária de 40, e quatro têm uma carga horária de mais de 40h. Uma observação importante para a nossa análise é que onze dos profissionais pesquisados com carga horária de 40h e mais de 40h atuam na política de educação. E, na política de educação, a extensão de carga horária para além do ambiente de trabalho é uma constante, uma prática naturalizada e não reconhecida como trabalho pelo Estado, pela própria gestão e por parte importante da sociedade.

Apesar de se constituir lei -Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010 - que altera o artigo 5º da Lei de Regulamentação

Profissional – Lei nº 8.662/1993 – e define a jornada máxima de trabalho de assistentes sociais em 30 horas semanais sem redução salarial, ainda não é uma realidade plena no país. Inúmeras instituições públicas e privadas persistem em descumprir ou buscar formas de driblar a lei, assim como modificar a nomenclatura do cargo com as funções da assistente social para técnico social, analista social, dentre outros, situações com o objetivo de ampliar a jornada de trabalho da assistente social, fato que vem sendo causa da produção de constantes denúncias ao setor de fiscalização dos Conselhos Regionais do Serviço Social - CRESS - no país.

Para Antunes (2005), a classe trabalhadora enfrenta um processo de desvalorização salarial que ocorre concomitante a um período complexo para a população ativa que trabalha. Além da intensificação do processo de trabalho, a ampliação da jornada são algumas das estratégias do capitalismo para ampliar o lucro e extrair mais valor. “[...] O capital não se preocupa com a duração da vida da força de trabalho, interessa-lhe exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posta em atividade” (MARX, 2012, p. 307). Desse modo, o resultado é a exaustão da trabalhadora e, quando essa consumir todas as suas energias físicas e mentais, é descartada e substituída imediatamente.

Vale ressaltar que a maioria dessas profissionais ainda se encontra em condições precárias de trabalho, com contratos

temporários em seus vínculos empregatícios, além do grande investimento do Estado e do setor privado na formação da modalidade a distância, que potencializa e amplia o exército industrial de reserva e ainda precariza a formação profissional. A “crise” econômica do capitalismo que toma dimensões imensuráveis coage a classe trabalhadora a fim de que ela assuma as consequências da preferência do Estado pelas políticas neoliberais, as quais favorecem apenas o mercado financeiro e internacional.

Na pesquisa realizada, quando foi solicitado às entrevistadas que citassem até cinco problemas/limitações relacionadas às suas condições de trabalho, as implicações apresentaram uma configuração de más condições de trabalho e que interferem negativamente nos resultados e objetivos da política que atuam, além de afirmarem que produzem mais trabalho e que este trabalho não é reconhecido pela instituição empregadora.

Das quanta e oito assistentes sociais entrevistadas, seis não responderam à pergunta, uma disse que a pergunta não se aplicava e duas não identificaram limitações referentes à sua área de atuação. Ademais, quarenta assistentes sociais listaram limitações referentes às condições de trabalho, como afirmou a entrevista AS5: “[...] infraestrutura precária, quadro reduzido de profissionais, rede de atendimento fragmentada, desrespeito ao fazer profissional, trabalho interdisciplinar aquém do ideal ou possível e superlotação

carcerária”. E também a entrevista AS10, que replicou: “[...] contrato precário, sobrecarga de atribuições, espaço de atendimento pouco adequado, estrutura material mínima, autonomia relativa, vínculo precário, sem direito a férias”.

O capital apropria-se da força de trabalho e a reifica, e da mesma forma acontece com a assistente social de acordo com Yamamoto (2015). É um trabalho mercantilizado, e, no momento em que se vende sua força de trabalho, a exigência é que se cumpram demandas institucionais, como verifica-se nos vínculos precários e nas condições de trabalho inadequadas. A assistente social possui uma autonomia relativa, respaldada pelo conhecimento adquirido na formação, pelo código de ética e por lutas sociais que conquistaram direitos, porém a todo o momento o profissional é desafiado a avançar na contradição entre sua precária condição de trabalho e nas mediações para a efetivação do projeto coletivo.

Verifica-se uma tensão entre projeto profissional, que afirma a assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-los na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, às quais são socialmente forçados a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se (IAMAMOTO, 2015, p.416).

A autora destaca as contradições do cotidiano do assistente social, entre: trabalhadora assalariada e autonomia, entre: desafios institucionais e projeto profissional. E entre: causalidade e teleologia. De acordo com a autora, durante a formação do Serviço Social e a sua atuação profissional, projeta-se viabilizar direitos por meio de políticas públicas às usuárias, pautadas nas defesas éticas fundamentais. No exercício profissional, na maioria das vezes o Estado, a instituição empregadora não oferece condições adequadas para desempenhar as atividades do Serviço Social, precarizando as políticas sociais implementadas, reduzindo ou desviando recursos e investimentos dessas políticas para outros campos da gestão pública. Com isso, avançar na autonomia relativa, torna-se ainda mais desafiador, principalmente com o agravamento das expressões da questão social, mas necessário.

Verifica-se que, ao longo da história, o objetivo do Estado não tem sido eliminar as causas da “questão social”, mas somente amenizá-las, e não é de interesse do Estado construir estrutura e políticas públicas de qualidade. No entanto, esta análise ainda se distancia de parte significativa da categoria, que reproduz o discurso na prática a teoria é outra (FORTI; GUERRA, 2010), dificultando a superação do cotidiano institucional alienador, que bloqueia seus projetos e estratégias para efetivá-los (IAMAMOTO, 2015).

Para não cair no pragmatismo e conseguir construir

mediações capazes de enfrentar a precariedade institucional, é importante constantemente a busca pelo conhecimento, a compreensão de categorias do trabalho e a construção de estudos e pesquisas (FALEIROS, 2010). O saber profissional possibilita uma melhor interpretação da realidade, das contradições entre classes, compreendendo que o Serviço Social está inserido em meio à contradição. Torna-se indispensável criar estratégias para ampliação da autonomia na instituição. Outra estratégia importante é o diálogo com a população e com os movimentos sociais, pois as lutas são fundamentais para conquistar direitos, resistir contra retrocessos e para o fortalecimento das políticas sociais públicas.

Essa compreensão foi também analisada nas falas a seguir. Na pergunta em que foi questionado se as entrevistadas entendiam que era suficiente o número de assistente social que trabalham na instituição para atender às demandas do Serviço Social, das quarenta e oito, doze assistentes sociais responderam que sim e trinta e seis responderam que não. Das entrevistas que responderam sim, apenas três responderam o porquê:

[...] apesar da grande demanda que atendemos, o número de assistente sociais corresponde ao previsto na Norma Operacional Básica dos Recursos Humanos - NOB RH (AS10).

[...] porque é possível atender à demanda

atual com a quantidade de profissionais existentes (AS25).

As duas entrevistas que responderam achar suficiente o número de assistentes sociais, se contradizem ao se justificarem:

[...] a demanda de usuários é muito grande, a vulnerabilidade da nossa sociedade cresce cada dia mais. Devemos trabalhar a prevenção e estamos recebendo esses usuários já na violação de direitos(AS19).

[...] porque a demanda é muito grande(AS48).

Ao mesmo tempo, das trinta e seis entrevistas que responderam que não acham suficiente o número de assistentes sociais, todas responderam o porquê:

[...] na gestão atual, houve redução significativa do número de profissionais(AS11).

[...] a demanda do Centro de Referência da Assistência Social [CRAS] e a quantidade de territórios abrangidos pelo CRAS é muito grande para o número de técnicos(AS21).

[...] é necessário que haja mais contratações para que seja evitado o desgaste e sobrecarga dos profissionais(AS28).

[...] o volume de processos no judiciário agigantou-se e a equipe é a mesma em número de cargos desde o concurso de 1992(AS43).

Netto (2011) corrobora a análise desse contexto ao afirmar que o avanço do neoliberalismo intensifica a crise do capital, acarretando a precarização das condições do trabalho. Entende-se que, em momentos de crise, os primeiros cortes que o Estado burguês realiza são nas políticas sociais públicas. Do mesmo modo, ele reduz o número de funcionários e o investimento nessas políticas.

Além de exercer sua prática principalmente a uma população que vem sofrendo com a perda do emprego e dos direitos sociais, o assistente social, na condição de trabalhador, também enfrenta o processo de precarização de suas condições de trabalho e a disputa por um lugar no mercado, o que pode levar os profissionais a tomarem atitudes em favor das instituições nas quais trabalham, deixando de lado os princípios da ética profissional (SILVA, 2008, p.188).

No sistema do capitalismo, a assistente social também sofre com a redução de trabalhadoras na sua área de atuação e contratos precários em detrimento da realização de novos concursos públicos. Com a acumulação de demandas, essas profissionais se encontram sobrecarregadas, fato que intensifica o quadro de adoecimento e estresse vivenciado

por elas. Para a empregadora da assistente social, não é conveniente ampliar o quadro de profissionais, pois, dessa forma, reduziria o seu lucro. Quanto ao Estado, Netto (2011, p. 23) chama de “comitê executivo da burguesia monopolista”, evidenciando cada vez mais a configuração de um estado mínimo para a classe trabalhadora e máximo para o capital.

Com um quadro reduzido de trabalhadoras assistentes sociais, a empregadora obriga quem permanece no trabalho a dar respostas de forma imediata às demandas e requisições, seja na execução dos serviços burocráticos institucionais, seja no atendimento às usuárias. Além do mais, as demandas são cada vez mais complexas e a profissional se encontra aprisionada ao cotidiano e, principalmente às exigências institucionais, as quais não lhe “permitem”, ultrapassar essa condição imposta pelo sistema político e econômico atual de forma simples.

É necessário, estudos permanentes a fim de ampliar o conhecimento sobre a realidade atual e a sobre a própria profissão, em uma perspectiva crítica e com objetivo de construir mediações. Nesta direção, torna-se urgente e necessária, a organização política junto à categoria e aos sindicatos, concebendo estratégias de lutas dentro dos campos de atuação profissional, tencionando a ampliação dos direitos dos usuários e da classe trabalhadora. O diálogo com a população e a garantia dos serviços prestados com qualidade e compromisso ético-político são fundamentais

nesse processo, apesar da autonomia relativa da assistente social.

A pesquisa mostrou que a maioria das profissionais desenvolve suas atividades coletivamente. Quarenta das pesquisadas trabalham em equipes multidisciplinares e interdisciplinares, quatro em equipes exclusivas de assistentes sociais e apenas quatro afirmaram que exercem individualmente suas atividades. Além disso, alguns atuam em instituições filantrópicas em que contratam apenas um profissional do Serviço Social e a instituição não possui equipe multidisciplinar.

De acordo com Silva (2008), é desafiador enfrentar a lógica institucional e romper com o imediatismo, porém é importante essa ruptura para uma prática transformadora e emancipatória, pelo compromisso ético-político que a profissão possui com a classe trabalhadora.

Uma ética profissional demanda posicionamentos orientados por valores e por referenciais teóricos e que ela se viabilize especialmente na formação e no exercício profissional, nas ações políticas da categoria e em sua compreensão teórica (BARROCO; TERRA; CFESS, 2012, p. 42).

Esse compromisso torna-se, além de imprescindível, uma enorme instigação frente à realidade, configuração apresentada na pesquisa realizada com as assistentes sociais. Ao serem questionadas se as condições de trabalho permitem

a atuação profissional tendo por base o Código de Ética de 1993, vinte e cinco das entrevistadas disseram que sim, quatro disseram que não e dezenove em partes. Contudo, ao pedir para justificarem a sua resposta, chama a atenção o silêncio de dezessete entrevistadas sobre essa relação do trabalho com os princípios e normas da própria profissão, expressos no código de ética de 1993. Haveria um receio de expor um posicionamento? Haveria problemas institucionais e temor de exposição? Ou uma compreensão ainda pouco palpável sobre a legislação específica do Serviço Social? São apenas dúvidas e inquietações e não afirmações das pesquisadoras.

Dados como esses acendem um alerta: é preciso intensificar a defesa de uma formação de qualidade, desde a graduação à formação permanente, bem como ampliar o debate sobre as dimensões da profissão do Serviço Social, destacando a sua importância.

No terreno da ética, toda mudança passa pela totalidade do ser social, pois, a adesão consciente a valores é um processo individual e coletivo. Nesse sentido, afirmo que a existência de um código de ética não garante que a categoria vai reproduzi-lo. Mesmo tendo sido aprovado de forma democrática, a partir de um denso debate, dado o crescimento da categoria e as determinações que contribuem para fragilizar a sua compreensão e viabilização, a sua legitimidade é um processo contínuo (BARROCO; TERRA; CFESS, 2012, p. 109).

A partir dessa análise, é possível inspirar que só se defende um projeto quando há compreensão de sua relevância, seja para si, seja para os outros, ou quando já lhe é atribuído conhecimento inerente. Observam-se profissionais que ainda não se reconhecem e não se veem parte constitutiva dessa construção coletiva, portanto ampliam-se e espraiam-se os desafios encontrados na trajetória da profissão.

Todavia, tornam-se cada vez mais evidentes e impreteríveis a ampliação e o aprofundamento do debate sobre a profissão e seus fundamentos, sobre o trabalho da assistente social e suas condições objetivas/concretas, além da busca permanente em fortalecer o posicionamento consciente, crítico e comprometido com os princípios fundamentais, os quais balizam o código de ética e direcionam o projeto ético-político do Serviço Social.

Impressões finais

Diante dos estudos da realidade social contemporânea no atual contexto e a partir da análise dos resultados da pesquisa, foi possível estabelecer ponderações sobre a configuração do trabalho das assistentes sociais e, certamente, outras questões emergiram, as quais exigem novas buscas e construções. A tentativa de compreender a realidade vivenciada nos espaços sócio-ocupacionais das assistentes sociais, em uma região mineira em que a questão social e suas expressões interpelam permanentemente a formação e o trabalho dessas

profissionais, é sempre uma ousadia e, ao mesmo tempo, um compromisso ético-político.

Os resultados evidenciaram o enorme desafio que essa realidade apresenta para o Serviço Social. Verifica-se que o conservadorismo e as ideias endogenistas da profissão, ainda assombram o cotidiano do trabalho. Considerando o contexto complexo da realidade social e a precarização das condições de trabalho em que se encontram as profissionais do Serviço Social, assim como toda a classe trabalhadora, a realidade exige o fortalecimento enquanto categoria e classe para avançar frente às imposições do modo de produção capitalista não apenas como uma escolha, mas uma condição de existência.

A configuração do trabalho do Serviço Social apresenta desafios aos assistentes sociais para articular as dimensões da profissão em seu trabalho. Notadamente, a análise permitiu observar o objeto deste estudo, mesmo com os limites apresentados no decorrer da pesquisa, como as questões de conjuntura social, política, econômica e institucional. A pesquisa evidenciou que a precarização das condições de trabalho, corrobora na dificuldade de retomada aos estudos ou, à formação continuada sobre o Serviço Social e/ou área de atuação das profissionais, obviamente que estes elementos se apresentam como limitações ao fortalecimento do Serviço Social crítico. Acredita-se que os pontos destacados têm influenciado diretamente a forma e a qualidade dos serviços

prestados pelo Serviço Social, considerando-se como determinantes para articulação das dimensões da profissão no próprio cotidiano de trabalho.

A qualificação permanente, buscando o debate e o aprofundamento sobre a profissão, seus fundamentos, princípios e defesas, assim como a participação e a organização da luta coletiva, também são espaços que precisam e devem ser ocupados. Os resultados apontam uma vacância desses espaços pela profissão, que, ainda de forma tímida, têm se manifestado na organização coletiva, seja da categoria, seja dos movimentos sociais e de classe. A articulação entre as dimensões do Serviço Social e o sentimento de pertencimento das profissionais à própria profissão, são objetos que atualmente requerem maior aprofundamento em sua análise.

Entretanto, a profissão de Serviço Social possui princípios definidos, bandeiras de lutas e defesas históricas as quais não se aceita retroceder, nem mesmo dar um passo atrás. O Serviço Social conhece bem as adversidades da sua travessia, mesmo que estejaperplexo, jamais desiste de percorrê-lano decorrer de sua própria história. Mas é imprescindível avançar, pois a caminhada é longa e está apenas começando.

A viagem não acaba nunca. Só os viajantes acabam. E mesmo este podem prolongar-se em memória, em lembrança, em narrativa. Quando o viajante se sentou na areia da praia e disse: “não há mais que ver”, sabia que não era assim. O fim de uma viagem é apenas o começo doutra. É preciso ver o

que foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na primavera o que se vira no verão, ver de dia o que se viu de noite, com sol onde primeiramente a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava. É preciso voltar aos passos que foram dados, para os repetir, e para traçar novos caminhos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem sempre (SARAMAGO, 2007, p. 475-6).

Esse não tem sido um exercício fácil, e sim árduo e desafiador, mas persistente. Como Saramago afirma, a viagem não acabou. Apenas recomeça outra, com o acúmulo do passado, os desafios do presente e as dúvidas do futuro. Entretanto, uma coisa apreendeu-se: a travessia deve ser realizada sempre, porém, jamais só, pois é nessa travessia, nesse chão, que a profissão vem construindo a sua trajetória sócio-histórica, à luz das ideias que nos fazem mover em direção oposta do que hoje se apresenta no atual cenário. Podemos verificar observando o pragmatismo, a burocratização, as políticas sociais públicas fragmentadas e focalistas, o apelo ao voluntarismo, o autoritarismo, a reificação das relações sociais de trabalho, a exploração de diversas naturezas, a mercantilização da vida, a violência e intolerância de toda ordem, em uma sociedade de classe que cada vez mais vem produzindo barbárie.

Construir a trajetória profissional em outra direção deve ser nosso compromisso, pois somos seres sociais, e para a própria sobrevivência devemos seguir na direção da defesa

e do resgate da genericidade humana, da liberdade e da valorização da vida. O primeiro passo é o reconhecimento coletivo de que a atual sociedade foi estruturada a partir de um patrimônio ideológico e sociocultural que se mostra historicamente autodestrutivo, visto que nega o desenvolvimento humano, na busca desenfreada pelo desenvolvimento mercantil e pela mercantilização da vida.

Portanto, a travessia em qualquer das duas direções será sempre um risco, e devemos estar cientes de que, “[...] no real da vida, as coisas acabam com menos formato, nem acabam. Melhor assim. Pelejar por exato dá erro contra a gente. Não se queira. Viver é muito perigoso” (ROSA, 1994, p. 59).

Referências

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**:ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BARROCO, Maria Lúcia S; TERRA, S. H. Código de Ética do Assistente Social **comentado**. (Org) Conselho Federal do Serviço Social - CFESS. São Paulo: Cortez, 2012.
- BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos.6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos NOB/RH**. Brasília, 2006.

_____. Lei nº 8662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 jun. 1993, p.7.613. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 20 mar. 2021.

_____. Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010. Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do assistente social. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 27 ago. 2010. p.3. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm. Acesso em: 20 mar. 2021.

BOSI, Alfredo. **Céu e inferno** – Ensaio de crítica literária e ideológica. São Paulo: Editora 34/Duas Cidades, 2003.

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). **Código de ética da assistente social**. Lei nº 8.662/93 de regulamentação da profissão. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. Na prática a teoria é outra? *In*: (Orgs.). **Serviço Social: temas, textos e contextos**. Coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2010, p. 3-21.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2017. p. 49-76.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma intervenção histórica metodológica**. São Paulo: Cortez/Celats, 2014.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35283&Itemid=7. Acesso em: 10 fev. 2021.

LUKÁCS, Gyorgy. As bases ontológicas da atividade humana. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. *In: Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, n. 4, 1978.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital. 30. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2012.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1964.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social:** identidade e alienação. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTANÕ, Carlos. **A natureza do Serviço Social:** um ensaio sobre a gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia política:** uma introdução crítica. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano, conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RODRIGUES, Ana Carolina do Nascimento; PEREIRA, Julia Aparecida Cobuci; PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de; SILVA, Nicole Cristina Oliveira Silva. A materialização do projeto ético-político do Serviço Social – questões para debate. **Maceió: I Colóquio Internacional IV – Colóquio Nacional sobre o Trabalho da/do Assistente Social**, 2017.

ROSA, João Guimarães. Grande Sertão Veredas. *In*: **João Guimarães Rosa**. Ficção Completa em dois volumes. Rio de Janeiro. Nova Aguilar, 1994, p. 59. v. II.

SARAMAGO, José. **Viagem a Portugal**. São Paulo. Companhia das Letras, 2007.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: instrumental técnico e o Serviço Social, é preciso continuar o debate. **Revista eletrônica do Serviço Social Conexão Geraes**, n. 3, 2º semestre de 2013. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/Revista-3.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

SILVA, Renatho Adriolla da. **O conceito de práxis em Marx**. 2017. 103f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

PARTE 4

DIMENSÕES PROFISSIONAIS E DEMANDAS DE TRABALHO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO COTIDIANO DAS ASSISTENTES SOCIAIS

*Deborah Martins Soares Alves
Rosilene Aparecida Tavares
Viviane Bernadeth Gandra Brandão*

*O momento que vivemos é um momento pleno
de desafios. Mais do que nunca é preciso ter
coragem. É preciso ter esperanças para enfrentar
o presente. É preciso resistir e sonhar
(IAMAMOTO, 2004,p.17)*

Introdução

Este capítulo consiste em analisar as demandas profissionais do cotidiano das assistentes sociais em Montes Claros/MG, apreendendo suas implicações entre as dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

No contexto capitalista atual brasileiro, observa-se uma intensificação de estratégias e mudanças que impactam a vida da trabalhadora, no que tange à retração dos direitos trabalhistas e sociais, mas também os instrumentos de alienação que comprometem a reflexão crítica do cotidiano profissional.

Conforme Marx (2004), a alienação consiste no “estranhamento” do homem que pode se dar mediante o não reconhecimento do objeto por ele criado no ato do processo

de trabalho, ou seja, o objeto por ele produzido se torna algo “estranho”, que não o pertence e, portanto, não é visto como produto de sua criação.

Isso demonstra que o trabalho no modo de produção capitalista torna-se uma atividade alheia ao trabalhador, pois está condicionado a suprir uma carência, a qual é a finalidade do trabalho, porém esse objetivo consiste no salário que o trabalhador receberá pela força de seu trabalho o qual o possibilita sobreviver, e, assim como consequência desse processo, a alienação não somente torna o trabalho e o objeto algo estranho ao homem, mas implica também um “estranhamento do homem em si mesmo” e aos demais seres humanos.

Nesse cenário, a assistente social, que é trabalhadora assalariada, sofre essas influências que geram a precarização das condições de trabalhos, o conservadorismo presente nos espaços sócio-ocupacionais, a falta de incentivo para o aprimoramento intelectual e outros, que decorrem não somente desse sistema vigente, mas das relações já anteriormente estabelecidas.

Dessa forma, o cotidiano⁴⁵ se expressa cada vez mais alienado, em meio ao imediatismo. As três dimensões da profissão do Serviço Social são: ético-política,

45 Conforme Netto (1987), o cotidiano é o lugar onde a reprodução social se realiza por meio da reprodução dos indivíduos, por isso um espaço ineliminável e insuprimível. As singularidades, os imediatismos que caracterizam o cotidiano, que implicam na ausência de mediação, só podem ser enfrentados pela apreensão das mediações objetivas e subjetivas (tais como valores éticos, morais e civilizatórios, princípios e referências teóricas, práticas e políticas) que se colocam na realidade da intervenção profissional (GUERRA, 2000).

teórico-metodológica e técnico-operativa. Estão postas a fim de colaborar para a superação de tais desafios na intervenção da profissão. Sendo assim, a assistente social deve apropriar-se das três dimensões, constituindo uma relação de unidade.

Para aprofundar as problematizações acerca dessas temáticas, o presente estudo, de natureza qualitativa e quantitativa e de caráter exploratório-descritivo, fundamenta-se no método crítico-dialético e é delineado por uma pesquisa de campo. Compreende-se que reside nessa proposta metodológica uma possibilidade de analisar as contradições dos fenômenos sociais, levando em consideração a historicidade e a superação da perspectiva parcial.

As dimensões do trabalho profissional: observações iniciais

De acordo com Santos (2002), o termo “dimensão” refere-se às propriedades de alguma coisa, no sentido de norte, o que se relaciona aos princípios que concretizam a profissão do Serviço Social, os quais norteiam e direcionam a ação profissional. Segundo as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), as dimensões operam para o entendimento crítico do processo histórico, com a apreensão da ação na perspectiva da totalidade, como também para a investigação da formação histórica das atuais demandas, de forma a compreender as particularidades do contexto em que vivemos. A importância

se revela no entendimento do significado da profissão, das possibilidades de intervenções no dia a dia, buscando cumprir as competências e atribuições previstas na lei que regulamenta a profissão de nº 8662/93.

O cotidiano é o âmbito em que a assistente social efetiva seu exercício profissional. Esse espaço se apresenta cada vez mais permeado de desafios postos pelo sistema capitalista, como a imediatividade, o automatismo, a burocratização, o que impõe às profissionais a não refletirem, distanciando-se da criticidade, por meio de práticas pragmáticas, assistencialistas, colaborando para a sustentação da ordem vigente. Em conformidade com Goés (2018), a forma com que o cotidiano se expressa, a partir das limitações, deve instigar as profissionais a refletirem nas possibilidades e nas estratégias de intervenção. De acordo com Netto (2017), o cotidiano é ineliminável, pois esse está posto em todos os espaços sócio-ocupacionais, e é nesse cenário que as profissionais devem se colocar em posição de enfrentamento, embasadas nas dimensões e no projeto ético-político da profissão, bem como nos seus valores e suas fundamentações.

O projeto profissional crítico do Serviço Social carrega seus princípios essenciais, sendo a liberdade como valor central, a autonomia, a democracia e a emancipação dos sujeitos aprisionados pelo sistema, dentre outros. A profissional, ao não assumir tais princípios, corre o risco de seguir o projeto institucional, que dificilmente estará firmado na

defesa de transformação da sociedade, mas sim colaborando para legitimação do sistema capitalista. O próprio tempo presente, com toda sua aridez, torna esse projeto necessário, na medida em que as profissionais constroem planos de trabalho, projetos de intervenção, programas e ações que expressam o projeto ético-político.

Ademais, a dimensão ético-política, segundo Yamamoto (1982), tem ênfase na criação de novos valores, na busca por uma nova hegemonia. A partir dessa dimensão, há a negação do caráter “apolítico” e “neutro”. A fundamentação está na afirmação da crítica e do compromisso dos profissionais com a classe trabalhadora. Essa dimensão orienta o exercício profissional e a formação por meio de normas práticas, da legislação, e de forma coletiva, através de entidades da categoria como a Associação Brasileira de Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Conselho Federal em Serviço Social (CFESS) e a Executiva Nacional de Estudantes em Serviço Social (ENESSO).

A dimensão teórico-metodológica abrange produções, pesquisas e arcabouços teóricos, entre outros. Essa dimensão revela embasamento teórico e o distanciamento do senso comum, do aparente e do imediato. A dimensão técnico-operativa se refere-se aos saberes interventivos e à instrumentalidade para a prática, a qual vai além de meras técnicas e instrumentos, entretanto abrange uma capacidade

de transformar as condições postas. Tem por objetivo conhecer e apropriar-se do conjunto de habilidades para o atendimento da classe trabalhadora, na sua totalidade.

Por conseguinte, tais dimensões da profissão contribuem diretamente para o enfrentamento das refrações da questão social. Dessa forma, faz-se necessário que haja a suspensão do cotidiano, que, segundo Yamamoto (2004), se apresenta alienado, alienante e alienador, em busca da totalidade, essa categoria que desconsidera o parcial, no intuito de chegar à essência. É fundamental, ainda, a aplicação da categoria mediação, como instrumento para se distanciar do aparente e do imediato, abarcando uma dinâmica do singular ao plural. É imprescindível um posicionamento crítico, que esteja firmado no projeto ético-político da profissão e nas suas normativas. Assim, as dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas da profissão devem ser compreendidas, incorporadas e vivenciadas de maneira articulada pelas profissionais do Serviço Social. É importante ressaltar que as dimensões são indissociáveis, contribuem para uma leitura crítica da realidade e possibilitam novas alternativas de trabalho, visto que a profissional está inserida em um sistema capitalista, que é repleto de armadilhas e correlações de força.

O Serviço Social é uma profissão, um tipo de especialização do trabalho coletivo. Já a assistente social é um trabalhador que se insere na divisão social e técnica do trabalho da

sociedade capitalista. Essa sociedade impõe à assistente social o enfrentamento de antigos e novos desafios, principalmente no âmbito das políticas sociais, no qual as relações são complexas e permeadas de contradições.

Na conjuntura atual, o padrão das políticas sociais é cada vez mais *privatista, mercantilista e assistencialista* e condiciona intervenções pontuais, focalistas, imediatistas, burocráticas e eminentemente instrumentais, além de exigir um determinado perfil profissional que, conforme Guerra (2009), é aquele que responde às demandas imediatas.

Por conseguinte, de acordo com Guerra (2016), enfrentamos um contexto de crise do capital caracterizado pelo desemprego e subemprego, o achatamento salarial, a precarização das condições de trabalho, o aprofundamento do processo de pauperização, o precário contrato de trabalho (que estabelece o *status* profissional, as metas de produtividade, os salários e a jornada de trabalho, assim como define o perfil profissional, suas funções e atribuições), a desespecialização/desprofissionalização do trabalho, a alienação no/do trabalho. Ademais, ao mesmo tempo temos a ampliação de demandas e requisições.

A lógica do sistema capitalista, que é uma lógica mercadológica, exige para as políticas sociais um modelo no qual se busca diluir as particularidades das inserções profissionais em um conjunto de atividades comuns, às quais todos os profissionais devem responder a tudo, sem levar

em conta a especificidade de cada profissão. Essa conjuntura capitalista exige da profissional uma intervenção centrada em respostas rápidas, pouco refletidas.

A prioridade é responder aos fenômenos não importa de que forma, disto resultando um conjunto de respostas profissionais rápidas, ligeiras, irrefletidas, instrumentais, baseadas em analogias, experiências, senso comum, desespecializadas, formais, modelares, em obediência a leis e superiores, sem a qualificação necessária para distingui-las de respostas atribuídas por leigos(GUERRA, 2012,p.46).

Nesse sentido, a assistente social que não busca o aprimoramento intelectual crítico terá dificuldade em trabalhar de acordo com o previsto na Lei nº 8.662/93, que regulamenta a profissão, e efetivar os princípios e valores abalizados no Código de Ética de 1993. No entanto, há ausência de recursos, de tempo e outros fatores que dificultam uma melhor capacitação e formação a estes profissionais. Segundo Guerra (2012), ao não distinguir entre objetivos, demandas e requisições impostas das assumidas conscientemente, a assistente social corre o risco de ver cancelada/comprometida a sua autonomia relativa, pois somente o conhecimento crítico dará embasamento para superar as respostas padronizadas e de cunho, muitas vezes, conversador.

Para a autora, a assistente social passa a responder

na imediatividade, mecanicamente, sem realizar a crítica fundamentada na direção ético política da profissão. Por conseguinte, impõe ao cotidiano profissional uma lógica do pensar/agir sem questionamentos sobre as consequências éticas e políticas de tais respostas, nem mesmo sobre o espaço de autonomia que nos reserva esse mesmo cotidiano, desprezando, assim, a reflexão e a busca por conhecimento para desvelar a demanda que chega, pois o que chega como demanda é para a solução imediata apresentada. Nessa perspectiva, não importa a qualidade do serviço prestado, as implicações éticas e políticas e/ou a possibilidade das respostas profissionais. A assistente social torna-se mera executora, sem primar por uma leitura crítica da realidade.

No âmbito das políticas sociais, principalmente, na área da política de assistência social, há requisições que se apresentam à assistente social que ultrapassam os objetivos que são próprios do espaço sócio-ocupacional. Muitas vezes, são de caráter pericial, investigativo e fiscalizador, como o Sistema de Justiça e o Sistema de Garantia de Direitos, que solicitam instrumentos e procedimentos que extrapolam as atribuições e competências, e as responsabilidades das profissionais que atuam no Sistema Único de Assistência Social/SUAS. Essas estão previstas nos aportes normativos que regulamentam a política de assistência social e também nos dispositivos legais das profissões, como da assistente social, independente do espaço sócio-ocupacional em que a assistente social está inserida. Nesse sentido, as demandas e

requisições não podem se sobrepor a tais normativas.

É fundamental ficarmos atentas às requisições que nos chegam, pois, se não tivermos clareza, podemos reproduzir sem identificar quais são os valores postos nessas requisições, que podem ser contrários aos valores contidos no projeto ético-profissional da assistente social. Portanto, para o enfrentamento das correlações de forças políticas e da efetividade do trabalho no contexto dos interesses sociais existentes no cotidiano profissional, a assistente social deve ser capaz de realizar uma apreensão crítica dessa realidade para compreensão dos processos sociais de produção e reprodução da sociedade brasileira.

Nesse sentido, segundo Raichelis (2011), o trabalho profissional, na perspectiva do projeto ético-político, exige um sujeito profissional qualificado capaz de realizar um trabalho complexo, social e coletivo, que tenha competência para propor, negociar com os empregadores, privados ou públicos, e para defender seu campo de trabalho, sua autonomia técnica, atribuições, prerrogativas profissionais e os projetos que ampliem os direitos das classes subalternas.

Demandas de trabalho das assistentes sociais em Montes Claros/MG

Por meio do instrumento da entrevista, foram coletadas informações sobre as demandas dos profissionais do Serviço Social, frente às respectivas instituições em que estão

inseridos. Por meio das respostas das assistentes sociais, foi propício encontrar questões acerca do planejamento, dos desafios e dos limites postos a essas em meio à prática frente ao cotidiano.

Na atualidade, as refrações da questão social são vistas com novas roupagens, cujos reflexos manifestam-se na desigualdade social, na pobreza, na miséria, na fome, na ausência de habitação, trabalho e outros, acentuados pela “assistencialização” das políticas sociais, os quais são consequências do capitalismo e da forte influência do neoliberalismo. De acordo com Netto,

A articulação orgânica de repressão às “classes perigosas” e assistencialização minimalista das políticas sociais dirigidas ao enfrentamento da “questão social” constitui uma face contemporânea da barbárie. E é no seu marco que, majoritariamente, operam, enquanto profissionais, os assistentes sociais (2012, p. 429).

A partir disso, são embasadas as demandas que se apresentam às assistentes sociais, bem como a sua complexidade.

Para melhor compreensão da análise dos dados da pesquisa, faz-se necessária uma breve explanação acerca das atribuições e competências profissionais, das demandas e das requisições. No que diz respeito às atribuições da assistente social, a Lei nº 8.662/93, que regulamenta

a profissão, considera as funções que a profissional desempenha no escopo da divisão e técnica do trabalho. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) lançou, em 2012, a edição ampliada da cartilha *Atribuições privativas da assistente social: em questão*, a qual contempla o texto “Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho da assistente social na atualidade”, escrito no início deste século por Marilda Yamamoto(2012), que aborda a temática atribuições privativas e competências profissionais. De acordo com as explanações contidas na referida cartilha, **a atribuição privativas** são as funções que somente a assistente social pode desenvolver, isto é, suas prerrogativas exclusivas, enquanto **as competências** expressam capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais.

Ademais, no sentido etimológico, *a competência diz respeito à capacidade de apreciar, decidir ou fazer alguma coisa, enquanto a atribuição é uma prerrogativa, privilégio, direito e poder de realizar algo. No que diz respeito a demandas sociais, segundo Trindade (2001, p. 26), “[...] estas são históricas e produzidas por necessidades sociais fruto da prática histórica das classes sociais em seus atos de produção/reprodução dos meios de vida”. Segundo Guerra,*

[...] as demandas das classes sociais põem

e repõem objetos para o Serviço Social. Estes encontram-se inscritos nas condições sociais das classes e por isso são, de um lado, históricos, transitórios, encerram continuidades e rupturas e, de outro, ou não extrapolam o limite material ou mantêm-se no nível das necessidades imediatas. Tais demandas convertem-se em requisições profissionais, cujo atendimento requer a mobilização de um determinado nível de racionalidade, de uma parte; limitam e determinam as funções profissionais, de outra (2005, p. 199).

Já as requisições, segundo Guerra (2016), na linguagem jurídica, requisitar é requerer com autoridade ou exigir. Nesse sentido, a requisição é a exigência legal, emanada de autoridade competente para que se cumpra, preste-se ou se faça o que está sendo ordenado.

A partir desse embasamento teórico, suscitamos análise dos dados sobre as respostas das assistentes sociais. Das quarenta e oito respostas, onze informaram a área de atuação que passam pela área da assistência social, educação e saúde, mas não souberam dizer em quais políticas sociais seu trabalho está inserido. Vejamos algumas dessas respostas:

Área de atuação: outra.

Em qual(is) política(s) social(is) seu trabalho está inserido?

Sem resposta.

Quais são as demandas da instituição?

É sobre o tripé ensino, pesquisa e extensão.

Quais são as demandas do usuário?

Correspondem, principalmente, à formação de profissionais para atuarem no campo de trabalho do assistente social (AS07).

Área de atuação: idoso, família, criança e adolescente, assistência social.

Em qual(is) política(s) social(is) seu trabalho está inserido?

Meu trabalho abarca todas as políticas sociais.

Quais são as demandas da instituição?

Atendimento ao usuário, à rede e aos órgãos de direitos.

Quais são as demandas do usuário:

Vários (benefícios, acompanhamentos, encaminhamentos)(AS21).

Área de atuação: assistência social.

Em qual(is) política(s) social(is) seu trabalho está inserido?

Da habitação e cidadania popular.

Quais são as demandas da instituição?

Visitas domiciliares e parecer social para inserir o usuário no programa Minha Casa Minha Vida.

Quais são as demandas do usuário?

Inseri-los no PMCMV conforme critérios do município e estaduais do programa (AS25).

Ademais, existiram respostas que fizeram o seguinte registro:

Área de atuação: assistência social.

Em qual(is) política(s) social(is) seu trabalho

está inserido?

Política de assistência social.

Quais são as demandas da instituição?

Drogas, tráfico, saúde mental.

Quais são as demandas do usuário?

Insegurança alimentar, habitação(AS13).

Área de atuação: assistência social.

Em qual(is) política(s) social(is) seu trabalho está inserido?

Política de assistência social.

Quais são as demandas da instituição?

Recurso humano insuficiente.

Quais são as demandas dos usuários?

Serviços e benefícios efetivos (AS11).

Área de atuação: assistência social.

Em qual(is) política(s) social(is) seu trabalho está inserido?

Política de assistência social.

Quais são as demandas da instituição?

Paif, ofertar ações socioassistenciais de prestação continuada, por meio de trabalhos sociais com famílias em situação de vulnerabilidade social, acolhida, oficinas com famílias ações particularizadas, encaminhamentos. Quais são as demandas do usuário?

Sem resposta (AS15).

Área de atuação: assistência social.

Em qual(is) política(s) social(is) seu trabalho está inserido?

Supervisão às equipes de visitantes do programa Criança Feliz.

Quais são as demandas da instituição?

Supervisão das equipes de visitantes do programa Criança Feliz.

Quais são as demandas do usuário?

Participação e permanência no programa (AS43).

Diante do exposto, é possível evidenciar que há uma incompreensão por parte das profissionais sobre as demandas institucionais, dos usuários, bem como quais as Políticas Sociais que seu espaço sócio-ocupacional está inserido.

De certo modo, reflete o quanto ainda há assistentes sociais que pouco se detêm para analisar o seu exercício profissional baseado nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-político. Isso favorece a reprodução das atividades determinadas pelos(as) gestores(as), empregadores(as) das instituições, sem questionamentos para problematizar o que está posto e propor respostas profissionais na direção crítica. Essas determinações que são impostas pelas configurações do trabalho retraem a relativa autonomia profissional. Segundo Iamamoto,

Os dilemas da alienação, indissociáveis do trabalho assalariado, incidem no trabalho da assistente social com matizes distintas nos vários espaços ocupacionais, dependendo das relações sociais que os configuram e ecoam na concretização da autonomia profissional (2009, p. 16).

Contudo, é necessário ficarmos atentas com as correlações de forças existentes nos espaços sócio-ocupacionais e buscarmos estratégias individuais e coletivas que superem a reprodução acrítica, vazia, e elaborem respostas fundamentadas para as demandas e/ou requisições indevidas, para as ingerências institucionais, a fim de não correremos o risco de perdermos o nosso projeto ético-político profissional para projetos conversadores e/ou reacionários.

A dinâmica, as requisições e as condições objetivas sobre as quais a intervenção se realiza não são as mais adequadas à reflexão, donde muitos profissionais se limitam a realizar suas tarefas. Mas o cotidiano profissional também não facilita a percepção das demais dimensões da profissão. Tudo se passa como se o exercício profissional fosse isento de teoria, de uma racionalidade, da necessidade de se indagar sobre a realidade, de valores éticos e de uma direção política e social (GUERRA, 2012, p.46).

Uma das respostas demonstra o que está sendo posto às políticas sociais, mais precisamente à política de assistência social e ao exercício profissional da assistente social, que é o “Programa Criança Feliz”, o qual foi instituído por meio do Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, como: “Supervisão as equipes de visitantes do programa criança feliz (AS43)”.

As orientações do referido programa⁴⁶ indicam que profissionais de nível superior, de acordo com a Resolução CNAS nº 17/2011, devem supervisionar as demais trabalhadoras, as visitadoras, que realizam visitas domiciliares a fim de ensinar as mães a cuidarem de suas crianças e orientar sobre o comportamento dos filhos. A base do programa são as visitas nos domicílios das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que tenham crianças pequenas e gestantes, ou seja, gestantes, crianças de até três anos e suas famílias beneficiárias do Bolsa Família; crianças de até seis anos e suas famílias beneficiárias do BPC; crianças de até seis anos afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida protetiva prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente. De acordo com o CFESS, em nota pública:

O Criança Feliz vai também na contramão do estatuto da criança e do adolescente (eca), quando desresponsabiliza o estado pela oferta de serviços públicos de saúde e de educação com qualidade desde a primeira infância e coloca nas famílias a responsabilidade pelo (não) acesso/ aproveitamento escolar que implique na superação da pobreza. É um verdadeiro retrocesso. Sua operacionalização está sob a coordenação da assistência social nos entes federados, fora do SUAS – desrespeitando a tipificação nacional dos serviços

⁴⁶MINISTÉRIO DA CIDADANIA. SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho da assistente social na atualidade**. Brasília: Ministério da Cidadania, 2019.

socioassistenciais, o pacto federativo e os critérios de instalação dos serviços, como também a NOB-RH/SUAS e as Resoluções nº 17/2011 e nº 09/2014, que tratam dos recursos humanos nos serviços e definem quem são as trabalhadores/as do SUAS (CFESS, 2017, p.2).

É um programa de controle da família pobre, conservador, que desresponsabiliza o Estado em garantir o acesso aos bens e serviços públicos de saúde e à educação pública com qualidade desde a primeira infância, além de responsabilizar a família, sem proporcionar a ela condições para tanto. É um dos indicativos dos desmontes das políticas sociais, da política de assistência social, pois não há investimentos na seguridade social, mas há investimento em programa que vão na contramão da Lei nº 12435/2011, que complementa a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a qual dispõe sobre a organização do setor e institui o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A intervenção da assistente social nesse programa tende a trazer implicações sérias para a imagem categoria profissional. É preciso refletir: Qual direção que essa intervenção está preconizada? Qual projeto de profissão que defendemos? Historicamente, a defesa e as bandeiras de luta do Serviço Social brasileira são reiteradas com posicionamento firme para a consolidação da Política de Assistência Social, enquanto direito do cidadão e dever do Estado, em consonância com os princípios fundamentais do

Código de Ética da Assistente Social de 1993.

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 1999,p.95).

As transformações da sociedade atual na estrutura do capitalismo implicam profundas mudanças que trazem significativas repercussões nas relações em toda a vida social; na economia; na cultura; e nas políticas públicas e profissionais. Nesse processo, a classe trabalhadora exerce atividades no contexto de precarização, desregulamentação, intensificação e flexibilização do trabalho, sendo que essas são características do modelo neoliberal. Com essas características, o sofrimento, o adoecimento e o assédio têm-se evidenciado mais como regra do que exceção. Há um distanciamento do Estado no trato da questão social. Esse tem dificuldade em desempenhar funções de regulação no contexto da contrarreforma por ter vivenciado experiência em que se desenvolveu um capitalismo tardio.

Nesse sentido, o Estado desenvolve medidas pontuais compensatórias com respostas focalizadas, por meio de criação de programas de controle da família pobre. Há um velamento aos verdadeiros fenômenos, esvaziando os debates sobre a desregulação da relação capital/trabalho, a precarização do trabalho e do sistema de proteção social (estatal) à classe trabalhadora e à sociedade no seu conjunto. Os custos do ajuste estrutural orientado segundo as necessidades do grande capital, sobretudo financeiro, foi um forte peso aos trabalhadores.

Com isso, o enfrentamento às sequelas das expressões da questão social não se constitui de fato como prioridade ao Estado, e sim em Estado mínimo, pois há o desmonte das políticas públicas e, com isso, há cada vez mais exigência de maior qualificação profissional do trabalhador/a para dar conta das demandas apresentadas ao exercício profissional. Como lembra Iamamoto (2009) *apud* Yazbek (2001), o pensamento neoliberal estimula um vasto empreendimento de “refilantropização do social”, e opera uma profunda despolitização da “questão social” ao desqualificá-la como questão pública, política e nacional.

Essas transformações societárias desencadeiam diretamente ao Serviço Social e ao trabalho da assistente social, tendo em vista que na contemporaneidade, as profissionais vivenciam um período de desregulamentação das relações socioeconômicas numa perspectiva neoliberal, a relação de

trabalho é construída em padrões precários, flexibilizados, desrespeitando normas trabalhistas que regulam essa relação. A assistente social sofre e compartilha do mesmo processo de alienação que os demais trabalhadores.

Nesse sentido, ainda segundo Yamamoto (2009, p.17), é necessário elucidar o significado social desse trabalho no processo de reprodução das relações sociais, sendo decisivo considerar as particulares condições e relações sociais que emolduram o trabalho profissional para clarificar seus efeitos nos processos sociopolíticos e culturais e no circuito global de (re)produção do capital.

Diante do exposto, o cotidiano do exercício profissional no espaço sócio-ocupacional é carregado de relação de correlações de forças, tensões que, muitas vezes, aparecem para a assistente social como ameaças, dificuldades inviabilizadoras para a efetivação do exercício profissional. A assistente social tem sido historicamente uma das agentes profissionais que respondem às refrações da questão social nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

Responder a demandas institucionais exige uma leitura crítica da realidade para romper com as características que são próprias do cotidiano, como: heterogeneidade, espontaneidade, imediatividade e superficialidade extensiva, as quais tendem por caracterizar uma intervenção centrada em respostas rápidas, pouco refletidas. Assim, a profissional passa a responder de modomecânico e

imediatas expectativas institucionais, o que reduz o trabalho do assistente social a mero executor de tarefas, a um mero emprego, cumprimento de metas burocráticas e atividades preestabelecidas, além de miméticas, repetitivas, pragmática e eminentemente instrumentais, exigindo pouca qualificação para responder às demandas imediatas, condicionando o exercício profissional às características e dinâmica do cotidiano e se limitando a ele (GUERRA, 2012). Por conseguinte, Yamamoto aponta que

[...] o exercício da *profissão* é mais do que isso. É uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional (2005, p. 21).

Ainda segundo Yamamoto (2005), um dos maiores desafios que a assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser uma profissional propositiva e não só executiva.

No que diz respeito às demandas de usuárias, das

quarenta e oito entrevistas, vinte e uma das profissionais responderam sobre as necessidades sociais que incidem na população. São demandas que perpassam por questões que decorrem da contemporaneidade, como crescente desigualdade social, desigualdade na distribuição de renda, violação de direitos, vulnerabilidades sociais, dificuldades em acessar os bens e serviços pela escassez das políticas sociais e, com isso, a perversa precarização nas condições de vida da classe trabalhadora que tende a ampliar, o que é próprio do sistema capitalista.

Ao analisar essas questões, é necessário problematizar outros aspectos que perpassam pela demanda das usuárias e o exercício profissional da assistente social que são relacionadas à explicitação entre os objetivos das institucionais e os objetivos do Serviço Social, uma vez que há uma tendência entre parte das profissionais em assumir os objetivos da instituição na qual prestam serviços e não os da profissão.

Segundo Guerra(2019), a verificação dos fatos como forma de garantir que a instituição não seja enganada pelas usuárias, faz com que a profissional seja solicitada a ser fiscalizadora da pobreza, perpassando por uma lógica gerencialista cumprimento de metas e nos faz perder os nossos próprios objetivos, incorporando os objetivos institucionais. Para desvelar essa realidade complexa e não cair em armadilhas nesse movimento institucional, faz-se

necessário que a assistente social busque uma intervenção na direção social crítica para exercer a profissão a partir de uma prática refletida, planejada com “conteúdo e significados”. Ainda conforme Vasconcelos:

Nesse processo, como sinalizamos, não há como esperar por um maestro porque, caminhar nessa direção demanda mais do que petição de princípios; demanda uma preparação teórica-metodológico, ético-político e técnico-operativo que forje um intelectual e não um simples técnico (2015, p. 571).

Segundo Yamamoto (2005, p.49), há a necessidade de um novo perfil profissional para o enfrentamento dos desafios colocados para a sociedade contemporânea que incidem no exercício profissional, devendo aquele ser afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações cotidianas, O profissional criativo e inventivo, capaz de entender o tempo presente, os homens presentes, a vida presente e nela atuar, contribui, também, para moldar os rumos de sua história.

Dentro do universo de quarenta e oito entrevistas, trinta e nove dos profissionais relatam a insuficiência de assistentes sociais no âmbito em que estão inseridos. Há um corte de profissionais significativo, o que ocasiona ainda mais consequências danosas para o exercício profissional. Isso ocorre em função do número excedente de serviços, a grande

demanda imposta, bem como do tamanho do território que atendem, gerando até mesmo o acúmulo de trabalho.

Dessa maneira, essa redução e insuficiência de assistentes sociais provocam impactos trazidos por alguns entrevistados, bem como propostas para o que deve ser feito dentro dessa realidade:

A demanda do CRAS e a quantidade de territórios abrangidos pelo CRAS é muito grande para o número de técnicos (AS21).

É necessário que haja mais contratações para que sejam evitados o desgaste e a sobrecarga dos profissionais (AS27).

O volume no processo do judiciário agigantou-se, e a equipe é a mesma em número de cargos desde o concurso de 1992 (AS42).

Para atender à demanda e à necessidade dos serviços ofertados na instituição, faz-se necessária a ampliação da equipe técnica referenciada ao tipo de serviço executado, como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Programa de Formação para o Mundo Trabalho (AS47).

Ademais, isso ocorre pelas artimanhas do sistema capitalista, juntamente ao Estado, que, segundo Netto (2011), se posiciona como comitê executivo da burguesia. Tais mecanismos são colocados para que a profissional

haja no imediato, sem haver o processo necessário de reflexão e suspensão do cotidiano, que se apresenta repleto de contradições, colaborando, assim, para a manutenção e legitimação da ordem.

As dimensões da profissão são indissociáveis e possibilitam novas alternativas de trabalho, portanto devem ser pensadas de forma articulada, para que possam cooperar no exercício profissional, contribuindo para a leitura crítica da realidade. Há uma constante contradição entre o projeto conservador e o projeto de ruptura. O primeiro tem a intenção de manter a ordem, e o segundo de romper com o que está determinado, numa disputa constante. Dessa maneira, apesar de diversos desafios em que as profissionais se encontram, é fundamental possuir o domínio de tais dimensões, para que não se corra o risco da intervenção se realizar de forma equivocada e fragmentada.

Observa-se com os dados coletados que aproximadamente 90% dos entrevistados pontuaram a necessidade do planejamento, o qual exige o movimento de reflexão, decisão e execução, para realização das atividades propostas em cada instituição. Nesse sentido, alguns profissionais abordaram a importância da realização do planejamento, como:

O planejamento é um instrumento de fundamental importância para o desenvolvimento de trabalho da profissional do Serviço Social, pois esse tem necessidade de conhecer e compreender

a realidade do planejamento para que o profissional consiga realizar intervenções com qualidade (AS15).

As atividades da Fundação [...] são realizadas coletivamente de forma continuada, permanente e planejada, o que contribui para a organização e qualidade do trabalho desenvolvido (AS46).

A dimensão teórico-metodológica compete ao profissional uma orientação, um horizonte para sua intervenção. Conforme Santos (2002), é essencial a relação da teoria e prática numa unidade, revelando a teoria na realização da prática etendo conhecimento do âmbito de trabalho, das possibilidades e condições. Isso possibilita à assistente social um melhor planejamento, inclusive no que tange à escolha dos instrumentos e das técnicas para a sua concretização.

Percebe-se que os profissionais e as equipes interdisciplinares de trabalho não se reúnem regularmente para o devido planejamento. Isso ocorre em função das limitações existentes, bem como do cotidiano que suprime cada vez mais o assistente social. As artimanhas do capitalismo estão presentes a fim de controlar a classe trabalhadora e, conseqüentemente, a profissão do Serviço Social. A ausência de planejamento revela o domínio da ordem vigente, bem como da alienação que permeia o exercício profissional. Seguem considerações de alguns profissionais:

Existe o planejamento, mas acontece de acordo com as demandas, não acontece com dia e hora definidos (AS39).

Muito raramente, devido à grande demanda (AS48).

A dimensão ético-política revela-se dentro de uma realidade concreta da profissional, a qual deve ter como baseo arcabouço teórico e os valores elencados pela categoria na defesa de uma nova ordem societária. dimensão técnica-operativa refere-se aos instrumentos e habilidades para o desenvolvimento da intervenção profissional, com ênfase na orientação por meio das estratégias e táticas. Dessa maneira, ambas as dimensões devem ser apropriadas e vivenciadas.

A dificuldade da efetivação de um planejamento de ações influencia diretamente o profissional, proporcionando o imediatismo. Segundo Yamamoto (1982), a questão da alienação faz parte do trabalho da assistente social, que também é submetido ao trabalho assalariado, inserido na divisão sociotécnica do trabalho, possuindo autonomia relativa, sendo responsável por responder às demandas advindas da classe trabalhadora à qual pertence. Por vezes, a profissional não se apropria, e corre o risco de se pautar a primeiras impressões e ficar apenas no campo do aparente.

Em conformidade com Marx (2009), a práxis possibilita o processo de planejamento, pois nela há uma prática

pensada, crítica e reflexiva, a qual tem o intuito de chegar à totalidade. O ser social projeta e planeja por meio da sua capacidade teleológica, e depois executa. Contrário a isso, Netto (2011) denomina de simples executores de políticas terminais. A dimensão técnico-operativa proporciona à profissional a acompanhar, orientar e efetivar as ações. Para que a intervenção profissional seja realizada no seu todo, é fundamental a investigação sem ser invasiva e a análise constantemente da realidade.

Portanto, é necessário ir além das limitações das instituições e criar novas possibilidades. É preciso ser uma profissional que procure as raízes das demandas que chegam até ele, desprendendo-se das características da gênese da profissão, e crie novas competências, não se conformando com meras requisições. São essenciais assistentes sociais que tracem seu instrumental no projeto ético-político, com base na dialética de Marx, na busca pela construção de novas alternativas.

Considerações finais

A pesquisa proporcionou a reflexão quanto ao exercício profissional conforme as demandas de trabalho. É explícito que há inúmeros desafios para sua ação, em meio às limitações em que a própria instituição situa a(o) assistente social. Essa(e) necessita se portar no enfrentamento e na mediação entre a classe que (a)o contrata e a classe à qual

pertence e pela qual deve lutar. Para isso, é fundamental se posicionar frente às mobilizações e se portar enquanto resistência, na defesa dos direitos sociais, embasados em uma prática voltada para um referencial teórico crítico.

Ademais, os âmbitos em que as profissionais estão inseridas revelam a precariedade de acesso aos serviços, o automatismo e a burocratização, bem como práticas reiteradas, pragmáticas, assistencialistas e imediatas. Isso ocorre em razão dos mecanismos e artimanhas da classe dominante para a propagação dos seus interesses, os quais se evidenciam pela acumulação de riquezas e a necessidade de acalantar o proletariado pelas próprias políticas públicas. Segundo Yamamoto (2004), as condições objetivas e subjetivas da assistente social traçam a sua realidade, tanto no seu processo de trabalho como nos indivíduos aos quais atendem.

Nesse sentido, é essencial compreender a dinâmica societária e pautar as ações no fortalecimento da classe trabalhadora com o seu vínculo e articulação, fundamentando-se nas dimensões, no projeto ético-político e na normativa do Serviço Social, assim como no uso da mediação, que propicia ao profissional o movimento do singular ao universal, possibilitando, assim, a superação da alienação que a própria condição de trabalho impõe.

Por conseguinte, é fundamental a participação ativa e a unidade das profissionais do Serviço Social, juntamente

com a sociedade civil organizada em movimentos sociais, revelando sua força e poder. É imprescindível a qualificação para novas competências, indo além da mera requisição do mercado de trabalho. A atuação da profissional deve ser firmada na práxis e na dialética de Marx, sendo ela uma prática crítica e reflexiva, a qual tende a rever o que está posto, na busca pela construção de alternativas profissionais, tendo como norte uma nova ordem social.

Referências

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social** – com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, 1996.

CFESS (org.). **Atribuições privativas da assistente social em questão**. Brasília/DF: CFESS, 2012.

CFESS. **Nota Pública**: Porque dizer não ao Programa Criança Feliz. Brasília (DF), 7 de março de 2017 – Gestão Tecendo na Luta a Manhã Desejada (2014-2017). Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1347>. Acesso em: 15 maio 2021.

COELHO, Marilene. **Imediaticidade**: na prática profissional do assistente social. São Paulo. Lumen Juris, 2013.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social. *In*: GUERRA, Y.; BACKX, S.; SANTOS, C. M. dos. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. Minas Gerais: UFJF, 2012.

_____. Projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 91, 2007.

_____. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. *In: A prática profissional do assistente social*. São Paulo: Veras, 2009.

_____. O trabalho da assistente social e as políticas sociais. *In: Programa de capacitação continuada para assistentes sociais: capacitação em Serviço Social e política social, Módulo 4: o trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ ABEPSS-UNB, em 2000.*

_____. Atribuições, competências, demandas e requisições: o trabalho do assistente social em debate. **Texto debatido no XV ENPESS**– Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social em comemoração aos 20 anos das diretrizes curriculares, 70 anos da ABEPSS e 80 anos da profissão de Serviço Social no Brasil, ocorrido no Centro de Convenções de Ribeirão Preto, em dezembro de 2016.

_____. **Requisições do trabalho de assistentes sociais com famílias nas políticas sociais**. Palestra realizada no 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Os 40 anos da “virada” do Serviço Social. Auditório Master do Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Brasília, 1 de novembro de 2019.

_____. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2005.

GOÉS, Alberta Emília Dolores. Reflexões Sobre o Cotidiano e a Ética Profissional no Serviço Social. **Temporalis**, Brasília/DF, 2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil** – Esboço de uma interpretação teórico-histórico metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2004.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. CFESS, ABEPSS. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. CEAD/UnB. Brasília. 2009.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. CFESS, ABEPSS. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. CEAD/UnB. Brasília. 2009, p.1

MARX, Karl. Processo de trabalho. *In: O capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. Trabalho estranhado e propriedade privada. *In: Os manuscritos econômicos-filosóficos*. Tradução de J. Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

NETTO, José. Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. *In: Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 01. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999, p.12.

_____. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, 2012.

_____; CARVALHO, de Maria do Carmo Brant. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 2017.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 104, 2010.

_____. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 107, 2011.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. As dimensões da Prática Profissional do Serviço Social. **Revistas Libertas**, Juiz de Fora – MG, 2002.

TRINDADE, Rosa Lúcia Predes. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas e projetos profissionais. **Revista Temporalis**, Rio de Janeiro, ABEPSS, n. 4, 2000.

VASCONCELOS, Ana Maria. **A assistente social na luta de classes, projeto profissional e mediações teórico-práticas**. São Paulo: Cortez, 2015.

NOTAS CONCLUSIVAS PARA RECOMEÇAR A TRAVESSIA

Abarrancamos nossas embarcações e concluímos uma travessia, e o que fica, é a certeza de que muitas outras se apresentam para nós. Ao realizarmos nossa pesquisa e trazer a público algumas reflexões e análises coletivas, temos o objetivo de construir um caminho para o diálogo, trocas e novos estudos.

Ao concluir este texto, algumas questões nos saltam à mente, questões essas que antecedem, perpassam e se manterão posteriores ao projeto de pesquisa foco de nosso livro. Sem querer limitar ou reduzir essas problematizações, direcionamo-nos por algumas notas críticas, explicitadas agora e ao longo dos escritos, que nos orientarão em outras travessias. *(i) A realização de uma pesquisa aponta questões que superam os seus objetivos, o que está nas entrelinhas da travessia?; (ii) É importante para exercer a pesquisa, um investimento/compromisso com o apuro de uma sensibilidade intelectual; (iii) Compreensão de trabalho na sua dupla dimensão; e (iv) É cada vez mais urgente e necessário*

defender os princípios éticos propostos pelo projeto profissional crítico do Serviço Social.

Nota I

Quando se elabora uma proposta de pesquisa tendo como base a teoria social crítica, fundamentada no materialismo histórico dialético, intenta-se tanto apreender conhecimentos quanto compreender, de forma mais aprofundada, uma determinada realidade.

Os aportes teórico-metodológicos do estudo não são elencados casualmente: revelam intenções, problematizações, justificativas, possíveis respostas e o caminho a percorrer para se alcançar certos objetivos. Com a presente pesquisa sobre o trabalho de assistentes sociais de Montes Claros/MG não foi diferente. Tendo como perspectiva e fundamento a necessidade de conhecer e compreender melhor a configuração e dinâmica do trabalho desses/as profissionais foi que se pretendeu realizar uma pesquisa a partir de um Censo, *a priori*, alcançando todos/as os/as profissionais que, por meio do seu trabalho, contribuem para a imagem socialmente construída e legitimada do Serviço Social.

Entretanto, considerando os inúmeros desafios e as limitações institucionais, a travessia permitiu desvelar uma realidade, parcial, mas que também permite explicitar outros elementos ainda não considerados. Mesmo com

todos os esforços e energias dispensadas, não foi possível alcançar o contingente estimado de profissionais que desenvolvem seu trabalho em Montes Claros/MG. De um lado, situaram-se as dificuldades de se chegar a esses/as profissionais, dispersos territorialmente e com contatos nem sempre atualizados. Por outro lado, além de alguns limites institucionais, destacam-se a recusa e a não resposta às solicitações feitas por parte dos/as pesquisadores que esclareceram, detalhadamente e a partir de todo um cuidado os procedimentos éticos e os objetivos da pesquisa.

Prazos foram estendidos, ao passo que foi necessário proceder com um realinhamento teórico-metodológico do estudo. Assim, não sendo mais possível realizar uma pesquisa a partir de censo esforçamo-nos, ainda, na tentativa de proceder com um estudo por amostra estratificada, delimitando por representações por áreas e espaços ocupacionais, mas também sem sucesso.

Diante dessas limitações, não perdemos de vista a referência dos estudos amostrais, mas, diante dos imperativos, direcionamos o estudo a partir da técnica da “bola de neve”, por se tratar de “uma forma de amostra não probabilística que utiliza cadeias de referência” e que se tornou interessante para alcançar “grupos difíceis de serem acessados ou estudados”, e que nem sempre se tem dimensão exata sobre sua quantidade (VINUTO, 2014,

p. 201). As indicações profissionais, dos que desejaram participar da pesquisa foram muito importantes, nesse sentido.

Assim, diante das dificuldades de se estabelecer uma amostragem probabilística inicial, para o desenvolvimento de um estudo mais ampliado, procederam-se com a aproximação dos/as assistentes sociais conhecidos e já identificados, a partir de contatos com núcleos, organizações e locais de trabalho, para o desenvolvimento inicial da pesquisa. Esses contatos iniciais foram muito importantes porque, além de permitirem conhecer e compreender melhor as particularidades do trabalho dos/as assistentes sociais de Montes Claros/MG, foram oportunos para que outros contatos e aproximações fossem feitos, a partir de suas indicações direcionadas pelos contatos pessoais, de trabalho ou de suas redes sociais. Motivados por essa experiência, considerando o tempo dispensado, que superou as previsões iniciais, decidiu-se pelo encerramento temporal da pesquisa de campo, considerando uma inicial saturação relacionada aos informantes.

Dessa experiência, densa, de muitas idas e vindas, de limitações, de um “silêncio” profissional quando este não acompanhou, posteriormente, um dito “não”, permanece o indicativo de que estudos mais abrangentes precisam ser realizados. A realidade, o cotidiano e as

particularidades do trabalho dos/as assistentes sociais precisam ser conhecidas, e isso só será desvelado se esses/as sujeitos também se dispuserem a partilhar de suas próprias experiências obtidas por meio do seu exercício profissional.

Ao apresentar esse livro, como relato, a partir de uma pesquisa que se iniciou no âmbito de uma universidade pública, de expressiva relevância em todo o norte de Minas, demarca-se o interesse de seus/as pesquisadores de somar ao coletivo profissional em busca de conhecimentos que não somente fiquem na academia. Intenta-se conhecer uma determinada realidade com o forte intuito de transformá-la, a ponto de os/as profissionais terem condições mais dignas de vida e de trabalho.

Nota II

Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social indicam como e quão árduos foram os esforços empreendidos, políticos e institucionais, para que essa profissão, que não é ciência, fosse reconhecida nacionalmente como uma área do saber que também produz conhecimentos – e conhecimentos importantes sobre uma determinada realidade social que precisa ser conhecida e desvelada (NASCIMENTO, 2020, p. 871).

O ato de desvelar, aqui, relaciona-se com a necessidade de conhecer para além do aparente, não apenas pela

forma como certo fenômeno ou realidade de apresenta. Desvelar para tornar conhecido/a, para que essa dinâmica societária, ou, no caso, as particularidades do trabalho dos/as assistentes sociais de Montes Claros/MG sejam apresentadas de forma clara e elucidativa.

Este também é o objetivo da pesquisa social, potencialmente ancorada no materialismo histórico dialético. Busca-se conhecer uma realidade concreta, percebendo suas dinâmicas, particularidades e determinações, mas sem perder de vista as contradições e os sujeitos que dela fazem parte e a modificam, cotidianamente. Ademais, compartilha-se do entendimento de que “[...] toda ciência seria supérflua se a forma de aparecimento e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (MARX, 1985, p. 271).

Tem-se que a realidade é complexa e é síntese de determinações concretas que precisam ser conhecidas. Para o Serviço Social, isso é muito caro: sem esse conhecimento que busca a essência, e não apenas a aparência, é impossível intervir qualitativamente, e de forma mais efetiva, nessa mesma realidade. Por base nesses argumentos, destaca-se a relevância da pesquisa para o Serviço Social. Essa não pode ser pensada como algo dissociável do exercício profissional, a partir dos espaços socioocupacionais, deve ser ação teórico-metodológica fundante de qualquer trabalho.

A atitude de questionar, de perguntar o que não se sabe e de buscar conhecer o que está para além do aparente deve ser duradoura faz parte de todos os momentos da vida humana. É essa busca que incita e favorece a apreensão de informações mais consistentes; o desenvolvimento de reflexões e análises sobre a vida, sobre as relações humanas, sobre o ambiente em que vivemos e o mundo como um todo. Não se trata de uma simples curiosidade que vem à mente: trata-se de uma questão percebida, vivida, experimentada, contextualizada, influenciada e que indica algo ou uma realidade que precisa ser mais bem entendida/conhecida (NASCIMENTO, 2020, p. 869).

Foi a partir desse conhecimento apreendido que se verificou, por exemplo, que a pesquisa alcançou, majoritariamente, as trabalhadoras do Serviço Social. Em decorrência disso, destacou-se a escolha política das pesquisadoras em apresentar os resultados como condizentes ao trabalho das assistentes sociais (sem desmerecer o trabalho dos assistentes sociais que, historicamente, sempre contou com as flexões dos artigos e substantivos para representá-los, hegemonicamente).

Assim sendo, as informações e dados ora apresentados, a partir dessa pesquisa que pode ser caracterizada como exploratória, explicativa e descritiva, permitem entender um pouco mais sobre o trabalho desenvolvido por assistentes sociais de Montes Claros/MG. Sobram aqui,

então, pistas de que outros estudos e produções que poderão e deverão serem elaborados para o desvelamento dessa realidade que urge ser conhecida. Nesta direção, os estudos sobre a categoria trabalho corroboram com a continuidade desta travessia.

Nota III

A fundamentação teórico-metodológica apreendida no estudo da categoria trabalho se orienta pela teoria social de Marx (2017), construída a partir de análises e concepções da ontologia do ser social, da genericidade humana e da afinidade desse ser com a natureza consequentemente, em uma inter-relação com a realidade vivenciada, resultando em uma transformação recíproca.

Para Marx (2017), o trabalho é uma categoria ontológica, fundante do ser social, e essa relação com a natureza exige o desenvolvimento da capacidade teleológica do ser humano, uma capacidade criativa, cooperativa, dinâmica, dialética. Isso de tal modo que o próprio trabalho, a matéria-prima e os meios/instrumentos compõem o processo capaz de se configurar como trabalho.

O principal objetivo desta dimensão do trabalho é satisfazer às necessidades humanas de sobrevivência, que, ao longo de seu aperfeiçoamento, criam novas necessidades. Nesse processo sócio-histórico de diversas mudanças, mediações são construídas e o ser social se

reconhece em seu resultado final. Contudo, a perspectiva dialética do trabalho se desenvolve e se evidencia quando a sua realização é a própria práxis, permitindo que a relação do ser social com a natureza seja cada vez mais consciente, pois objetiva a compreensão de totalidade deste trabalho.

Em contraposição ao trabalho ontológico, o modo de produção capitalista alcança o seu nível mais elevado e sem limites de exploração e de reificação das relações sociais de trabalho, estabelecendo uma negação do trabalho ontológico e da genericidade humana. Assim sendo, revela-se uma usurpação da consciência humana no desenvolvimento de reprodução da alienação, que afeta a práxis e a capacidade criadora do ser social. Nesse contexto, o trabalho é realizado de forma fragmentada, alienada, e o produto final já não é mais reconhecido e nem pertencente a quem o produziu. Consequentemente, torna-se inconcebível a construção de mediações nesta dimensão antagônica do trabalho, visto que

a dignidade, sua vontade, a liberdade e o humano genérico, desconfiguram-se na sombra deste sistema mercantil, que se metamorfoseia e se interessa apenas pela acumulação proporcionada pela produção e pela reprodução de mercadorias (LOPES, NASCIMENTO; SILVA, 2019, p. 135).

Frente ao paradoxo capital/trabalho, encontra-se o trabalho do Serviço Social, o qual não se isenta desta contradição, uma profissão inserida exatamente onde surgem e agudizam-se as expressões da questão social. Enquanto classe trabalhadora, vivencia-se essa antítese de forma ainda mais perversa: de um lado, o seu objeto de trabalho a ser enfrentado, e, de outro, as péssimas condições objetivas desta trabalhadora, pois o trabalho foi metamorfoseado pelo capitalismo e transformando em mera mercadoria.

Contudo, com a apropriação e o reconhecimento do Serviço Social enquanto trabalho, a partir das proposições apresentados por Yamamoto e Carvalho (2014) à luz da teoria marxista, na obra *Relações sociais e Serviço Social*, amplia-se a nossa capacidade de análise e, ao mesmo tempo, a certeza e necessidade de assumirmos o compromisso com um Serviço Social crítico, construído na trajetória sócio-histórica dialética, mesmo diante de uma realidade infinitamente controversa, além de exigir um posicionamento coerente com as orientações ético políticas da profissão.

Nota IV

A defesa dos princípios éticos fundamentais do Serviço Social não se refere apenas ao caráter legal da profissão, concernente às normas, direitos e deveres triviais. Para além desta dimensão, os princípios se orientam em uma

perspectiva dialética, buscando uma concepção de profissão, que rompe com o conceito conservador e se posiciona incondicionalmente na defesa e construção permanente de um projeto de sociedade emancipatório, capaz de superar de forma radical a sociedade burguesa.

Este projeto possui em sua centralidade a liberdade como valor ético central. No entanto, para o Serviço Social crítico, “a ética é tratada como uma reflexão histórica, crítica, radical, de totalidade” (BARROCO, 2007, p. 20). A ética emancipatória recusa a reificação das relações sociais de trabalho, o autoritarismo e todo e qualquer tipo de violência, alienação, exploração e opressão.

A dimensão ético-política do projeto coletivo do Serviço Social deve dialogar com o projeto pessoal e profissional das assistentes sociais. Do mesmo modo, deve conduzir às ações e intervenções, por meio dos serviços prestados pelas profissionais, em qualquer espaço de trabalho ocupado. A efetivação deste projeto coletivo torna-se possível quando profissionais conscientes se reconhecem enquanto classe trabalhadora. Dessa forma, lutam em uma única direção, fortalecendo o projeto societário maior.

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas

como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (NETTO, 1999, p. 20).

O projeto ético-político do Serviço Social possui pilares definidos coletivamente pela categoria, a referência e sustentação dos seus princípios, se encontram na apropriação e acúmulo da teoria social crítica (LOPES, 2019). “A ética é parte da práxis: uma ação prática e social consciente mediada por valores emancipatórios, que visa interferir na realidade social para objetivá-la” (BARROCO; TERRA. 2012, p. 71). As autoras afirmam que essa posição exige consciência e comprometimento em uma dimensão de totalidade.

O Código de Ética do Serviço Social brasileiro é um arcabouço legal, teórico metodológico e ético-político, fruto de um esforço e debate coletivo, que, desde os anos 1990, tem orientado a direção da profissão, reafirmando, por exemplo, nos princípios fundamentais, “a liberdade como valor ético central”, a “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo”, a “defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida”, a opção pela “construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” e o

“compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (BRASIL, 2012, p. 23-24).

Vale destacar que os princípios preconizados na legislação, os quais orientam o exercício profissional, possuem sentido coletivo. A partir do momento em que as assistentes sociais expressam ações articuladas com as dimensões da profissão, ações estas, conscientes e dialéticas, se posicionam em um campo de construção de mediações necessárias à transformação social da realidade, necessária, urgente e possível.

Finalizamos este percurso reforçando que na realização de uma pesquisa é necessário revelar as “entrelinhas”, e para isso é fundamental elaborar uma apreensão do real em seu movimento – a partir da teoria social crítica –, que apresenta, por exemplo, a defesa da universidade pública gratuita, laica de qualidade e socialmente referenciada como um imperativo. Conseguir perceber o movimento, desvelar as determinações e compreender as mediações que envolvem a dinâmica social não pode ser tomado como algo natural ou osmótico; pelo contrário, requer bastante esforço. Além disso, partimos da compreensão da bidimensionalidade do trabalho, que é atividade fundante – ontológica – do ser social; ao mesmo tempo que é mercadoria, um importante pressuposto para nossa pesquisa, pois partimos exatamente disso para compreender as configurações contemporâneas

do trabalho profissional.

Nesse caminho, importa destacar a necessária articulação das dimensões do trabalho profissional – ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa – como orientadoras e também resultado dessa pesquisa. Não há em nossa avaliação qualquer compreensão ou tentativa de reforço à uma lógica de hierarquização entre essas dimensões; pelo contrário, parte-se do pressuposto que elas só fazem sentido se compreendidas de modo articulado e igualmente importantes. Que este percurso que se finda nos faça refletir e atuar criticamente, buscar outra forma de sociedade e encontrar outras sonhadoras em tantas outras travessias!

*“Você pode dizer que sou um sonhador,
mas eu não sou o único.
Eu espero que algum dia você se junte a nós
e o mundo viverá como um só”
(JOHN LENNON, 1971).*

*Montes Claros - MG, primavera de 2021.
As organizadoras*

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética e Sociedade** (Curso de capacitação ética para agentes multiplicadores). 2ª ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2007.

BARROCO, Maria Lúcia; TERRA, Sylvia Helena (orgs.). Conselho Federal de Serviço Social – CFESS – **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 6 maio 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 40ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LOPES. Noêmia de Fátima Silva Lopes. As transformações no mundo do trabalho em tempos de pandemia: impactos para a classe trabalhadora. 12ª ed. **Revista Conexões Geraes**. Belo Horizonte, 2020, p. 6-16. dez..

LOPES, Noêmia de Fátima Silva; NASCIMENTO, Geusiani Pereira Silva e; SILVA, Diego Tabosa da. **Configuração do trabalho no capitalismo contemporâneo**: algumas reflexões. In: SOUZA JUNIOR, Luiz Carlos de; TRINDADE, Hiago (orgs.). **200 anos de luta**: marxismo e reflexões contemporâneas. Juiz de Fora: UFJF, 2019. p. 131-149.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983- 1985. 3 v. (Os Economistas).

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

NASCIMENTO, Geusiani Pereira Silva e. Pesquisa sobre a configuração e dinâmica do trabalho profissional de assistentes sociais: um estudo a partir das particularidades de Montes Claros/MG. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, v. 4, ed. esp., mar. 2020. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva> 868>. Acesso em: 14 maio 2021.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético Político Contemporâneo. *In*: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago./dez. 2014.

SOBRE AS AUTORAS

CAMILA LIMA OLIVEIRA – Discente do curso de Serviço Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

CLARICE DO CARMO SANTOS SOUZA – Discente do curso de Serviço Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

DÉBORAH MARTINS SOARES ALVES – Discente do curso de Serviço Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social (GEPSS/UNIMONTES/CNPq).

DIEGO TABOSA DA SILVA – Assistente social. Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Docente do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros, integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social (GEPSS/UNIMONTES/CNPq).

FRANCINE RODRIGUES DE OLIVEIRA ROCHA – Discente do curso de Serviço Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

GEUSIANI PEREIRA SILVA E NASCIMENTO – Assistente social. Mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Docente do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros, é líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social (GEPSS/UNIMONTES/CNPq).

IVONE MENDES FERREIRA - Discente do Curso de Serviço Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social (GEPSS/UNIMONTES/CNPq).

NOÊMIA DE FÁTIMA SILVA LOPES - Assistente social. Mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Docente do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros, é líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social (GEPSS/UNIMONTES/CNPq).

ROSILENE APARECIDA TAVARES - Assistente Social da Prefeitura Municipal de Montes Claros. Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social (GEPSS/UNIMONTES/CNPq).

SABRINA DIAS FONSECA LIMA - Discente do Curso de Serviço Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social (GEPSS/UNIMONTES/CNPq).

VIVIANE BERNADETH GANDRA BRANDÃO - Assistente social. Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Docente do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros, integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social (GEPSS/UNIMONTES/CNPq).

A obra que apresentamos às leitoras e aos leitores é resultado da pesquisa “Trabalho e Serviço Social Contemporâneo”, realizada no período de 2017 a 2019, que propôs desenvolver uma análise sobre a configuração do trabalho profissional de Assistentes Sociais, considerando as particularidades da profissão no município de Montes Claros-MG. Este livro parte de debates das dimensões que compõem o trabalho profissional, sob uma lógica articulada e indissociável. As reflexões acerca das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão, orientaram e instigaram todo o processo de elaboração desta obra. Nosso desejo é que esta travessia possa alimentar e inspirar muitas outras, sempre caminhando em busca de uma sociedade justa e igualitária.

As organizadoras

ISBN: 978-65-86467-23-9



9 786586 467239